

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

MARCILENE FORECHI

**JORNALISMO E EDUCAÇÃO: DA INVENÇÃO DA REALIDADE
À FORMAÇÃO DE JOVENS**

Vitória
2006

MARCILENE FORECHI

**JORNALISMO E EDUCAÇÃO: DA INVENÇÃO DA
REALIDADE À FORMAÇÃO DE JOVENS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Educação, na linha de pesquisa Processos Instituintes, Ação Educacional e Aprendizagem.

Orientadora: Prof^a Dr^a Luiza Mitiko Yshiguro Camacho.

Vitória
2006

MARCILENE FORECHI

**JORNALISMO E EDUCAÇÃO: DA INVENÇÃO DA
REALIDADE À FORMAÇÃO DE JOVENS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação na linha de pesquisa Processos Instituintes, Ação Educacional e Aprendizagem.

Aprovada em 6 de julho de 2006

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª Drª Luiza Mitiko Yshiguro Camacho
Universidade Federal do Espírito Santo
Presidente

Profª Drª Janete Magalhães Carvalho
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro

Profª Drª Ruth de Cássia Reis
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro

Aos meus filhos, João Marcelo e Luis Miguel,
que me renovam a cada dia.

A João, por caminhar ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

Difícil agradecer a todas as pessoas que colaboraram de alguma forma com esse trabalho, sem correr o risco de esquecer alguém. Caso decida seguir as normas técnicas, devo lembrar apenas daquelas que contribuíram de forma direta para a execução da pesquisa. Considero esse modo injusto, pois, há tantas outras que contribuíram por participar da minha construção no mundo, da minha vida e, dessa forma, não poderiam deixar de ter uma voz (ainda que inaudível para quem vai ler esse trabalho) presente naquilo que escrevi. Sendo assim, ficam meus agradecimentos a todos aqueles que participaram da minha vida, que me acolheram, que me amaram, que riram e choraram comigo, que acreditaram em mim.

Agradeço então:

ao PPGE, por ter me proporcionado a possibilidade de fazer essa pesquisa, e a todos os professores e funcionários;
ao CNPq, que me possibilitou dispensar o tempo que precisava para refletir;
a minha orientadora, Luiza, por suas considerações e orientações;
a Janete, por sua sabedoria disfarçada em uma simplicidade encantadora;
a Carlos Eduardo, por ser tão radicalmente contra o óbvio;
a Ruth Reis, que apesar de não ter sido uma co-orientadora formal, foi fundamental nos momentos em que pensei que não havia saída possível e quando imaginei que a pressão e a falta de rumo me faria desistir;
às amigas de toda hora (mesmo quando faltaram horas): Andréa e Rafaela, pelo carinho, dedicação, compreensão e apoio;
a Conceição, por sua amizade, por ter partilhado tantos momentos da minha vida e por me fazer acreditar que tudo é possível;
a João, por seus cuidados, seu incentivo e por seu amor;
a essa força que harmoniza o universo e me faz ser.

RESUMO

O discurso jornalístico sobre a realidade dos jovens das classes populares envolvidos com fatos violentos legitima certas maneiras de pensar e orienta, por produzir sentidos sobre a violência e sobre os jovens, as ações para combater a violência. Essa dissertação de mestrado apresenta uma reflexão sobre o jornalismo como conhecimento e sobre a educação numa perspectiva ampla que inclui os processos sociais, culturais e políticos presentes na sociedade. A pesquisa de campo foi realizada de julho a novembro de 2005, com um grupo de jovens moradores do bairro Jacaraípe, na Serra, considerado um dos 10 com maior índice de homicídios do município. Também foi realizada uma pesquisa envolvendo reportagens de um jornal diário e entrevistas com jornalistas. A perspectiva teórica desse trabalho rejeita a idéia do jornalismo como espelho da realidade e propõe pensá-lo como construção. Dessa forma, é possível situá-lo como um processo educativo não formal, que interpenetra os demais campos sociais modificando o estatuto da percepção. A partir das análises, foi possível estabelecer um paralelo entre as concepções de juventude presentes na imprensa e a percepção que os jovens têm da sua própria realidade e da realidade construída nas páginas do jornal. Foi possível perceber que o jovem das classes populares retratado nas matérias sobre violência é visto pela imprensa como um sujeito autônomo, descontextualizado de sua realidade imediata e que tem sua juventude ligada unicamente à sua idade. Uma das pistas encontradas ao final do trabalho foi a possibilidade de considerar a produção jornalística como um dos elementos mediadores da realidade e, assim, inseri-lo nas propostas curriculares da educação formal.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Jornalismo, Juventude, Mediação e Conhecimento.

ABSTRACT

The journalistic speech on the reality of the young of the involved popular classrooms with violent facts legitimizes certain ways to think and guides, for producing sensible on the violence and the young, the actions to fight the violence. This work of presents a reflection on the journalism as knowledge and the education in an ample perspective that includes social, cultural the processes and politicians gifts in the society. The field research was carried through of July the November of 2005, with a group of young inhabitants of the Jacaraípe quarter, in Mountain range, considered one of the 10 with bigger index of homicides of the city. Also a research was carried through involving news articles of a daily periodical and interviews with journalists. The theoretical perspective of this work rejects the idea of the journalism as mirror of the reality and considers to think it as construction. Of this form, it is possible to point out it as not formal an educative process, that penetrate the too much social fields modifying the statute of the perception. From the analyses, it was possible to establish a parallel enters the conceptions of youth gifts in the press and the perception that the young has of its proper reality and the reality constructed in the pages of the periodical. It was possible to perceive that the young of the popular classrooms portraied in the substances on violence is seen by the press as an independent citizen, it are of the text of its immediate reality and that it has its on youth solely to its age. One of the joined tracks to the end of the work was the possibility to consider the journalistic production as one of the mediating elements of the reality and, thus, inseriz it in the curricular proposals of the formal education.

Key-words: Education, Journalism, Youth, Mediation and Knowledge.

(...) nem mesmo a testemunha ocular traça um quadro ingênuo da cena. Pois a experiência parece mostrar que ela própria traz à cena alguma coisa, que dela retira mais tarde; e o mais das vezes, o que supõe ser o relato de um acontecimento é, na realidade, uma transfiguração dele.

W. Lippmann

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – CAMINHOS E JUSTIFICATIVAS DE UMA PESQUISA.....	16
1.1 O aprendizado do campo.....	19
1.2 Os sujeitos da pesquisa.....	20
1.3 A pesquisa.....	24
1.4 A coleta de dados.....	25
1.5 Análise de dados.....	29
CAPÍTULO 2 – PORQUE FALAR DE JUVENTUDE	31
2.1 O jovem e suas juventudes	33
2.2 O jovem e a violência.....	40
2.3 O jovem e a educação	43
2.4 O jovem sob as lentes da imprensa: um recorte	45
2.4.1 Alguns elementos para análise	47
CAPÍTULO 3 – JORNALISMO E EDUCAÇÃO	56
3.1 O jornalismo como campo formador.....	57
3.2 O jornalismo e o conhecimento	63
3.3 O jornalismo e a produção de sentidos	66
CAPÍTULO 4 – A PRODUÇÃO DA NOTÍCIA	72
4.1 A legitimidade do campo jornalístico	72
4.2 A objetividade jornalística	74
4.3 Afinal, o que é notícia?	76
4.4 A verdade como atributo do campo jornalístico	78
4.5 As teorias do jornalismo	80
CAPÍTULO 5 – JUVENTUDE, JORNALISMO E EDUCAÇÃO: Reflexões acerca de uma pesquisa	85
5.1 A proximidade dos jovens com a morte	86
5.2 O discurso do jornalismo sobre os jovens	91
5.3 O discurso dos jovens sobre o jornalismo e a realidade	94
5.4 Emprego, família e futuro: as vozes e os silêncios	98
5.5 Algumas histórias de sábados à tarde	104
5.5.1 O referendo, a lista dos jurados de morte e o bolo de chocolate.....	105
5.5.2 A numeração dos chinelos Havaianas	113
5.5.3 O jornalista negro	115
6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS: PISTAS PARA NOVOS CAMINHOS	118
7 – REFERÊNCIAS.....	125

ANEXOS

Roteiro do grupo focal com os jovens.....	129
Roteiro de entrevista com os jornalistas.....	130
Roteiro para análise das matérias do jornal.....	131

INTRODUÇÃO

“Não tenho medo de morrer; tenho medo de não viver.”

A frase acima, dita por um jovem de 23 anos, pode soar sem sentido a ouvidos mais desatentos ou pouco interessados na realidade de quem cresce à margem da cidade e de uma parcela da sociedade, detentora de direitos e deveres bem preservados e identificados. Para o jovem em questão – afro-descendente, pobre, desempregado, com o ensino médio incompleto e morador de um bairro com alto índice de violência¹ – a morte está sempre muito próxima e o futuro é algo difícil, quase impossível de ser vislumbrado.

O medo de não viver é explicado por ele logo em seguida, quando afirma que teme não conseguir realizar tudo que considera importante, como estudar, se formar em Pedagogia, dar aulas, reformar a casa onde mora. Esses desejos, no entanto, não se refletem em qualquer tipo de planejamento em relação ao futuro que ele quer, mas parece não acreditar que possa existir. O medo de não viver desse jovem parece estar de acordo com as informações que a imprensa coloca à disposição da sociedade todos os dias nas editorias de polícia.

A morte de jovens das classes populares, vítimas ou autores de homicídios ou outros tipos de crimes, não causa estranheza. Ela ocorre num contexto em que a associação entre pobreza e criminalidade torna a morte por motivos externos² – homicídios, acidentes de trânsito ou suicídios – algo banal e corriqueiro. No jornalismo, a realidade construída cotidianamente sobre esses jovens não faz referência à vida. Ela está situada sob a chancela de “Polícia” ou “Segurança”, tendo como principais fontes os boletins de ocorrência (BOs) e as “verdades” de autoridades, principalmente policiais, que se configuram nas fontes primárias para a produção das notícias.

¹ Quando falo em alto índice de violência tomo como referência o fato de o local em questão estar situado, de acordo com levantamento feito pela Secretaria de Defesa Social da Serra (SERRA, 2003), entre os 10 com maior número de homicídios.

² Essa classificação de causas externas de morbidade está contida na décima revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), citada em Waiselfisz, 2002.

Comecei a me interessar por este assunto há pouco mais de seis anos, quando a babá do meu filho mais velho, moradora do bairro Planalto Serrano³ e mãe de duas adolescentes – na época, com 12 e 15 anos –, contava histórias de crimes, violências e violações, silêncios e opressões que ocorriam no bairro onde moravam. Eram episódios que faziam parte da vida, como respirar, comer e dormir. A exceção para mim era a regra para ela.

Ter algum membro da família assassinado ou preso não causava comoção ou estranheza. Quase todos que ela conhecia tinham na família ou entre o grupo de amigos pelo menos uma pessoa envolvida com algum tipo de crime. As filhas saíam à noite para se divertir⁴ no bairro e para aquela mãe, mesmo sabendo dos riscos que corriam, não havia o que fazer. Aquele era o mundo delas. Era como se, no cotidiano daquela mulher, a violência emergisse como uma realidade inevitável, um parente distante, indesejável, mas que se conferia intimidade suficiente para se insinuar até nas instâncias mais íntimas e pessoais.

Em outra época, como repórter de uma rádio popular, eu me via todos os dias em busca de fatos que pudessem recheiar os espaços destinados à informação nos vários boletins noticiosos que iam ao ar todos os dias. Comecei a pensar que o mundo de cá – sim, imaginava um mundo de cá, onde crime e violência fossem exceção – não podia ser inocentado ou isolado daquele onde a violação dos direitos humanos e a exclusão davam um outro tom às atividades ou eventos corriqueiros como nascer ou morrer.

Desde então, passei a pensar que há realidades sendo construídas todos os dias pelo jornalismo nos espaços tornados públicos – de verdades parciais e fatos supostamente inquestionáveis. E que essas realidades não são percebidas da mesma forma por quem produz e por quem consome as informações jornalísticas. Comecei a questionar se seria possível existir uma realidade construída por pessoas de bairros periféricos diferente daquela construída por quem produz notícias todos

³ O bairro Planalto Serrano localiza-se na região norte do município da Serra (Região Metropolitana de Vitória-ES), possui uma população total estimada em 14.495 habitantes, distribuída em 3.598 domicílios, segundo dados do IBGE-2000.

⁴ A diversão a que ela se referia consistia em ficar “batendo papo” com os colegas na esquina da rua, tomar sorvete ou participar das festas promovidas na própria comunidade. Não há espaços públicos de lazer no bairro, como quadras, campos de futebol, bibliotecas, centros culturais, etc.

os dias, como se houvesse mundos paralelos que se sobrepõem em espaços comuns, situados em dimensões diferentes.

Este foi, talvez, o primeiro momento de inquietação que me moveu em direção à pesquisa que gerou esta dissertação. Pensei que essas pessoas estariam construindo um outro lugar, mediado também pela informação jornalística diária, ao qual davam o nome de realidade. Foi durante o tempo em que fui redatora da editoria de polícia de um jornal diário que passei a me interessar pelos jovens que vivem nestes bairros considerados violentos. São eles, muitas vezes, os protagonistas das reportagens sobre crimes e violências que os jornais veiculam todos os dias.

O discurso jornalístico sobre a realidade dos jovens das classes populares envolvidos com fatos violentos legitima certas maneiras de pensar e orienta, por produzir sentidos sobre a violência e sobre os jovens, as ações para combater a violência. Além da associação que se faz, quase natural, entre juventude, violência e pobreza e da descontextualização que o discurso jornalístico promove, é significativo o silêncio desses jovens – raramente são ouvidos e quando o são, seus relatos servem para ilustrar o que já foi dito pelo repórter ou por alguma autoridade.

Ao formular minha questão inicial para o projeto de pesquisa o fiz entendendo o jornalismo como um “inventor de realidades”. Realidades, por sua vez, construídas a partir do olhar parcial do jornalista, que produz recortes e narra os fatos, e do leitor/telespectador/ouvinte, que, ao tomar conhecimento desses fatos, apreende seus significados e confere a eles novos sentidos de acordo com suas vivências e seus contextos.

Ao tratar de assuntos relacionados à violência como simples casos de polícia e ao associar os jovens de classes populares à insegurança pública, entre outras coisas, por hiperdimensionar a sua suposta periculosidade, o jornalismo estaria, de certa forma, contribuindo para que essas “verdades” – do jovem como agente de insegurança, dos jovens “pobres” como potencialmente criminosos ou vítimas e outras – ganhem legitimidade. Jornalismo e educação, na perspectiva deste trabalho, se apresentam como faces de uma mesma moeda, na medida em que o

jornalismo é tomado como um campo formador e a educação, numa perspectiva ampla que inclui os processos sociais, culturais e políticos presentes na sociedade.

Parto da idéia que a educação é um fenômeno social, no qual a aprendizagem é um processo em que os sujeitos constroem seus conhecimentos nas interações com o meio, numa inter-relação entre fatores externos e internos. Este processo (da educação) não pode ser percebido sem que se aproximem os demais agentes ou campos sociais que nele interferem e o modificam. O jornalismo, então, deve ser entendido não apenas como um campo social que interpenetra o campo da educação; deve ser compreendido como uma forma de educação não-intencional, não-sistemática e não-planejada. E mais: o jornalismo deve ser compreendido como uma forma de conhecimento, como produtor de um saber próprio (saber produzir notícias) e como re-produtor de conhecimentos produzidos por outras áreas do saber.

Essa dissertação foi dividida em capítulos mais por motivos didáticos do que por haver de fato rupturas e divisões no trabalho. No primeiro capítulo, falo da pesquisa em si e das dificuldades metodológicas que surgiram desde o momento da elaboração do projeto até a execução dela mesma. Essas dificuldades antes de se configurarem em um problema se mostraram extremamente importantes dentro do processo, pois permitiram que eu questionasse, em vários momentos, os pressupostos iniciais e a própria maneira de conduzir o trabalho.

As questões metodológicas merecem ser destacadas, pois elas integram a produção desse trabalho. Foi muito a partir delas que aspectos do tema pesquisado e do caminho adotado foram tomando forma e adquirindo sentido. É também nesse primeiro capítulo que apresento a questão inicial e as primeiras reflexões sobre ela e também falo da coleta de dados e dos procedimentos para análise e reflexões.

O segundo capítulo apresenta uma discussão teórica sobre a juventude e os diversos aspectos que a envolvem. Este é um capítulo que apresenta dados quantitativos sobre a juventude e faz um apanhado das diversas concepções existentes nos meios acadêmicos sobre a temática. Há também uma reflexão sobre a violência, que, apesar de não ser o tema central desse trabalho, surge no centro

das questões ligadas à juventude em função do percentual de jovens envolvidos em homicídios e outros crimes no país e no mundo. Por fim, esse capítulo, a partir da revisão da pesquisa *Balas Perdidas* (2001), feita pela Agência Nacional dos Direitos da Infância (Andi), propõe uma reflexão sobre o olhar da mídia sobre a juventude. Aqui entram aspectos da revisão de literatura e dados colhidos durante o trabalho de campo.

O capítulo três é dedicado à educação e sua relação com o jornalismo e, apesar de considerá-lo em sua totalidade, optei por dividir a abordagem a partir de três aspectos: o jornalismo como campo formador; o jornalismo como conhecimento; e o jornalismo e a produção de sentidos.

No capítulo quatro, a reflexão se volta para a produção da notícia, principal matéria-prima do jornalismo. Esse capítulo foi dividido em cinco tópicos distintos, mas não independentes entre si: a legitimidade do campo jornalístico; a objetividade jornalística; o que é notícia; a verdade como atributo da atividade jornalística; e as teorias do jornalismo.

O capítulo cinco retoma o tema central da pesquisa – educação, jornalismo e juventude – a partir do relato e das análises do que o campo proporcionou. Aqui relaciono os temas que emergiram no contato com os sujeitos e objeto da pesquisa – os jovens, os jornalistas e as notícias no período analisado – e proponho algumas pistas para reflexão a partir das análises.

Por fim, o capítulo seis faz um apanhado da pesquisa e levanta as principais questões que podem ser motivo de outras reflexões. Este não é um capítulo conclusivo – até por não ser essa a intenção. Ele apresenta o resultado de um caminho que teve início com a primeira inquietação sobre o tema – antes mesmo do ingresso no programa de mestrado – até o término do trabalho, que, se configura como uma porta para outras investigações.

CAPÍTULO 1 – CAMINHOS E JUSTIFICATIVAS DE UMA PESQUISA

Entre as muitas dúvidas que me ocorreram durante a fase de elaboração do projeto de pesquisa que deu origem a esta dissertação a que mais me custou resolver foi justamente a da metodologia a ser utilizada. Essa dúvida está ligada diretamente ao objeto da pesquisa – as percepções dos jovens –, que não se trata de algo palpável ou que se possa medir. Tratando-se de percepções, a minha preocupação principal foi encontrar uma forma de me aproximar dessas percepções sem cair em reducionismos que comprometessem o trabalho pretendido.

Uma vez pronto o projeto de pesquisa que seria apresentado à banca de qualificação, a dúvida persistia. Como quantificar o tipo de interferência do jornalismo na vida dos jovens? Como afirmar que o jornalismo é um mediador da realidade e, ao inventar uma que seja tomada como legítima e verdadeira, pode interferir nos modos de visualizar o mundo de jovens pobres, moradores de bairros considerados violentos e com alto índice de homicídios? A essas questões se seguiram outras, na medida em que o trabalho foi tomando corpo.

A segunda questão a exigir uma resposta dizia respeito ao acesso que os jovens têm aos meios de comunicação, especificamente, à informação jornalística. Diante da pergunta “por que analisar os jornais e não a televisão, já que é mais provável que eles (os jovens) assistam aos programas e não leiam jornais?”, o primeiro impulso foi acreditar que não havia saída. Mas, a saída parecia estar exatamente no fato de que os processos mediadores da realidade não podem ser quantificados. O jornalismo⁵, como um dos mediadores da realidade, exerce também influência indireta sobre os indivíduos.

Thompson (1998) afirma que os meios de comunicação não exercem apenas influências diretas, como num processo de estímulo e resposta. A questão da recepção para ele é muito mais complexa. O autor acredita que quem recebe uma mensagem trabalha os conteúdos, conectando-os a uma variedade de outras

⁵ O jornalismo neste trabalho é tomado como um campo relativamente autônomo. Genro Filho (1987) chama a atenção para o fato de o jornalismo ter sido tomado e ser considerado por muitos ainda hoje como uma modalidade dentro do campo da comunicação de massas, se configurando, assim, em um mero instrumento de reprodução das classes dominantes.

interferências do seu dia a dia. Para Thompson, a recepção é uma atividade situada no tempo e no contexto, rotineira e que requer alguma reflexão. Ao receber uma mensagem, o receptor apropria-se dela e lhe confere significados, tornando-a própria.

(...) a recepção dos produtos da mídia é fundamentalmente um processo hermenêutico. Os indivíduos que recebem os produtos da mídia são geralmente envolvidos num processo de interpretação através do qual esses produtos adquirem sentido (THOMPSON, 1998, p. 44).

Seguindo a trilha de Thompson, busco refletir sobre a possibilidade dos jovens das classes populares, atores principais em matérias sobre violência, adaptarem as mensagens que circulam por meio da imprensa a seus contextos e transformá-las em um conhecimento próprio, bem distinto daquele compartilhado por quem produz notícias. Essa apropriação dos sentidos produzidos pelo jornalismo chega a esses jovens em um contexto diferente e distante da recepção inicial, que é o momento em que alguém leu a matéria publicada no veículo de informação.

As mensagens da mídia são comumente discutidas por indivíduos, durante a sua recepção e depois; elas são, portanto, elaboradas discursivamente e compartilhadas com o círculo mais amplo de indivíduos que podem ter participado (ou não) do processo inicial de recepção. Desta e de outras maneiras, as mensagens podem ser retransmitidas para outros contextos de recepção e transformadas através de um processo contínuo de recepção, reinterpretação, comentário, riso e crítica. (...) Através deste processo de elaboração discursiva, a compreensão que um indivíduo tem das mensagens transmitidas pelos produtos da mídia pode sofrer transformações, pois elas são vistas de um ângulo diferente, são submetidas a comentários e à crítica dos outros e, gradualmente, impressas no tecido simbólico da vida cotidiana (THOMPSON, 1998, p. 45).

Feitas essas reflexões pude, então, voltar à minha questão inicial e ao objetivo da pesquisa, que constavam no projeto: refletir sobre o comportamento de jovens e suas percepções produzidas nas relações com o cotidiano, a partir também da mediação⁶ do jornalismo, entendido como um agente socializador e como produtor de narrativas sobre a juventude na sociedade contemporânea.

⁶ Utilizo a definição de Severino (2002, p.44) para o termo mediação. Segundo o autor, o significado básico do termo é ser a instância que relaciona objetos, processos ou situações entre si; a partir daí, o conceito designará um elemento que viabiliza a realização de outro e que, embora seja distinto dele, garante a sua efetivação, dando-lhe concretude. Assim, para o autor, o ensino, embora não sendo a educação (formal), possibilita a prática real desta, que, sem o elemento mediador, seria uma entidade abstrata.

Com certo clareamento sobre a questão da mediação indireta, amparada pelas análises de Thompson (1998), parti para tentar solucionar ou encontrar pistas para continuar a pesquisa e superar as dificuldades metodológicas que se impunham e que foram destacadas durante o processo de qualificação. Consciente do grau de complexidade do trabalho, procurei estabelecer alguns recortes para chegar ao formato que hoje apresento a título de dissertação de mestrado.

O primeiro recorte teve o objetivo de deixar claro a respeito de qual mídia estou falando e propondo reflexões. O segundo recorte diz respeito às particularidades do jornalismo, que, do ponto de vista narrativo, se diferencia da propaganda e das histórias ficcionais⁷. Os dois últimos recortes, que me foram apontados durante o processo de qualificação, dizem respeito ao estabelecimento daquilo que o jovem constrói a partir do jornalismo e da própria exposição do grupo pesquisado ao produto jornalístico em questão.

Penso que as duas últimas questões encontram amparo e sustentação nas reflexões de Thompson (1998) sobre a recepção indireta dos produtos de mídia e sobre a impossibilidade de isolarmos um campo social em si mesmo, uma vez que ele está imbricado em todos os outros que formam o tecido social (RODRIGUES, 1990). A questão passou a ser então: “como trabalhar na instância da recepção quando há o cruzamento de várias narrativas nessa instância?”.

Diante de tantas e tão variadas dificuldades, a opção adotada foi tentar refletir sobre o discurso do jornalismo sobre a juventude, a partir de uma análise parcial, com a escolha de um veículo determinado, em um período também determinado e, ao mesmo tempo, perceber em que pontos há convergências ou divergências com as percepções de jovens do grupo pesquisado. Importante destacar que não foi feito nenhum tipo de exposição planejada ao produto jornalístico ou algum tipo de laboratório.

Essa escolha me permitiria fazer um mapeamento da juventude na mídia (a partir daquela análise parcial proposta) e associá-la às concepções existentes sobre

⁷ Mesmo sabendo das divergências em relação ao uso de estória e história, optei pela segunda forma.

juventude. A partir daí, seria possível confrontar as percepções que os jovens têm e como eles re-significam essas percepções em seu cotidiano. Essa ideia seria a chave para a realização do trabalho de campo e, posteriormente, para as análises do material coletado.

1.1 O aprendizado do campo

O trabalho de campo buscou pistas em um determinado grupo para que depois elas pudessem ser generalizadas a fim de contribuir para uma reflexão mais ampla e aprofundada sobre o assunto. Apesar de toda a preparação para realizar o trabalho de pesquisa, acreditava que o campo seria significativo e me colocaria cara a cara com situações que não haviam sido planejadas. Essa foi uma das questões importantes, pois, de fato, ocorreram situações que não tinham sido previstas e que se impuseram de tal maneira que foi preciso rever alguns conceitos e previsões.

Foi preciso considerar, em primeiro lugar, que o estudo de campo não iria dar conta da totalidade do tema. Trata-se de um estudo a partir de um recorte, um fragmento que permite perceber situações, modos de pensar, de sentir e de agir que estão relacionados de forma direta e indissociável ao ambiente no qual a observação foi feita e no momento em que foi feita.

A metodologia utilizada partiu da premissa que é preciso considerar os mais variados aspectos do objeto a ser estudado de forma a apreender suas relações e conexões, sem perder de vista que aquilo que se apreende é uma das faces desse objeto. Dessa forma, o conhecimento construído com o trabalho de campo não pode ser visto de maneira rígida, mas como algo mutante e mutável, que se move num processo de constante desagregação e transformação (LÜDKE e ANDRE, 1986). Essa premissa foi possível de ser constatada com a infinidade de situações que surgiram e que, de certa, foram conduzindo o trabalho.

Considero importante destacar também que todo o processo que antecedeu o trabalho de campo e que o acompanhou foi fundamental para o estudo. Isso porque na medida em que as dificuldades se impunham e as questões surgiam havia possibilidade de mais reflexão e de tomada de novas decisões. Por isso, talvez, seja

possível dizer que o processo de produção que culminou com essa dissertação de mestrado não pode ser visto com algo anterior; antes deve ser tomado como parte indissociável das reflexões apresentadas.

1.2 Os sujeitos da pesquisa

O trabalho de campo foi realizado em um loteamento localizado no bairro Jacaraípe, no município da Serra-ES, distante 24 quilômetros de Vitória. O loteamento surgiu de forma desordenada a partir de um areal. Com o fim da atividade de extração de areia por uma empresa da região, o local foi abandonado o que deixou o caminho aberto para que centenas de famílias se instalassem em condições precárias e sem obras de infra-estrutura, como ruas, esgoto, etc. O loteamento conta com uma região, mais próxima da orla, que foi ocupada por famílias de renda média. Há um contraste muito grande entre os casebres e as ruas esburacadas e com esgoto a céu aberto da “invasão” e as casas planejadas e bem construídas em lotes demarcados e ruas asfaltadas e iluminadas.

De acordo com dados da Prefeitura Municipal da Serra (SERRA, 2003), Jacaraípe figura entre os 10 bairros com maior número de homicídios de jovens, com um índice que chega a 20% do total de ocorrências registradas no município. Levando-se em consideração que Jacaraípe não está entre os que possuem maior número de população jovem, o índice de homicídios foi considerado alto pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos do município.

Para o trabalho de campo foi escolhido um grupo de jovens, com idades variando de 13 a 19 anos, morador da região descrita acima, que participa de um projeto de extensão da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), desenvolvido dentro de uma instituição não governamental, sem fins lucrativos e reconhecida como de utilidade pública. O projeto de extensão foi idealizado há mais de 15 anos por um professor do curso de Medicina da universidade⁸.

⁸ Optei por não identificar o projeto ou as pessoas que atuam nele por considerar que estaria cometendo uma intromissão e não ter como proposta analisá-lo. Durante o trabalho de campo, pude perceber o quanto é difícil o distanciamento necessário para o levantamento de dados. O fato de identificar o projeto me obrigaria a descrevê-lo e, ao fazer isto, estaria de alguma forma me posicionando sobre ele. Como esta não é minha intenção (analisar o projeto e sua contribuição para aqueles jovens), optei por omitir essas informações.

Todos os sábados à tarde, um grupo de estudantes de Medicina e Odontologia realiza trabalhos de Medicina Preventiva e Epidemiologia no bairro, dentro da programação de uma disciplina dos cursos. É um trabalho que garante a crianças, adolescentes e adultos orientação sobre saúde e alimentação, acesso a medicamentos receitados por médicos e alimentação em casos de desnutrição, além de palestras e orientações sobre prevenção de gravidez e DST/Aids, inclusive, com distribuição de preservativos e anticoncepcionais.

Apesar dessa convivência semanal, foi possível perceber a distância que separa um grupo do outro e considero importante destacar essas diferenças, pois elas podem contribuir para compreender certas percepções que os jovens têm da realidade e podem ajudar a compreender certas maneiras de agir e de pensar. A diferença entre os jovens do bairro e os estudantes da Ufes começa pela aparência: os integrantes do grupo local são negros ou afro-descendentes em sua grande maioria; os estudantes da Ufes são brancos. O modo de vestir também é diferente: os estudantes universitários usam jeans e camisetas⁹, chegam ao local de carro e óculos escuros; os jovens do bairro usam roupas velhas, puídas; as meninas geralmente usam minissaias ou shorts muito curtos e justos e microblusas, que mostram o corpo.

Inicialmente, a diferença gritante na aparência me chamou a atenção. Depois, com a convivência e um período maior de observação, percebi que esse afastamento estava mais ligado a outros fatores. Explico: há neste centro um convênio com uma universidade da Áustria, que envia estudantes daquele país para que façam intercâmbio no Brasil. Esses estudantes passam um período de um semestre atuando junto a comunidades carentes e garantem créditos para as disciplinas do curso quando voltam às suas instituições. A intimidade e o carinho existentes entre os jovens austríacos e os jovens do bairro eram visíveis, mas o mesmo não ocorria com os estudantes da Ufes.

Os austríacos, a despeito de sua aparência – brancos, de olhos azuis e loiros – não pareciam distantes dos jovens do projeto e havia interação e sintonia entre eles.

⁹ Na maioria das vezes, eles usavam camisetas com a identificação do projeto e da universidade. Essa é uma forma, segundo eles, de se identificarem no bairro, uma vez que são estranhos àquele ambiente.

Apesar de terem características muito semelhantes, os jovens estudantes de Medicina brasileiros e os austríacos se distanciavam por alguns aspectos. No caso dos brasileiros, eles cumpriam uma disciplina do curso e sua presença no local era obrigatória; os austríacos faziam a opção por conhecer o Brasil e uma de suas comunidades. A intimidade que parecia existir entre os adolescentes atendidos e os estudantes austríacos pareceu-me também estar ligada a uma atitude de entrega do grupo estrangeiro. A mensagem da mídia, dos jovens pobres e potencialmente perigosos, não parecia fazer parte do imaginário daqueles jovens europeus, que não demonstravam querer distância ou, no mínimo, permitir uma distância segura.

Não pude deixar de pensar que parecia haver com os estudantes locais um distanciamento provocado pela diferença de classe. Como se houvesse uma presunção de superioridade dos estudantes de Medicina, que fazia com que assumissem uma atitude de bondade e de tolerância com os jovens do projeto. Não havia aproximação fora do contexto hierárquico que determinava sua presença naquele lugar. Não pude deixar de comparar esses dois grupos com as narrativas que povoam o jornalismo.

Os jovens estudantes de Medicina e Odontologia locais parecem personificar aqueles que têm voz nas matérias de comportamento, desenvolvimento profissional, lazer, viagens, etc; os jovens negros e afro-descendentes do bairro periférico são aqueles que já se incorporaram no imaginário social como potencialmente perigosos. Essa é uma distância que cria um processo de incomunicabilidade e que faz com que eles se sintam pertencentes a mundos e realidades diferentes. O que pareceu reforçar a idéia original de que há mundos paralelos que competem nos mesmos espaços tornados públicos por meio da imprensa.

Além das atividades voltadas para atenção à saúde das famílias do loteamento, a instituição realiza um trabalho com crianças, adolescentes e jovens visando atuar na formação de pessoas saudáveis e integradas à sociedade. São realizadas reuniões semanais com os jovens, onde são promovidas discussões sobre temas considerados de interesse deles e também dinâmicas de grupo e atividades de lazer.

Os jovens se dividem em dois grupos. Um deles, formado por 18 jovens com idades variando entre 13 e 19 anos, se reúne nas tardes de sábado; o outro, formado por 15 jovens com idades variando de 15 a 24 anos, integra o grupo de dança e se encontra aos domingos. Alguns componentes deste último grupo participam da reunião dos sábados, sendo que os mais velhos já integram o grupo há mais de cinco anos.

No sábado, os jovens são orientados por dois voluntários: uma estudante secundarista e um estudante de Música da Ufes. Trabalhei com os jovens que se reúnem aos sábados, que, dentro da classificação proposta pelo Estatuto da Criança do Adolescente (ECA), se enquadram na faixa etária dos adolescentes. É importante destacar que todo o percurso dessa pesquisa se constituiu em uma construção e em um aprendizado. A cada dia que chegava ao encontro com os jovens, via-me diante de um mundo que eu tentava compreender e apreender.

Não havia uma rigidez quanto aos temas abordados nas reuniões e, muitas vezes, minha presença foi tomada como a de uma pessoa que fazia parte do grupo. Isso me proporcionou acesso a informações que não teria se tivesse me posicionado de forma muito distante. Minha opção foi dizer a eles desde o primeiro encontro qual era o meu objetivo e que tipo de trabalho eu estava fazendo. Eles ficaram sabendo, então, que eu era uma jornalista que fazia um mestrado na Ufes e que me interessava em saber o que eles pensavam.

Depois de muitos encontros – foram cinco meses – eles já me consideravam membro do grupo, me recebiam bem e se ressentiram ao saber que eu não continuaria participando assiduamente dos encontros quando terminasse minha pesquisa. Esses são aspectos importantes do trabalho de campo, pois esse caminho percorrido faz parte do processo de construção que me levou a levantar, analisar e conectar dados. Todo esse processo me permitiu ver e entrever situações e modos de pensar que não seriam possíveis caso eu chegasse com um questionário pronto simplesmente.

1.3 A pesquisa

Optei por realizar uma pesquisa predominantemente qualitativa. O aspecto quantitativo foi necessário no trabalho para oferecer subsídios que permitiram as análises qualitativas. O contato com o grupo ocorreu durante o período de julho a novembro de 2005, totalizando 18 encontros, de quatro horas cada. Foi um período maior do que o previsto inicialmente e essa foi uma das situações que se impuseram ao longo do trabalho.

O método qualitativo permitiu uma abordagem privilegiada e a interação com o grupo permitiu que eu visualizasse aspectos do cotidiano dos jovens pesquisados no sentido de descobrir pistas para compreender e refletir sobre a questão inicial. Foi um trabalho que cresceu à medida que o tempo corria e eu me aprofundava na cotidianidade deles e também nas suas formas de pensar e de ver o mundo. As conversas com eles eram ricas, pois não me forneciam apenas respostas a questões previamente formuladas; elas me diziam a respeito de cada um deles, das suas relações com o mundo em que viviam e também sobre o mundo em que eu vivia.

Antes da escolha do grupo houve dúvidas se ele deveria estar inserido em um ambiente escolar, por conta das especificidades das pesquisas em Educação. Como o foco desse trabalho não está na escola e nos processos que ocorrem dentro dela, foi feita a opção por um grupo que, ainda que freqüente a escola, não estivesse no ambiente escolar no momento da coleta de dados. O fato de se reunirem aos sábados e em um ambiente com caráter educativo, mas sem as especificidades da escola, permitiu que eu os situasse em seus contextos mais imediatos: o lugar onde vivem, a relação com os amigos e a família, com o projeto, com as responsabilidades.

A justificativa para que o pesquisador mantenha um contato estreito e direto com a situação onde os fenômenos ocorrem naturalmente é a de que estes são muito influenciados pelo seu contexto. Sendo assim, as circunstâncias particulares em que um determinado objeto se insere são essenciais para que se possa entendê-lo. Da mesma maneira, as pessoas, os gestos, as palavras estudadas devem ser sempre referenciadas ao contexto onde aparecem (LÜDKE e ANDRE, 1986, p. 12).

Em resumo, posso dizer que os principais motivos que me levaram a escolher o grupo objeto da minha pesquisa foram: 1) é um grupo heterogêneo, de jovens na faixa dos 13 aos 19 anos, todos freqüentando a escola, ainda que com distorções entre idade/série; 2) o loteamento no qual eles moram e onde o programa do qual eles participam é considerado violento, sendo esta, inclusive, uma das principais características do local, segundo os próprios moradores; 3) o grupo se reúne todos aos sábados, o que permitiria um acompanhamento das atividades sem que eles tivessem vinculados a obrigações, tais como as que têm na escola, no trabalho e em casa.

1.4 Coleta de dados

Para a coleta de dados foram utilizadas as técnicas da observação participante, da entrevista (formal e informal), do grupo focal e da análise documental (jornal). A observação e o grupo focal foram feitos de julho a novembro, totalizando 18 encontros aos sábados, das 14 às 18 horas. Nesse período foram feitas as entrevistas com cinco jornalistas e com os quatro monitores do projeto, totalizando nove entrevistas semi-estruturadas. A análise documental foi realizada no mês de julho de 2005.

Durante o período foram observados os comportamentos, a linguagem, a forma de se manifestar sobre determinados assuntos – o que falam e sobre o que falam –, os gestos, as roupas, as relações. Com a observação participante foi possível entrar, ainda que por um período pequeno e limitado a um dia da semana, no mundo dos jovens e entrever suas relações com os monitores e com os colegas. As reações deles à minha presença também foram significativas, seus silêncios e suas manifestações e, em alguns momentos, o fato de ignorarem minha presença.

A observação direta permite também que o observador chegue mais perto da 'perspectiva dos sujeitos', um importante alvo nas abordagens qualitativas. Na medida em que o observador observa *in loco* as experiências diárias dos sujeitos, pode tentar apreender a sua visão de mundo, isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às suas próprias ações (LÜDKE e ANDRE, 1986, p. 26).

Durante a coleta de dados, posso dizer que utilizei estratégias mais formais e menos formais. As estratégias mais formais – entrevistas semi-estruturadas, grupo-focal e análise documental – me permitiram seguir um roteiro previamente estabelecido e os parâmetros definidos na pesquisa. Esse modo de agir foi importante, pois ele me garantiu minimamente manter o foco na questão inicial em busca de pistas para refletir sobre ela.

A estratégia menos formal permitiu que eu, sem perder o foco na questão inicial, me aproveitasse do momento vivido para buscar outras pistas que não teriam sido colhidas caso me mantivesse presa ao roteiro e às perguntas inicialmente propostas. Um exemplo para este caso diz respeito à questão da gravidez na adolescência, um assunto aparentemente sem relação com minha questão inicial e que surgiu durante um encontro. A partir de um episódio envolvendo esse tema¹⁰, resolvi compreender o porquê do comportamento deles naquele momento e isso me levou a pistas não imaginadas para refletir sobre a percepção que eles têm da realidade (ou o que eles tomam como sua realidade) e me deu a oportunidade de relacionar esse assunto ao tema dessa pesquisa.

Pais destaca, quando fala de sua pesquisa com jovens de diferentes classes sociais em Portugal¹¹, as peregrinações descomprometidas que fez nos lugares freqüentados pelos jovens sujeitos de seu trabalho. Ele diz que adotou duas estratégias de coleta de dados: uma mais formal, na qual o investigador é organizado e preocupado com as questões iniciais propostas para o trabalho; a outra, que ele chamou de estratégia etnográfica, consistiu em se deixar percorrer pelos lugares como um curioso, apenas interessado em “descobrir as bússolas cognitivas segundo as quais os jovens davam norte aos seus cotidianos” (PAIS, 1993, p. 72).

Em determinados dias decidia: vou para o trabalho de campo sem gravador, sem guiões, sem preocupações teóricas de qualquer espécie; vou apenas conversar ou estar com os meus e minhas jovens, com a minha das mais ingênuas ignorâncias. E que descobertas, a posteriori, não acabei fazendo por fazer seguindo esta estratégia. É que em entrevistas formais, mesmo

¹⁰ Esse episódio, assim como outros, será descrito e analisado no capítulo V.

¹¹ Para realizar sua pesquisa, Pais trabalhou em comunidades que correspondem a três meios socialmente distintos da Grande Lisboa: Rio Cinza (típico de classes operárias); Dorninha (típico de classes médias); e Coutada (típico de médias altas e superiores).

com guíões pouco estruturados, as questões colocadas predefinem quase sempre aquilo que vai ser respondido. Em contrapartida, estar com os jovens, descomprometidamente, foi muito mais fácil entender a sua linguagem nativa que, de modo algum, tem a mesma gramática da nossa, ou os mesmos efeitos semânticos (PAIS, 1993, p. 72).

A falta de rigidez quanto à melhor técnica se mostrou uma peça importante para a coleta e análise dos dados, uma vez que era impossível prever como seriam os nossos encontros e quais seriam as questões que surgiriam neles. As entrevistas semi-estruturadas, individuais ou grupais, foram importantes para que eu pudesse apreender idéias e concepções sobre assuntos específicos. Mas, as conversas informais e as mudanças de rota em função dos ânimos do dia se mostraram ricos em me oferecer nuances e modos de agir e pensar.

As entrevistas semi-estruturadas permitiram dirigir as questões previamente formuladas sem ficar completamente presa ao roteiro de perguntas. Lüdke e André (1986) destacam o caráter de interação que permeia a entrevista como um dos pontos positivos deste método de coleta de dados.

Mais do que outros instrumentos de pesquisa, que em geral estabelecem uma relação hierárquica entre o pesquisador e o pesquisado, como na observação unidirecional, por exemplo, ou na aplicação de questionários ou de técnicas projetivas, na entrevista a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde. Especialmente nas entrevistas não totalmente estruturadas, onde não há a imposição de uma ordem rígida de questões, o entrevistado discorre sobre o tema proposto com base nas informações que ele detém e que no fundo são a verdadeira razão da entrevista (LÜDKE E ANDRE, 1986, p. 34).

A técnica do grupo focal permitiu que eu vislumbrasse como ocorre a interação entre os participantes. Há nessa técnica a possibilidade de que o sujeito interaja com os vizinhos e defenda seu ponto de vista ou apóie o do colega. Laville e Dione, citados em Mugrabi e Doxsey (2003), acreditam que essa abordagem possibilita ao pesquisador aprofundar sua compreensão das respostas obtidas. A intenção inicial de perceber as influências mútuas, as opiniões ou a falta delas e as atitudes diante do grupo foram cumpridas com a técnica.

Onze jovens participaram do grupo focal, sendo que foram cinco meninas e sete meninos. Apesar de estarem em menor número, as meninas falaram mais e duas delas exerceram visivelmente influência dentro do grupo. Elas eram mais articuladas

e defendiam pontos de vista com propriedade e desenvoltura. À exceção de um dos jovens – que tem 19 anos e já terminou o ensino médio – os outros freqüentam a escola. Não há entre eles o hábito de ler jornais ou revistas e apenas dois disseram gostar de assistir aos noticiários na televisão. Mas todos, sem exceção, disseram apreciar informações sobre morte e violência.

Levando-se em consideração a perspectiva de trabalhar com as percepções dos jovens, acredito que a observação participante, as entrevistas semi-estruturadas e o grupo focal, além das conversas informais, ofereceram possibilidade de captação de dados. Estes instrumentos de pesquisa possibilitaram que os jovens se manifestassem mais livremente, sem muitos direcionamentos. Ainda assim, é preciso levar em consideração a minha presença na hora do grupo se manifestar e isso pode ter alterado as respostas que foram dadas, em função de diversas necessidades, entre elas ser aceito ou simplesmente não dizer nada comprometedor.

As opiniões transmitidas através das entrevistas são importantes não apenas pelo que elas nos informam (ou desinformam) sobre a realidade, mas, também, sobre o que elas nos informam em relação a quem opina. Por outras palavras, não é apenas importante saber se o que os jovens nos dizem corresponde ou não à realidade (isto é, a realidade que geralmente se pensa ser real). É também importante o acesso a outra realidade: a que resulta da forma como os jovens descrevem as suas próprias realidades, seja essa descrição isenta ou não de distorções voluntárias ou involuntárias (PAIS, 1993, p. 83).

A pesquisa documental foi realizada a partir da análise de 30 edições de um jornal local, diário e de circulação em todo o estado. Esse trabalho permitiu fazer um mapeamento da juventude no jornalismo, a partir da análise de reportagens envolvendo o tema em dois espaços da publicação: Editoria de Cidades e Editoria de Polícia. Este levantamento foi usado inicialmente como suporte para a escolha dos temas que seriam tratados nas entrevistas e no grupo focal e também para a análise futura dos dados levantados no trabalho de campo.

1.5 Análise de dados

Analisar os dados colhidos durante o trabalho de campo se mostrou uma tarefa árdua, de leituras e re-leituras, inspirações e muita transpiração. Confrontar o que havia se mostrado no campo com as concepções teóricas que fundamentam o trabalho foi um desafio que se impôs no sentido de não permitir que a pesquisa perdesse credibilidade. No presente trabalho, interessa tanto quanto o produto final o processo que resultou nos dados coletados. Por isso, considero importante destacar o fato de que os dados foram sendo analisados ao mesmo tempo em que eram colhidos.

No processo mesmo de descrever uma situação, já se pode notar aí análises que estão sendo e que foram feitas. E a cada vez que o material era revirado, lido e re-lido, novas informações iam surgindo sem que as anteriores fossem anuladas. As interações cotidianas, resultantes de ações e re-ações, foram privilegiadas. Para isso, os dados coletados durante o trabalho de campo foram analisados de forma individual e conectados com os demais, num processo circular em que uma primeira descrição e análise não encerrava a informação contida num determinado aspecto.

Foram feitas transcrições das fitas, revisões das anotações de campo, leituras exaustivas das transcrições das entrevistas informais, semi-estruturadas e grupos. Essas análises, descrições e revisões teóricas foram os elementos que permitiram entrever nas respostas obtidas os significados do que foi dito sobre determinado assunto, como por exemplo: juventude, violência, drogas, família, trabalho, lazer, etc. Ainda assim, é preciso assinalar que esses significados foram incorporados em momentos distintos de análises e que em outros momentos, com a incorporação de outros elementos, poderão oferecer outras pistas.

De posse dos dados foi feita uma avaliação daquilo percebido como comum ou típico no grupo e também das principais percepções sobre os temas abordados. Confrontados com os demais dados e de posse de um referencial teórico que possibilitou mais consistência às análises, o trabalho foi conduzido de forma a dar conta dos objetivos específicos propostos por esse projeto, sem, contudo, pretender

apontar soluções para os problemas. Os dados indicaram uma possibilidade de reflexão sobre o tema entre tantas outras possíveis e existentes.

CAPÍTULO 2 – PORQUE FALAR DE JUVENTUDE

Afirmar que o Brasil é um país jovem soa além de um simples lugar comum repetido à exaustão, principalmente por aqueles que querem enaltecer as belezas naturais do país ou a graça das mulheres, a ginga e o bom humor do nosso povo. Fato é que dados do Unicef publicados na pesquisa “A voz dos Adolescentes”, em 2002, apontam um contingente de mais de 21 milhões de pessoas com idades variando de 12 a 17 anos, representando 12,3% da população brasileira.

Os números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), que considera jovens os cidadãos que têm entre 15 e 24 anos, apontam que há 34,1 milhões de pessoas nessa faixa, sendo que mais de 80% delas vivem em áreas urbanas. Se levarmos em conta a faixa que vai dos 10 aos 24 anos, chamada pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNPFA) da ONU de “população jovem”, o número salta para 52 milhões. Esse número chama a atenção da comunidade internacional ao situar o Brasil como a 5ª nação, entre 191 países membros da ONU, com maior percentual de jovens.

Em todo o mundo, de acordo com levantamento do UNPFA, há mais de 1 bilhão de jovens e metade dos 6 bilhões de habitantes do planeta tem menos de 25 anos. São dados nada desprezíveis, principalmente ao considerar que 85% dos jovens do mundo vivem em países subdesenvolvidos¹². A temática juventude torna-se, nesse contexto, bastante relevante para os que se encontram abaixo da Linha do Equador, tendo em vista que há imprecisão quanto ao alcance do termo e inadequação quanto ao seu uso, principalmente pelos meios de comunicação.

É possível perceber com facilidade que há consenso sobre quem pode ser considerado jovem quando se leva em conta o caráter de faixa etária que caracteriza essa fase da vida. Essa aparente facilidade, no entanto, acarreta graves problemas uma vez que não abarca toda a dimensão e complexidade que envolve a juventude como uma categoria histórica e socialmente construída.

¹² Dados retirados da publicação Remoto Controle, cuja referência se encontra no final deste trabalho.

O estudo “Juventude e Escolarização (1980-1998)”, da pesquisadora Marília Sposito¹³, constatou que apenas 4,4% de toda a produção acadêmica em Educação e Ciências Sociais no Brasil tratavam do tema juventude. Carrano e Peregrino (2003) afirmam que tem crescido a percepção de entidades e pesquisadores sobre a necessidade de se pensar criticamente a relação pessoal e coletiva entre os jovens e suas escolas. Além disso, eles chamam a atenção para temas emergentes – mídia, grupos juvenis e violência –, que consideram o jovem sob um prisma mais amplo que a mera relação sujeito-escola.

Mas não são apenas o contingente populacional jovem no Brasil e o interesse recente por pesquisas na área suficientes para justificar este trabalho. O jovem é, hoje, a principal vítima da violência urbana e é, invariavelmente, colocado no centro da questão quando se analisam o fenômeno e se propõem políticas públicas de segurança. O Mapa da Violência III (WAISELFISZ, 2002), produzido pela Unesco, apresenta dados que mostram a situação de fragilidade na qual os jovens brasileiros se encontram frente aos fatores externos motivadores de mortes.

As informações contidas no Mapa da Violência III apontam que a taxa global de mortalidade da população brasileira era de 633 em 100 mil habitantes, em 1980; em 2000, esse número caiu para 573. A queda na mortalidade da população, no entanto, não se refletiu em queda nos índices relativos à juventude. Entre os jovens (incluídos na faixa dos 15 aos 24 anos), no mesmo período, a taxa subiu de 128 para 133 mortes a cada grupo de 100 mil. O estudo mostra também que houve uma mudança no comportamento dos motivos das mortes. Os dados do SIM¹⁴ apontam que houve um aumento significativo de mortes de jovens por fatores externos – homicídios e acidentes de trânsito, principalmente.

Houve, portanto, um crescimento no número de mortes de jovens por causas externas, que chegavam a 52,9% em 1980 e passaram para 70,3% em 2000. Se for considerado o conjunto da população, as causas externas representam 12,2% das mortes; quando o recorte abrange os indivíduos com idades entre 15 a 24 anos, esse percentual sobe para 70%. No Espírito Santo, 76% dos jovens morrem por

¹³ Citado em Carrano e Peregrino, 2003.

¹⁴ Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/Datasus/MS).

fatores externos, sendo que, desses, 49,5% são vítimas de homicídios. (WAISELFISZ, 2002).

O estudo da Unesco deixa claro que ser jovem, hoje, no Brasil é viver uma situação de risco, em que há grandes probabilidades de ser vítima de homicídio. É bem verdade que as taxas de mortalidade por fatores externos entre jovens no país são muito menores do que na Colômbia, por exemplo, mas são muito elevadas no cenário internacional. De acordo com Waiselfisz (2002), o Brasil ocupa um desconfortável 3º lugar, com sua taxa de 48,5 homicídios em 100 mil jovens, bem distante, portanto, do grupo de 14 países com taxas inferiores a um homicídio em cada 100 mil jovens.

2.1 O jovem e suas juventudes

Estudar as relações entre juventude, jornalismo e educação leva à necessidade de situar o jovem a partir também do seu entendimento como categoria sociológica e não apenas a partir dos números ou das estatísticas existentes. Para isso, é importante nos remeter às primeiras preocupações com a juventude e com as mudanças na percepção que se tem dessa juventude ao longo dos anos.

As categorias inseridas em faixas etárias abaixo dos 25 anos (crianças, adolescentes e jovens) passaram a ser motivo de preocupação da sociedade e de especulação sobre a necessidade de políticas públicas específicas a partir da segunda década do século XX. De acordo com publicação da Unesco (ABRAMOVAY e CASTRO, 2002), o primeiro Código de Menores do Brasil (CMB) foi criado em 1927, baseado na moralização e fundamentado na preocupação do Estado em “promover um saneamento social dos tipos indesejáveis”. Esse documento, que ficou conhecido como Código Mello Matos, foi extinto em 1970.

Ainda sob a proteção do CMB, foi criado, em 1941, o Serviço de Assistência ao Menor e, em 1964, foi implementada a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM). A orientar as ações da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), órgão que implementava as ações da PNBEM, sobressaía-se a

necessidade de reconduzir ao sistema os jovens pobres vistos como infratores em potencial (ABRAMOVAY e CASTRO, 2002).

Nos anos 50, dentro da lógica desenvolvimentista da época, as políticas públicas se voltaram para a ocupação do tempo livre e para a profissionalização, como forma de preparar o jovem para se tornar um adulto responsável e produtivo. A preocupação com o jovem e a segurança nacional passou a ocupar a pauta nos anos 60, quando tiveram peso as manifestações promovidas por jovens contra o Estado, no rastro da Revolução Cubana, dos protestos em todo o mundo contra a intervenção dos Estados Unidos no Vietnã e dos questionamentos do modelo capitalista.

Em vários países da América Latina, foi precisamente o setor estudantil, assim como o operário e o camponês organizado, e as juventudes relacionadas à igreja, alinhada à Teologia da Libertação, que se destacavam nos enfrentamentos por várias formas contra o Estado (ABRAMOVAY e CASTRO, 2002, p. 8).

No final dos anos 80, surgiram preocupações com as ligações entre a juventude, as drogas e a violência. A orientação das políticas públicas para juventude passou, então, a aliar essa preocupação à questão da vulnerabilidade social. A promulgação da Constituição de 1988, que já havia incorporado a emenda popular “Criança – Prioridade Nacional”, em 1987, deu um outro tom à questão da juventude. A criação, em 1988, do Fórum Permanente de Entidades Não Governamentais de Defesa da Criança e do Adolescente e a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, foram responsáveis pela incorporação do conceito de cidadania no trato da questão (ABRAMOVAY e CASTRO, 2002).

O desenrolar das políticas públicas para juventude no Brasil (apresentado de forma transversal nessa dissertação) não se dá desarticulado da visão que os governos e a própria sociedade têm de juventude em cada período de sua história. Essas ações, ou políticas, estarão em consonância não só com o conceito de juventude, mas com a forma de se olhar a juventude num dado momento histórico que a sociedade vive.

De acordo com Pais (1993), a essas diferenças no modo de olhar os jovens correspondem diferentes teorias. Ele sugere que essas teorias poderiam ser

agrupadas em duas principais correntes: a corrente geracional e a corrente classista. Tanto em uma quanto em outra, o conceito de cultura juvenil¹⁵ aparece associado ao de cultura dominante, seja para se alinhar ou para resistir a ela.

Como se disse, para a corrente geracional, as culturas juvenis definem-se por relativa oposição à cultura dominante das gerações mais velhas; para a corrente classista, as culturas juvenis são uma forma de resistência à cultura da classe dominante, quando não a sua expressão linear. Daqui resulta que, de um ou outro modo as culturas juvenis aparecem subordinadas a uma rede de determinismos que, estruturalmente, se veiculariam entre cultura dominante e subculturas (PAIS, 1993, p. 52-53).

A corrente geracional toma a juventude como um conjunto unitário, delimitado por certa faixa de idade, na qual a idéia predominante é que as gerações mais novas teriam a aprender com as gerações mais velhas. A questão central para essa corrente seriam as continuidades/descontinuidades dos valores intergeracionais, que estariam na base da formação da juventude como geração social (PAIS, 1993).

A oposição entre cultura juvenil e a cultura de outras gerações pode assumir, segundo Pais (1993), diferentes tipos de descontinuidades, sendo possível falar em processos de socialização contínua, rupturas, conflitos ou crises intergeracionais. Ele afirma que nos processos de socialização contínua, os jovens são socializados segundo normas e valores predominantes entre as gerações mais velhas; já os processos de rupturas, conflitos ou crises intergeracionais se traduzem numa tensão ou confrontação.

(...) para a corrente geracional, a renovação e a continuidade da sociedade dependeriam da relação entre as gerações, dialeticamente submetidas a uma ou outra forma de tensão. Para esta corrente, os indivíduos experimentaríamos o seu mundo, as suas circunstâncias e os seus problemas, como membros de uma geração, e não, por exemplo, como membros de uma classe social (como defende a corrente classista). Isto é para a corrente geracional, as experiências de determinados indivíduos da mesma geração, que vivem, por esse fato, circunstâncias semelhantes e que têm de enfrentar-se com problemas similares (PAIS, 1993, p. 40).

A problemática da reprodução social ocupa o centro das atenções da corrente classista, de acordo com Pais (1993). Mas a questão se coloca de forma distinta da maneira como é apresentada pela corrente geracional. Pais analisa que para a

¹⁵ Pais entende por cultura juvenil o sistema de valores socialmente atribuídos à juventude (tomada como conjunto referido a uma fase da vida), isto é, valores a que aderirão jovens de diferentes meios e condições sociais (PAIS, 1993).

corrente geracional a reprodução se restringe à análise das relações intergeracionais; para a corrente classista, a reprodução social é vista em termos de reprodução de classes sociais. O autor afirma que os trabalhos nessa última linha são mais críticos em relação ao conceito de juventude, que, apesar de ser tomada como categoria, acaba recebendo a denominação de relação de classe.

Para a corrente classista, as culturas juvenis são sempre culturas de classe, isto é, são sempre entendidas como produto de relações antagônicas de classe. Daí que as culturas juvenis sejam por esta corrente apresentadas como *culturas de resistência*, isto é, culturas negociadas no quadro de um contexto cultural determinado por relações de classe. Por outras palavras, as culturas juvenis seriam sempre *soluções de classe* a problemas compartilhados por jovens de determinada classe social (PAIS, 1993, p.48, *grifo do autor*).

Sem a pretensão de escolher uma ou outra corrente para fundamentar este trabalho de pesquisa, a intenção é considerar a multiplicidade de situações que a juventude envolve. Pais (1993) propõe que a juventude seja observada em torno de dois eixos semânticos: como aparente unidade, se a referência for a uma fase da vida; e como diversidade, se entrarem em jogo atributos sociais capazes de distinguir um jovem do outro. Dessa forma, a juventude tanto pode ser tomada como um grupo de indivíduos que se inserem numa faixa de idade como pode ser tomada como um conjunto social, composto por indivíduos pertencentes a diferentes situações sociais.

Identificada como categoria imprecisa, a juventude, segundo Margulis e Urresti (1996), precisa ser analisada para além de somente um campo de estudos, uma condição social ou uma etapa da vida. Para os autores, juventude é uma construção histórico-social. Eles sugerem que não se fale mais em juventude e sim em juventudes, uma vez que não há um único conceito capaz de dar conta da complexidade que o tema exige. Margulis e Urresti enfatizam a impossibilidade de não se levar em conta o significado complexo do termo juventude e as múltiplas modalidades que levam a processar socialmente seu sentido. Para esses autores, a superação da noção de juventude como categorização por idade leva à incorporação de diferenças sociais e culturais.

Seguindo a trilha de Bourdieu, é possível falar em representação ideológica de juventude, na medida em que a divisão entre jovens e velhos “concede aos mais

jovens coisas que fazem com que, em contrapartida, eles deixem muitas outras coisas aos mais velhos” (BOURDIEU, 1983, p. 112). Para Bourdieu, a divisão entre jovens e velhos corresponde a uma divisão entre poderes e as classificações por idade, por sexo, por classe impõem limites e colocam cada um em seu lugar. Segundo ele, a fronteira entre a juventude e a velhice é um objeto de disputa em todas as sociedades e somos “sempre o jovem ou o velho de alguém” (BOURDIEU, 1983, p. 112).

A juventude como signo se transformou em um valor da vida contemporânea. Ser jovem passou a ser um fetiche estimulado (ou inventado), em parte, pelos meios de comunicação e pela cultura das imagens e da estética. Há nesse sentido, um processo de juvenilização da sociedade (ABAD, 2003), em que ser jovem deixou de ser apenas, como já o foi em tempos passados, um período de espera pelas “coisas boas da vida”. Os padrões de comportamento, modos de vestir e de agir dos jovens tornaram-se objetos de desejo que podem ser adquiridos ao sabor do mercado mesmo pelos que já ultrapassaram há muito a fronteira etária da juventude.

A juventude, no entanto, deve ser olhada também como uma categoria socialmente construída, que possui, sim, dimensão simbólica, mas que tem que ser analisada por outras dimensões (MARGULIS e URRESTI, 1996). A proposta de Margulis e Urresti é que as análises da juventude devem considerar mais do que sua percepção apenas como signo. A juventude como signo, segundo esses autores, revela valores predominantes e as modalidades atuais no plano estético, tratando-se, portanto, de um valor da vida contemporânea.

Eles defendem que as maneiras de ser jovem dependem da idade, da geração, do crédito vital, da classe social, do marco institucional e do gênero. Isso significa que a juventude não é uma manifestação semelhante para todos aqueles que se encontram na faixa etária dos 15 aos 24 anos. Para compreender essas diferentes manifestações da juventude é necessário compreender três conceitos utilizados com frequência quando se trata do tema: moratória social, moratória vital e tempo livre.

Segundo Margulis (2001), a moratória social alude a um prazo concedido a certa classe de jovens que permite a eles gozar de menores exigências enquanto se

preparam para ingressar na vida adulta. Este prazo não está ao alcance das classes populares, uma vez que os jovens desse segmento são obrigados a ingressar mais cedo no mercado de trabalho. O período mais longo dedicado à escolarização acaba por provocar mal-estar entre os jovens das classes populares. Isso porque o adiamento da entrada deles no mercado de trabalho e na vida adulta traz conseqüências como falta de dinheiro e de independência (BOURDIEU, 1983).

A moratória é um conceito que exclui da condição de juventude um grande número de jovens: aqueles que economicamente não possuem as características anteriormente descritas e que tampouco, no plano dos signos, respondem à imagem do jovem legítimo que os *mass-media* têm imposto como portador dos símbolos da juventude: bonita, alegre, despreocupada, desportiva e saudável, vestindo as roupas da moda e vivendo romances e aventuras amorosas, alheio à falta de dinheiro, ao rigor cotidiano do trabalho ou às exigências do lugar (MARGULIS, 2001, p. 44, *tradução nossa*).

Tomada como referência, a moratória social exclui, portanto, os jovens que, apesar de pertencerem à mesma faixa etária não se enquadram nas características descritas. Margulis (2001) acredita ser necessário afirmar que a juventude não é uma condição restrita a certos setores sociais. Para ele, a juventude é uma condição definida pela cultura e que tem uma base material vinculada à idade. A moratória vital seria, então, a forma de incorporar os jovens das classes populares à categoria juventude, uma vez que esse crédito está disponível para todos, sem distinção de classe social, de condição socioeconômica ou qualquer outro fator.

A moratória vital remete às capacidades do corpo, à vitalidade. Dessa forma, os jovens das classes populares são jovens porque é esse o lugar que eles ocupam em suas famílias e na sociedade e não apenas porque dispõem de moratória social. Para Margulis (2001), os jovens têm um capital biológico que se expressa na vitalidade e nas possibilidades que emanam de seus corpos. Eles contam, segundo esse autor, com um futuro prolongado, estão psicologicamente longe da morte, distanciados dela pelos pais e pelos parentes mais velhos. Nessa perspectiva, é a partir do olhar do outro que se é jovem na sociedade.

Todas as classes sociais têm jovens, que se diversificam em vários grupos portadores de códigos culturais distintos expressos em sua aparência e comportamento e também nas possibilidades e condições de vida que emanam de sua situação socioeconômica, que incidem em seus hábitos de consumo, suas expectativas, seus projetos e suas esperanças. A juventude é uma condição definida pela cultura, mas tem uma base material vinculada à

idade. Isto indica aspectos relacionados com o corpo, tais como saúde, capacidade reprodutiva, e também remete a características culturais relacionadas com a idade (MARGULIS, 2001, p. 45, *tradução nossa*).

Outro aspecto que merece destaque nas análises de Margulis é o relacionado ao tempo livre proporcionado aos jovens que estudam e não trabalham; um tempo, segundo ele, reconhecido pela sociedade como tempo justo. Este tempo livre, no entanto, para os jovens das classes populares é um tempo que se opõe ao trabalho, um tempo de exclusão, de desperdício de energia e criatividade. A caracterização da juventude relativamente à vida adulta leva a uma visão de que o jovem não se constitui em um sujeito de direito, mas que está em trânsito, preparando-se para a vida adulta (MARGULIS, 2001).

A questão do tempo livre ocupa lugar central nas discussões sobre juventude principalmente se levarmos em conta os altos índices de desemprego verificados no Brasil, que afetam direta ou indiretamente os jovens. No mundo todo, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), os jovens entre 15 e 24 anos representam 47% do total de desempregados. (ABRAMO E BRANCO, 2005). Logo, o tempo livre visto como tempo de oposição ao trabalho coloca o jovem das classes populares que não estudam e não trabalham no centro de uma questão que diz respeito a toda a sociedade.

A moratória social, assim como o tempo livre, é o conceito central de uma visão adultocêntrica da juventude, em que o juvenil perde importância em si mesmo e sempre será visto e pensado em função do que o mundo adulto acredita que ele deve ser. Essa visão, segundo Quapper (2001), leva a vários problemas. Um deles diz respeito à universalização e homogeneização. Outro diz respeito à estigmatização do grupo social juvenil que se converte em um problema para a sociedade. Há uma tendência, segundo o autor, de se patologizar a juventude, de tratá-la como fonte de problemas e preocupações.

Os adjetivos que, atualmente, caracterizam o jovem como um problema (apático, hedonista, descrente, sem ideologia) surgem, segundo Bango (2003), da comparação com a forma de ser jovem das gerações anteriores. Isso contribui para a percepção da juventude como um problema. Bango questiona, e essa é uma

questão presente também nesse trabalho, quais são as lentes usadas pela sociedade para olhar a juventude.

O autor opta por fugir da dicotomia juventude-juventudes. Segundo ele, se o olhar for estritamente estrutural, pode-se falar em diferentes juventudes, pois há coincidência no espaço social, mas não compartilhamento. Mas, lembra que as gerações atuais podem se reconhecer integrantes de um espaço de sentimento de geração com outros jovens e ao mesmo tempo ser diferentes. Para o autor, jovens integrados contrastam com jovens excluídos e desnecessários, os chamados jovens problema (BANGO, 2003).

Jovens integrados que fazem uso de sua “moratória de papéis” contrastam com jovens em situação de desintegração “dura”, excluídos e desnecessários, os chamados jovens problema. (...) (BANGO, 2003, p. 39).

Camacho (2004) fala de certa instabilidade quando se trata de conferir atributos à juventude. Segundo ela, as correntes teóricas ora vêem os jovens de forma positiva, atribuindo a eles a responsabilidade pelas mudanças sociais; ora tomam o jovem como um “problema”, irresponsável ou desinteressado. A autora, com base nas idéias de Miguel Abad, aponta dois fatores que conferem validade e reconhecimento à condição juvenil: alargamento do período de juventude e dificuldade da sociedade em proporcionar trânsito linear da juventude no mundo adulto.

Isso leva, segundo a autora, a novos itinerários de transição que provocam mudanças tanto para jovens quanto para adultos. Entre esses novos itinerários de mudanças encontra-se a dificuldade de inserção no mundo adulto por meio do trabalho, ficando o jovem impossibilitado de assumir responsabilidades econômico-financeiras, como constituir a própria família e prover seu sustento.

2.2 O jovem e a violência

Ao lado do incremento dos indicadores objetivos do crescimento da violência, nas últimas duas décadas, principalmente nas áreas urbanas, tem se verificado uma ampliação dos limites do entendimento sobre o que vem a ser violência. Apesar da dificuldade para se conceituar o fenômeno, alguns elementos podem ser

enumerados: noção de coerção ou força, dano que se produz em indivíduo ou grupo de indivíduos pertencentes a determinada classe ou categoria social, gênero ou etnia. (WASELFISZ, 2002)

(...) há violência quando, em uma situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (MICHAUD, 1989, *apud* WASELFISZ, 2002, p. 18).

A violência, segundo Anjos (2003), deve ser tratada como questão pública, em função das mudanças ocorridas na sociedade. Compreender a violência, segundo este autor, depende da articulação de conceitos e teorias sobre as transformações sociais, tais como globalização, localização e fragmentação social, entre outras. Nessa necessidade de maior reflexão, duas questões emergem como principais ou com maior visibilidade: a “banalização da violência” e a idéia da “eliminação de bandidos”. A banalização, segundo Anjos, surge principalmente através da mídia para se referir à insignificância com que se cometem crimes e homicídios sem nenhuma razão aparente; a eliminação de bandidos parece ser a conclusão a que a maioria das pessoas chega para conter o aumento vertiginoso da violência.

Além das dificuldades de conceituação da violência enquanto fenômeno social, existem outras que não podem ser desconsideradas. Uma delas diz respeito ao próprio entendimento que a sociedade tem ao longo da história. Camacho (2003) afirma que é comum nos depararmos com entendimentos diferentes sobre determinadas atitudes que podem ser consideradas atos violentos, atos de indisciplina ou agressões.

Ao analisarmos o fenômeno da violência, vemo-nos diante de uma série de dificuldades. Uma delas se refere justamente a essa multiplicidade de compreensões a seu respeito. Essa diversidade evidencia a fragilidade das fronteiras. A violência se confunde, se interpenetra, se inter-relaciona com a agressão de modo geral e/ou com a indisciplina, quando se manifesta na esfera escolar (CAMACHO, 2003, p. 173).

As múltiplas formas de violência verificadas nos últimos anos, segundo Adorno (2002), estão, muitas vezes, “consubstanciadas em graves violações dos direitos humanos, comprometendo a vida de segmentos significativos dessa sociedade”

(ADORNO, 2002, p. 98). Em relação aos jovens, Adorno acredita que a Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foram determinantes para modificar uma situação histórica no Brasil, em que crianças e adolescentes não eram vistos como sujeitos de direito.

Quando fala de violência, o Adorno demonstra especial preocupação com quem é mais atingido pela violência urbana: o jovem. Mas, segundo ele, é preciso deixar claro que os jovens têm participação nas estatísticas sobre violência tanto como vítimas quanto como autores, sendo que, como vítimas, os números têm crescido muito nos últimos anos. Segundo ele, no cenário de medo e insegurança que se instalou nos grandes centros urbanos brasileiros, apontam-se vários aspectos para justificar a violência, entre eles, a pobreza, o fato da polícia não cumprir suas funções, a ausência de políticas públicas adequadas, entre outros. Mas para ele, o que parece mais assustador é que está se consolidando entre a população a opinião de que o crime está crescendo e que parte da responsabilidade por esses crimes se deve ao envolvimento dos jovens com a criminalidade (ADORNO, 2002).

Sobre essa questão, Zanotelli (2003) propõe que se evite essa associação entre pobreza e violência, que vê os pobres como seres “bárbaros”. Há, segundo esse autor, uma preocupação com o pânico, uma atitude que inscreve a violência e sua manifestação mais evidente e combatida – por atentar contra um princípio fundamental da condição humana, o direito à vida – em um essencialismo que remete a estereótipos sobre a pobreza, as favelas e os espaços de exclusão. Dois aspectos podem, na análise desse autor, ser levados em consideração no discurso sobre os homicídios, no qual os jovens aparecem como as principais vítimas. O primeiro diz respeito à transformação do ato de matar em individual, desvinculado das condições de produção do crime; o segundo aspecto é aquele que cria uma justificativa para os homicídios, que seria ligada aos lugares onde ele (o homicídio) se realiza, essencialmente lugares onde moram pessoas pobres e negras.

Esses discursos, segundo Zanotelli (2003), acabam por levar a um reconhecimento do direito à violência ao associarem os pobres a grupos perigosos, que têm na fome, na falta de moradia, de educação e de perspectivas em relação ao futuro boas justificativas para o ingresso na vida do crime. Todos esses discursos acabam por

orientar ideologicamente ações dos órgãos públicos na tomada de decisões sobre o fenômeno da violência. Nessas decisões é possível supor que entram em jogo a utilização do mito da não-violência, que traz em seu cerne a idéia do brasileiro como um povo generoso, alegre, sensual, solidário, que não conhece o racismo e que respeita as diferenças (CHAUÍ, 2003).

Muitos indagarão como o mito da não-violência brasileira pode persistir sob o impacto da violência real, cotidiana, conhecida de todos e que, nos últimos tempos, é também ampliada por sua divulgação e difusão pelos meios de comunicação de massa. Ora, é justamente no modo de interpretação da violência que o mito encontra meios de conservar-se. O mito da não-violência permanece porque graças a ele admite-se a existência empírica da violência e pode-se, ao mesmo tempo, fabricar explicações para denegá-la, no instante mesmo em que é admitida (CHAUÍ, 2003, p. 49).

A proposta de Chauí para examinarmos esta questão é através dos mecanismos ideológicos que legitimam e conservam o mito. O primeiro deles é o da exclusão, que apregoa que se houver violência esta será praticada por alguém que não pertence à nação, ainda que tenha nascido e viva no Brasil. “O mecanismo da exclusão produz a diferença entre um nós-brasileiros não-violentos e um eles-não-brasileiros-violentos” (CHAUÍ, 2003, p. 50-51). O segundo mecanismo é o da distinção, que leva a crer que a violência é acidental, como uma epidemia ou um surto. No terceiro mecanismo, o jurídico, a violência fica circunscrita ao campo da delinquência e da criminalidade, devendo, portanto, ser tratada como caso de polícia e justiça. O mecanismo sociológico, segundo Chauí, é aquele que define a violência como uma anomia, no qual a perda de formas antigas de sociabilidade ainda não foram substituídas por novas. “Aqui não só a violência é atribuída aos pobres e desadaptados, como ainda é consagrada como algo esporádico ou episódico” (CHAUÍ, 2003, p. 51). Por fim, o quinto mecanismo é o da inversão do real, que permite dissimular comportamentos, idéias e valores violentos como se não fossem violentos. Dessa forma, por exemplo, o machismo é visto como natural diante da fragilidade feminina.

2.3 O jovem e a educação

A ampliação dos horizontes da pesquisa educacional na última década permite visualizar o jovem para além de sua relação com a escola. O jovem passa a ser visto

sob uma perspectiva mais ampla que inclui o seu universo de convivência na família, no bairro, no mercado de trabalho, na igreja, na rua. Peregrino e Carrano (2003) afirmam que os processos educativos não ocorrem apenas durante os períodos escolares. Por isso, compreender o jovem de maneira mais ampla pode ser extremamente útil para compreendermos todas as variáveis envolvidas nos processos educativos que dizem respeito a eles.

Apesar do grande avanço em número de crianças matriculadas no ensino fundamental nos últimos anos, verifica-se que ao chegar ao ensino médio, muitas delas já abandonaram os estudos. A pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira” (ABRAMO e BRANCO, 2005), realizada em todo o Brasil em novembro e dezembro de 2003, apresenta dados que mostram a situação em que se encontra essa parcela que já chega a representar 20,1% do total da população¹⁶. Considerando que é impossível fragmentar a vida do jovem e considerá-lo apenas como estudante, neste item serão apresentados alguns dados da pesquisa que dizem respeito à escolaridade e também à realidade em que vivem os jovens brasileiros.

Em todo o Brasil, 42% dos jovens de 15 a 24 anos concluíram o ensino fundamental; 52% chegaram ao ensino médio e apenas 6% entraram na faculdade. Mais da metade dos jovens que se matriculou no ensino médio deixou a escola antes de completar o terceiro ano. Os dados sobre a realidade de adolescentes em conflito com a lei apontam que eles são, em sua maioria, provenientes de famílias de baixo poder aquisitivo. São jovens com baixa escolaridade – a maioria não concluiu o ensino fundamental – e que vivem em comunidades onde há exclusão social, falta de oferta de lazer, grande consumo e tráfico de drogas e ausência de redes sociais de apoio (BALAS PERDIDAS, 2001).

Os brasileiros afro-descendentes constituem a segunda maior nação negra do mundo, atrás somente da Nigéria, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 1999. Os negros representam 45% dos brasileiros e correspondem a 61% dos pobres. Entre os jovens, de acordo com a pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira”, os que se declaram negros, pardos e índios somam

¹⁶ Censo 2000-IBGE

47% da população na faixa dos 15 aos 24 anos. Já quando questionados sobre a ascendência racial, o percentual de mestiços – negros e brancos, negros e índios e negros apenas – chega a 79% (ABRAMO e BRANCO, 2005).

A pesquisa apontou também a percepção que os jovens têm da escola. Do universo pesquisado, 89% são oriundos da escola pública, sendo que 76% nunca freqüentaram uma escola particular. Entre os jovens, 9% declararam nunca ter ido à escola ou ter freqüentado até a quarta série do ensino fundamental. Dentro desse universo, 8% declararam não saber ler ou escrever, o que significa que pelo menos 1,7 milhão de jovens se encontra nessa situação no país.

2.4 O jovem sob as lentes da imprensa: um recorte

Apesar de não tratar especificamente de jovens (faixa dos 15 aos 25 anos, de acordo com a denominação do IBGE e da ONU), a pesquisa Balas Perdidas (2001), desenvolvida pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), apresenta algumas conclusões que dizem respeito também a este segmento da sociedade, incluído na faixa considerada adolescente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)¹⁷. Entre as conclusões apontadas está a de que a violência não é tratada como fenômeno social pelos meios de comunicação, mas como uma mera sucessão de casos¹⁸.

Os boletins de ocorrência (BOs) dominam a pauta dos noticiários diários e o tema é tratado como caso de polícia, tendo como principais fontes delegados, policiais e familiares das vítimas ou dos agressores. De todo o material analisado¹⁹ na pesquisa Balas Perdidas, pôde-se constatar que 80% das matérias surgiram a partir dos BOs. Constatou-se ainda que 80% das inserções apresentaram enfoques

¹⁷ Para o ECA, é adolescente quem tem entre 12 e 18 anos.

¹⁸ As conclusões e recomendações do estudo Balas Perdidas (2001) encontram-se no capítulo 5, p.30. "(...) A quantidade de reportagens descritivas oferecida cotidianamente ao leitor indica que ele está sendo informado pela metade. Quando muito. Isso acontece porque as reportagens, salvo honrosas exceções, são: desprovidas de contextualização; não investigam as causas da violência; não procuram pelas soluções; priorizam a descrição dos atos violentos, o que as imagens da TV podem fazer com mais competência (ainda que seja igualmente desnecessário); transformam o fenômeno social da violência em casos de polícia; a imprensa vira porta-voz das delegacias e os boletins de ocorrência se tornam fontes prioritárias dos jornalistas; não responsabilizam o poder público, porque raramente é procurado; não cobram a ausência de políticas públicas. (...) Este rol de vícios alimenta um tipo de reportagem descomprometida com a mudança social. Um jornalismo que faz da crueza descritiva um fim em si mesmo."

¹⁹ Foram analisados dois grupos de reportagens: infância e adolescência nos jornais e suplementos e revistas para adolescentes. No primeiro caso, foram analisadas 14.905 mil inserções do tema violência envolvendo crianças e adolescentes, em 46 jornais de 26 estados do Brasil. No segundo caso, foram analisadas 10.940 reportagens dos diversos temas abordados nas publicações.

descritivos dos crimes e menos de 8% descreveram as causas do ato violento, sendo que um terço dos 8% apresentaram algum tipo de solução ou apontaram algum caminho para resolver o problema.

A pesquisa realizada pela Andi aponta ainda os três mitos existentes na imprensa sobre juventude e violência que povoam o imaginário da sociedade: hiperdimensão da delinqüência, periculosidade e impunidade. Esses mitos, por serem repetidos e orientarem as coberturas jornalísticas, diz a pesquisa, acabam por contribuir para moldar formas de pensar e de agir dentro da sociedade. Levadas em consideração as informações dos jornais diários, não se tem a dimensão da violência que de fato atinge crianças e adolescentes no Brasil.

Dados do Instituto Latino Americano das Nações Unidas (Ilanud)²⁰ mostram que dos jovens encaminhados para a Unidade de Atendimento Inicial da Febem de São Paulo, apenas 1,6% são suspeitos de homicídios e 0,3% de latrocínio (roubo com morte). A grande maioria dos atos infracionais praticados por jovens, cerca de 75%, são crimes contra o patrimônio. Esta realidade não é a que aparece nos jornais, de acordo com a pesquisa Balas Perdidas (2001).

Reforçando o mito da periculosidade, a pesquisa constatou que 30% das reportagens sobre violência envolvendo adolescentes referem-se a casos de homicídios. Os furtos aparecem em apenas 2% das inserções. O mito do hiperdimensionamento decorre da descontextualização das notícias sobre criminalidade. Os adolescentes são responsáveis por 10% do total de delitos praticados e cerca de 60% deles ocorrem sem ameaça de violência. A falta de contexto, no entanto, oferece uma realidade parcial, que poderia ser chamada de falsa.

Outro dado que merece atenção é que o tipo de violência que mais atinge jovens entre 15 e 25 anos é a do trânsito, mas no dia a dia dos jornais, reportagens sobre esse assunto aparecem em 7,1% do total analisado. Comparado com a cobertura de homicídios, 30%, é natural que haja por parte da sociedade um

²⁰ Dados retirados do site do Instituto na internet (www.sites.uol.com.br/ilanud).

superdimensionamento da periculosidade do adolescente. Além do estudo da Andi que mostra a maneira como a imprensa vê e fala dos adolescentes envolvidos – como agressores ou vítimas – com atos violentos, há diversos outros estudos que apontam para o papel da imprensa como mediadora e inventora de realidades.

2.4.1 Alguns elementos para análise

A pesquisa Balas Perdidas (2001) pode ser considerada um dos fatores motivadores da pesquisa que deu origem a essa dissertação. A partir do conhecimento e das análises dos dados apresentados, foi possível começar a questionar as diversas formas de ver a juventude presentes no jornalismo e refletir sobre a forma como elas interferem na visão que os próprios jovens têm de si mesmos, da violência e da realidade em que vivem. E de como essas maneiras de ver o mundo se interpenetram nos processos educativos que ocorrem fora do ambiente escolar.

Diante da análise parcial das matérias veiculadas no jornal escolhido alguns elementos se sobressaem e permitem refletir sobre o tema. Um desses elementos é o espaço que os jovens ocupam no jornalismo, espaço este estabelecido a partir de um levantamento feito durante 30 dias. Os jovens aparecem com freqüência na editoria de Polícia, em matérias que tiveram origem em boletins de ocorrência e, com freqüência menor, nas matérias de Cidades, sendo que estas últimas apresentam um caráter de comportamento ou estão ligadas a assuntos escolares – concursos, vestibulares, verbas, novos projetos, etc.

É possível observar que os jovens ocupam um espaço bem demarcado dentro do jornal. E, dentro desse espaço, há uma distinção bem clara também de qual jovem ocupa qual espaço. Indo um pouco além, é possível observar que os motivos pelos quais determinados jovens ocupam um espaço e não outro também são muito claros, sendo possível perceber a existência dos mitos do hiperdimensionamento da delinqüência, da periculosidade e da impunidade já levantados pela pesquisa Balas Perdidas (2001).

Quando o jovem do início desse trabalho diz que não tem medo de morrer, mas tem medo de não viver, parece querer evidenciar a certeza que tem da morte e a

incerteza sobre a vida. A vida de jovens pobres como ele, nas páginas dos jornais, ou melhor dizendo, nas narrativas da imprensa sobre juventude, está muito bem configurada nos espaços destinados a ocorrências policiais. Essas narrativas não fazem alusão à vida e sim à morte que sempre está muito próxima.

Pude notar durante o trabalho de pesquisa que essas narrativas chegam de alguma forma a esses jovens, ainda que eles não tenham o hábito de ler os jornais. É possível perceber isso na voz de uma jovem de 18 anos, que diz não se identificar com o lugar violento que os jornais mostram.

A culpa dessa violência toda é dos jornalistas, meu...olha o jornal e vai ver: todo dia é morte em Jacaraípe, só falam de morte, ninguém fala do que o bairro tem de bom. Cê acha que não tem? Olha a praia, ninguém fala, quando fala é pros de fora, que os daqui se tiver lá, ta querendo roubar... Ninguém mostra a miséria que a gente vive, não tem nada, só morte, só violência... mas a gente tem família, tem trabalhador aqui, meu (*jovem de 18 anos, sexo feminino*).

A fala dessa jovem nos remete às análises de Adorno (2002) e Zanotelli (2003). Ela deixa claro que tem consciência da exclusão que sofre em função do estigma de moradora de um lugar violento. No jornalismo, há um discurso que evidencia o estereótipo da pobreza e das favelas como os lugares privilegiados para a violência. A jovem do depoimento acima, parece ter a exata noção daquilo que lhe é negado e daquilo que lhe é atribuído pela imprensa. Ela está posicionada, portanto, do outro lado: do lado que não tem voz.

Além dessa distância que posiciona jovens pobres moradores de bairros periféricos de um lado e outros jovens do outro, há também uma distância de algumas páginas provocada pela descontextualização presente nas abordagens. Assuntos correlacionados são tratados de maneira a parecerem totalmente desprovidos de ligação. Os sentidos que se formam entre eles parecem não carregar nenhum elemento que os una do lado de quem recebe as mensagens.

Um bom exemplo dessa descontextualização pôde ser vislumbrado na edição do jornal analisado do dia 19 de julho de 2005. Na edição, é possível perceber essa situação em quatro matérias que tratam de jovens, sendo que apenas uma delas se encontra fora da editoria de Polícia. Optei por selecionar estas quatro para integrar

a análise, por trazerem embutidas em suas narrativas conceitos de jovens bem distintos e de serem direcionadas a públicos também distintos.

1ª matéria – Filhos apontam acertos e erros dos pais (Editoria Cidades);

2ª matéria – Motoboy acusado de seduzir meninas (Editoria Polícia);

3ª matéria – Esbarrão em baile funk acaba em tiro (Editoria Polícia);

4ª matéria – Tiroteio fere adolescentes (Editoria Polícia).

A primeira matéria foi feita a partir de uma pesquisa do Instituto Futura, encomendada pelo jornal e não tem relação aparente com o fenômeno da violência. Foram ouvidos 400 jovens, com idades entre 14 e 20 anos, com renda familiar acima de quatro salários mínimos²¹. Os dados divulgados nesta edição integram uma pesquisa mais ampla divulgada anteriormente e publicada com o título “Adolescentes mentem para os pais”.

O universo pesquisado, limitado por uma faixa mínima de renda, exclui grande parcela de jovens pertencentes às classes populares. De acordo com a pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira”, de 2003 (ABRAMO e BRANCO, 2005), 18% dos jovens brasileiros estão inseridos em famílias cuja renda familiar é de até um salário mínimo; 24% vivem em famílias com renda de até dois salários mínimos; e 31% vivem em famílias com renda que varia de dois a cinco salários mínimos.

Os filhos a que a matéria e a chamada de capa se referem ocupam um lugar de filhos para as famílias mais em função da situação em que vivem do que em função da idade. Nas classes populares, muitas meninas e meninos na faixa de idade selecionada pela pesquisa já têm filhos e vivem sua própria vida. No grupo com o qual trabalhei durante o trabalho de campo da pesquisa, somente duas meninas disseram que os pais limitam saídas e horários; para os demais, não existe diálogo dessa natureza.

A abordagem da matéria é limitada aos jovens que vivem em ambientes familiares estruturados. É superficial na análise e não deixa claro o contexto em que foi

²¹ Na data da realização da pesquisa, o salário mínimo no Brasil era de R\$ 300,00 (trezentos reais).

produzida, limitando-se à opinião de alguns entrevistados que se encaixam no perfil da pesquisa e à opinião de um especialista, que surge como que para conferir mais legitimidade aos dados da pesquisa. Surge nessa matéria a idéia do jovem como uma categoria homogênea limitada pela faixa etária. Assim como surge também a idéia desse jovem como um modelo. A abordagem dada faz crer que é natural que jovens dialoguem com suas famílias e tenham algum tipo de interferência na condução do rumo de suas vidas.

A segunda matéria – Motoboy acusado de seduzir meninas – relata a prisão de um motoboy de 32 anos, acusado de aliciar e fotografar menores tendo relações sexuais em sua própria casa. O rapaz nega. A reportagem ouviu duas meninas, de 13 e 11 anos, que são qualificadas como jovens, apesar de uma de uma delas ser considerada pelo ECA como criança e a outra adolescente. O relato jornalístico diz que as meninas foram levadas para a Delegacia do Adolescente em Conflito com a Lei depois de brigarem por causa do namorado, um adolescente de 14 anos. Por causa disso, descobriu-se que elas haviam sido fotografadas pelo motoboy. A descontextualização é flagrante.

Em primeiro lugar, não há qualquer referência às famílias das meninas, que, segundo a lei deveriam ser consideradas criança (a de 11 anos) e adolescente (a de 13 anos), ou ao fato de estarem brigando por causa do namorado. As informações foram passadas à imprensa pela delegada de polícia, o que vem ao encontro das conclusões da pesquisa Balas Perdidas (2001), que aponta as origens das matérias ligadas a crianças e adolescentes e as principais fontes para a produção dessas matérias.

O segundo elemento a caracterizar a descontextualização da produção dessa matéria é a forma natural de encarar o envolvimento de jovens com situações de conflitos com a lei, quando eles são oriundos de classes populares. Essa naturalização parece se refletir também na forma como os próprios jovens se percebem, como pude observar durante o trabalho de campo. Nas conversas com os jovens foi possível perceber a naturalidade com que eles resolvem seus próprios problemas e a ausência da família nestes assuntos. A classificação de jovem ou adolescente é feita apenas para fins formais, não há nenhum tipo de reflexão.

No período da pesquisa de campo, foi possível perceber que os jovens enfrentam diversos conflitos familiares que começam pela própria noção de família que eles têm. A ausência do pai, em quase todas as famílias, faz com que a mãe ocupe um lugar central, sendo a responsável por sustentar os filhos e por dar a eles afeto, atenção, educação. Foi possível perceber que nas conversas é sempre mais fácil falar da mãe, já que para muitos deles a figura do pai nunca foi conhecida ou se distanciou há muito tempo. Essa proximidade com a mãe, no entanto, não se reflete em atitudes de reconhecimento de sua autoridade como chefe de família.

As famílias formadas por adolescentes também são comuns no contexto daqueles jovens. Em diversas ocasiões, eles relataram casos de amigos-amigas que saíram de casa para viver uma relação a dois, quase sempre sem muita estrutura, na casa de algum parente, em um cômodo alugado. No caso das meninas, quase sempre a situação ocorre devido a uma gravidez e, no caso dos meninos é comum desentendimentos com a mãe, o pai ou o padrasto. A família para eles – o núcleo familiar formado por pais, mães e irmãos – não oferece segurança ou proteção, muitas vezes se configura em problemas, como no caso de pais desempregados, envolvidos com o crime, presos e alcoólatras.

Numa comparação entre as duas matérias, a da editoria de Cidades e a da Polícia, é possível perceber que há dois mundos e que eles não se aproximam. As adolescentes da periferia, das classes populares, não são situadas na condição de meninas, de filhas, e sim na condição de pessoas autônomas, capazes de resolver seus problemas sem nenhum tipo de proteção. Os pais das meninas da pesquisa divulgada pelo jornal, que impõem limites e abrem espaço para o diálogo, não fazem parte do universo dessas outras meninas que são levadas para a delegacia por causa de um namorado adolescente.

A entrevista com o motoboy apresenta, de certa forma, uma justificativa para o crime. Ele diz que tinha rompido o namoro com a mãe da menina de 11 anos e que ela (a mãe) mandava a filha até sua casa para vigiá-lo. O motoboy afirma que as meninas faziam sexo em sua casa porque queriam. Há uma preocupação em ouvir os dois lados – o motoboy e a mãe de uma das meninas. Mas é de se notar a ausência de qualquer argumento ou justificativa por parte das meninas, como se

nessa hora houvesse que ser resguardada a imagem e a dignidade delas, como preconiza o ECA.

As matérias três e quatro – “Esbarrão em baile funk acaba em tiro” e “Tiroteio fere adolescentes” – envolvem jovens e adolescentes e encontram-se também na editoria de Polícia. Elas foram produzidas a partir dos boletins de ocorrência. Na primeira delas, um adolescente de 17 anos é ferido de madrugada em um baile funk. É possível perceber que a condição de adolescente para se referir ao rapaz está ligada apenas à sua idade. Como na matéria das meninas ele é tratado como uma pessoa autônoma, sem qualquer relação com a família ou ao fato de, sendo menor de idade, estar em um baile de madrugada.

A outra matéria segue o mesmo caminho. O fato que motivou a narrativa jornalística é que três adolescentes foram feridos quando saíam de uma lanchonete no bairro onde moravam. Simples registro, demonstrando sua origem no boletim de ocorrência, os jovens não têm voz nem família. Essa condição de seres autônomos pode ser percebida nas falas dos jovens entrevistados durante a pesquisa quando eles falam das cobranças que enfrentam na família para que saiam de casa e encontrem um trabalho. Também nessa matéria há uma justificativa para a tentativa de homicídio, finalizando o texto: “Eles (os adolescentes) seriam de gangues rivais”.

A narrativa construída sobre jovens nessas matérias não pode ser considerada como deliberadamente maldosa ou interessada em emitir algum juízo de valor. Ela parece, antes, remeter a uma necessidade profissional de cumprir uma pauta e a materializar um discurso que de tanto ser repetido tem se tornado em uma verdade: a de que meninos e meninas das periferias não devem ser tratados como crianças, pois já possuem a malícia e a maturidade de adultos. Os jovens de Jacaraípe demonstraram também acreditar nessa “verdade”. “Criança de cinco, seis anos, que mata e rouba já não é criança, não... sabe muito bem o que faz... pai e mãe não tem nada com isso não”, diz uma adolescente de 18 anos, referindo-se a um crime noticiado pela imprensa praticado por um menino de 6 anos.

Podemos perceber na abordagem da cobertura desse tipo de matéria o que Abad (2003) chama de desinstitucionalização da condição juvenil, uma crise das

instituições, como a família e a escola, que têm perdido sua eficácia simbólica no ordenamento da sociedade. Ao tratar as meninas como pessoas autônomas, o jornalismo acaba legitimando um modo de viver a juventude de forma distinta daquela experimentada por gerações anteriores ou por integrantes da própria geração que se encontram inseridos em outros contextos dentro da sociedade.

Na fala de duas jornalistas entrevistadas, elas confirmam que entre as atribuições do repórter de polícia está a checagem das “ocorrências policiais”, a principal fonte. Também na fala delas, fica clara a descontextualização na abordagem e nas coberturas e também a falta de reflexão sobre de quem são as vozes que falam por meio dos textos jornalísticos.

Mas, a gente não dá tudo que tá nos boletins de ocorrência. Às vezes, rende uma notinha, outras vezes rende uma especial... tudo depende do tipo de crime, do tipo de acontecimento. Por exemplo, se um menor foi morto a tiros num bairro qualquer e não houve nenhum detalhe mais na ocorrência, é por que não deram muita importância, aí vai uma nota. Mas, se o menor fez refém, se deu tiro, se foi preso num bairro tipo Praia do Canto e era algo maior, droga, tráfico, aí a gente corre atrás das informações (*jornalista A*).

Nós temos que fazer a matéria, relatar o que ocorreu. Às vezes a gente tem uma denúncia, de um leitor, de um órgão público... aí a gente faz. Nas matérias de polícia a gente vê primeiro o que aconteceu, que tá nos boletins da polícia e vê o que dá pra explorar e virar notícia (*jornalista B*).

Por trás das narrativas envolvendo jovens e violência presentes no jornalismo é possível perceber, como sugere Quapper (2001), que há um problema ligado à estigmatização de certo grupo social juvenil que se converte em um problema para a sociedade. Há uma tendência, segundo ele, de se patologizar a juventude, de tratá-la como fonte de problemas e preocupações. A visão de jovens presente no jornal pesquisado faz uma clara distinção entre o jovem da classe média e o jovem pobre dos bairros periféricos.

É possível perceber o conceito de moratória social presente nas definições e abordagens dos jornalistas. Esse conceito, que permite aos jovens das classes médias viverem suas juventudes sob as graças e proteção de suas famílias, exclui os jovens das classes populares da condição de juventude. Ao se alinhar ao conceito de moratória social para classificar os jovens, o jornalismo coloca o jovem pobre das periferias em uma situação de não-legitimidade.

O jovem das classes populares raramente é situado na condição de filho, de alguém que tem família e que é responsável por ele, quando envolvido de alguma maneira com o crime – vítima ou autor. Ele é posicionado (nas reportagens policiais) como uma pessoa autônoma, ainda que tenha 12, 13, 16 anos ou até menos. São esses jovens os motivos de preocupação e a fonte de problemas, quando vistos sob as lentes da imprensa. O afeto e os vínculos familiares se encontram presentes na primeira matéria e totalmente ausentes nas outras três, localizadas na editoria de Polícia e relacionadas à violência.

A estrutura familiar, as relações afetivas nessas famílias onde os jovens se envolveram em episódios violentos e, principalmente, a questão da responsabilidade das famílias por esses jovens não merece qualquer destaque. A violência envolvendo esses jovens, como já demonstrou a pesquisa *Balas Perdidas* (2001) é vista exclusivamente pelo aspecto policial, desconsiderando os contextos em que elas ocorrem. Também não é possível vislumbrar em todo o material analisado referências às demandas por soluções para os problemas vividos pelos jovens que se envolvem com violência, como mostrado nas matérias dois, três e quatro.

Outra questão que merece destaque é a falta de questionamentos quanto à condição de desempregado dos jovens das classes populares, quando, na classe média seria uma exceção um jovem com menos de 18 anos não estar na escola. Jovem para os jornalistas entrevistados é uma condição conferida pela idade, ainda que nenhum deles soubesse dizer com precisão qual a idade para que alguém seja considerado jovem. Não há, portanto, distinção entre os jovens de classe média e os das classes populares, quando se fala sobre o assunto.

O jornalismo toma como referência, nesse caso, a idéia da corrente geracional analisada por Pais (1993), que vê a juventude como um período de transição e de espera pelas possibilidades que a vida adulta oferece. Os jornalistas parecem tomar todos os jovens inseridos em uma mesma faixa etária, seja qual for a classe social à qual eles pertençam, a partir de um padrão que não é estabelecido por eles, mas que está presente com muita intensidade em suas narrativas.

A tendência é homogeneizante, ou seja, jovem é tudo igual. Logo, no jornalismo é possível fazer uma matéria sobre comportamento como se ela se dirigisse a todos indistintamente. Mas, essa aparente semelhança entre os jovens apresenta contradições que não sustentam discurso da juventude presente na fala dos jornalistas e aquele presente nas páginas dos jornais.

Nós sabemos que jovem lê jornal, que se interessa por notícia. Não é alienado, então, a gente dá prioridade a tudo que interesse a jovem, a gente sempre faz matéria que interesse a jovem... (*jornalista entrevistada*).

Não foi possível perceber, no entanto, nas falas dos jornalistas intencionalidade em relação à abordagem sobre os jovens das classes populares. As matérias são escolhidas em função do seu potencial para chamar a atenção do leitor e “chocar”, “surpreender”, como disse uma jornalista. Esse dado me fez refletir que toda a produção é feita de forma burocrática (de acordo com as regras estabelecidas em função dos critérios da noticiabilidade) e de acordo com “verdades” já estabelecidas *a priori* a respeito desses jovens que se envolvem com violência. A intencionalidade nesse caso – entendendo intencionalidade como propósito em relação a alguma coisa – não está ligada à figura do jornalista e sim às regras as quais ele se submete em sua rotina profissional.

Não há reflexão sobre os temas em questão. Percebe-se, pelo padrão das matérias veiculadas, a rotinização da produção, que torna o fazer jornalístico uma ação quase burocrática de preencher espaços em branco dentro de um tempo estabelecido. Sobre essa rotinização das formas de produzir do jornalismo, Barros Filho (2003) diz que há um padrão muito mais ligado a rotinas e modos de fazer do senso comum do que a padrões teóricos e técnicos. Ele chama a atenção para o hibridismo presente nos textos jornalísticos e diz que o jornalista não é inteiramente responsável pelas representações que acredita construir. O texto jornalístico é híbrido no sentido de que ele é um conjunto de vozes, com autoria marcada ou não.

CAPÍTULO 3 – JORNALISMO E EDUCAÇÃO

As mudanças ocorridas nas diversas instituições da sociedade no século XX afetaram todas as esferas da vida pública e privada. Mudanças no cenário político e econômico afetaram de maneira muito visível o campo da educação. Houve nos últimos anos, de forma contínua e progressiva, um processo de sucateamento das escolas públicas aliado ao aumento da oferta de matrícula tanto na rede pública quanto na rede privada. Observou-se também um processo que pode ser chamado de desqualificação e perda de autoridade do professor.

Essas mudanças e outras vinculadas aos novos processos produtivos, às leis do mercado e à queda das fronteiras – que alterou a visão espaço-temporal das pessoas –, provocaram transformações nos modos de vida e nas relações sociais. Novos valores – consumo, competitividade, autonomia, individualismo, entre outros – fizeram com que surgissem novas formas de socialização.

Se até pouco tempo atrás a família tinha um papel de extrema importância nesse processo socializador, principalmente nos primeiros anos de vida da criança, hoje, com as mudanças que geraram, inclusive, diferenças na forma de se estabelecer núcleos familiares, ela já não se mostra como complemento ou parceira da escola nessa tarefa. A escola, por sua vez, não consegue cumprir integralmente seu papel de agente socializador, capaz de zelar pela coesão da sociedade, a fim de formar cidadãos de fato e de direito (TEDESCO, 1995).

Abad (2003) fala que há uma crise das instituições tradicionalmente consagradas à transmissão de uma cultura hegemônica. Em relação à juventude, o autor afirma que essas mudanças provocaram o quase desaparecimento da infância e um alongamento da adolescência e da juventude até bem próximo dos 30 anos. A escola estaria, então, encurralada entre um paradigma que previa mediar as relações de incorporação à vida adulta e à aquisição de conhecimentos e um novo paradigma que se apresenta diante das mudanças no mundo contemporâneo.

O caráter hierarquizante e seqüencial sobre o qual a escola moderna foi concebida parece não caber mais nesse mundo, onde novas formas de socialização foram e estão sendo incorporadas e o avanço da tecnologia e das comunicações se faz presente com muita intensidade (TEDESCO, 1995). Seria possível afirmar que nos processos de socialização de hoje os jovens e as crianças tomam de empréstimo dos meios de comunicação muito do que aprendem e apreendem dentro e fora da escola, sem que essas aprendizagens estejam contempladas pelos currículos oficiais ou normativos.

Compartilhando a crítica que Tedesco (1995) faz à hierarquização e à seqüencialidade do processo educativo, poderia dizer que nos meios de comunicação tudo está disponível o tempo todo, para qualquer um, independente de faixa etária ou classe social a que pertença. Por isso, importa refletir sobre a impossibilidade de se desconsiderar, dentro ou fora da escola, o papel formador que os meios de comunicação, em especial o jornalismo, exercem sobre as pessoas, principalmente sobre os jovens.

Os processos educativos envolvem leituras do mundo, diretas ou indiretas, que, por sua vez, envolvem processos mediadores. Mediação pode ser entendida como aquilo que se “costura” nessa passagem de um lugar ao outro e não apenas como aquilo que permite ir de um lugar ao outro. Pode-se dizer que as pessoas fazem leituras a partir de suas vivências, de suas realidades e de seus contextos. Dessa forma, os elementos constitutivos do sujeito interferem na resignificação que ele faz das mensagens que recebe.

3.1 O jornalismo como campo formador

A educação compreende os processos formativos que ocorrem no meio social, intencionais ou não-intencionais, sistematizados ou não, institucionalizados ou não. Segundo Libâneo (2000), a educação deve ser considerada em duas modalidades: educação intencional e educação não-intencional. E sugere compreendê-la a partir da sua determinação pelas relações sociais vigentes em cada sociedade. Esse ponto de vista surgiu das mudanças na forma de se encarar os processos

educativos, não mais como agentes isolados e individuais, e da ampliação da perspectiva educadora.

Num sentido mais amplo, a educação abrange o conjunto das influências do meio natural e social que afetam o desenvolvimento do homem na sua relação ativa com o meio social. (...) Os valores, os costumes, as idéias, a religião, a organização social, as leis, o sistema de governo, os movimentos sociais, as práticas de criação de filhos, os meios de comunicação social são forças que operam e condicionam a prática educativa. A despeito desse grande poder dessas influências, boa parte delas ocorre de modo não-intencional, não-sistemático, não planejado (LIBÂNEO, 2000, p. 87).

O processo de socialização para esse autor se dá boa parte em função das práticas educativas não-intencionais, uma vez que elas estão em todos os lugares e atuam na formação da personalidade, ainda que de forma dispersa e difusa. Já quando se refere às práticas intencionais formais e não-formais, Libâneo (2000) acredita que elas surgem como consequência da complexificação da vida social e cultural. Educação formal seria aquela estruturada, organizada, planejada intencionalmente e de forma sistemática. Ele destaca, no entanto, que esta modalidade de educação não está restrita àquela que ocorre na escola. Entende-se por educação formal, portanto, aquela que ocorra onde haja ensino, escolar ou não. Seriam as práticas educativas de jovens e adultos, profissionalizantes, sindicais, entre outras.

A modalidade de educação não-formal, segundo Libâneo, possui intencionalidade e baixo grau de estruturação e sistematização, implicando relações pedagógicas não-formalizadas. São aquelas modalidades praticadas pelos movimentos sociais organizados, trabalhos comunitários e meios de comunicação. Tais práticas podem ocorrer na escola, adquirindo um caráter formal, na medida em que há estrutura, planejamento e ensino sistemático (LIBÂNEO, 2000).

No sentido que o autor aponta, a formação do indivíduo ocorre em decorrência de processos intencionais de educação; os processos intencionais, por sua vez, são postulados em função dos processos não-intencionais. Libâneo afirma que a educação formal e a não-formal são perpassadas o tempo todo pela educação informal. Neste trabalho, o jornalismo é percebido como uma modalidade de educação informal, que acaba por interferir na formação que irá ocorrer mediante processos formais, na escola ou fora dela.

No campo da educação informal, vários quadros institucionais competem na sua capacidade de oferecer modelos de “normalidade” social, regras de convivência, tomada de posições políticas, princípios orientadores de conduta. Tudo isso, segundo Libâneo (2000), repercute no desenvolvimento da personalidade. Com essas afirmações, ainda que não de forma direta, poderia trazer à discussão a possibilidade do jornalismo ter se constituído, na atualidade, em uma das principais fontes de elementos para a compreensão e organização do mundo.

A produção jornalística, de acordo com Costa (2002), passou a representar um capital cultural de interesse ampliado, cotidiano e fundamental nas relações entre pessoas, grupos sociais, culturas e civilizações. O autor afirma que a prática do jornalismo acarreta mudanças no estatuto da percepção e inteligibilidade, com sua capacidade de apreensão de realidades longínquas, reelaboradas pelas condições da narrativa e dos recursos técnicos.

Goergen (2002) lembra que o jornal exerce uma função mediadora entre o leitor e a realidade e que esta, antes de ser apresentada, foi selecionada, lida, interpretada. Segundo ele, algo é retirado de um determinado contexto, moldado e transferido para um outro, no qual ganha novos sentidos e relevâncias.

[a mídia] Tornou-se um instrumento precioso que povoa nosso dia-a-dia, que nos educa a todos e que ninguém pode dispensar. Ao mesmo tempo é um chão minado. Devemos pisá-lo com cuidado e consciência pelos perigos que espreitam em seus subterrâneos. Para evitá-los há apenas um caminho: saber das minas, ter consciência dos mecanismos, saber interpretar os signos, os sentidos que estes mecanismos expressam e transmitem (GOERGEN, 2002, p. 3-4).

Soares (2002) aponta que a credibilidade atribuída à notícia como recorte do real, como informação precisa sobre os acontecimentos, interfere na formação do educador, na medida em que a mídia contribui para a produção individual e coletiva de conhecimentos na sociedade globalizada. Se é possível afirmar que a mídia interfere na formação do educador é possível afirmar também que ela irá interferir na formação do educando. Posicionamento semelhante tem Reis (2002) ao afirmar que a mídia e o jornalismo não são apenas observadores, mas criadores de mundos.

O jornalismo é compreendido aqui como um campo social que possui um dos critérios fundamentais para sua constituição – a legitimidade – e que ocupa o lugar de sujeito nas enunciações. O jornalismo – e não o jornalista – é de natureza consensual e indiscutível e tem capacidade para impor algo ao conjunto da sociedade. Ele surge, na visão de Rodrigues (1990), como um organizador do aleatório, do que está disperso. A comunicação, para esse autor, se constitui em um campo autônomo, capaz de servir como instância mediadora entre os demais campos, como a família e a escola. A verdade, como atributo da atividade jornalística, nos leva todos a crer que a instituição jornalismo é digna da nossa confiança.

A associação proposta neste trabalho, educação e jornalismo, fundamenta-se na conectividade que existe entre os campos sociais, que não podem ser analisados como compartimentos estanques, sem relação entre si. Rodrigues (1990) fala em campo dos *media*, que seria a instituição de mediação da sociedade moderna. Para efeitos metodológicos sugiro um recorte nesse campo, apresentando o campo do jornalismo, considerado aqui, um campo mediador por excelência.

O jornalismo, portanto, como campo social²², estaria inserido dentro de uma rede de instituições, entre elas a escola e a família, capazes de intervir contínua e espontaneamente no dia a dia das pessoas. É, na visão de Rodrigues (1990), a ação legitimadora dos campos sociais que dita a maior parte das normas da conformidade social que constituem o espaço público. Ao tomar o jornalismo como criador de mundos e como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social, nega-se a perspectiva que o toma como transmissor imparcial e neutro de acontecimentos. (REIS, 2003).

Cabe ainda acrescentar que é cada vez mais notório o poder que a mídia impressa exerce na formação da opinião ou no forjar de fatos e a sua interpretação constitui-se em um poderoso instrumento de intervenção na vida social, a ponto de ser qualificada de “um quarto poder” (REIS, 2003, p. 17).

²² Um campo social, segundo Rodrigues (1990), é uma instituição social, uma esfera de legitimidade, que impõe atos de linguagem, discursos e práticas dentro de um domínio específico.

As mudanças na educação ou a necessidade contínua de mudanças que se postula no campo da educação e das práticas educativas não são recentes. É possível afirmar, segundo Ghiraldelli (2002), que três revoluções movimentaram a educação, no campo filosófico, entre a segunda metade do século XIX e o século XX; uma quarta está em pleno curso e ainda não possui uma figura que possa representá-la. Para o autor, três pensadores distintos iniciaram as revoluções ao invocar maneiras de pensar que avançavam ou derrubavam as anteriores.

No final do século XIX, J. F. Herbart²³ chamava a atenção para a importância do aparato intelectual no processo de aprendizagem; John Dewey²⁴, na primeira metade do século XX, introduziu a necessidade de se pensar na interação dos elementos psicológicos e sociais; e Paulo Freire²⁵, já na segunda metade do século XX, introduziu na discussão da aprendizagem a importância do aparato político. (GHIRALDELLI, 2002).

Ghiraldelli aponta que, juntas, estas revoluções cumpriram, pelo menos no campo teórico, o programa vislumbrado filosoficamente pelo Iluminismo e Romantismo dos séculos XVII, XVIII e XIX. Em relação à quarta revolução, o autor acredita que não há uma figura significativa que possa representá-la, uma vez que ainda está em curso. Ele acredita que não há, no entanto, ruptura com o projeto da modernidade; há um avanço, do ponto de vista social, resultado de inter-relacionamentos entre povos, dos efeitos do multiculturalismo e da influência dos aparatos tecnológicos, além do avanço das comunicações.

Essa revolução também surge diante “da necessidade dos educadores prestarem mais atenção nas diferenças que devem ser permitidas e nas novas igualdades que devem ser conquistadas”. (GHIRALDELLI, 2002, p. 11). Essa quarta revolução

²³ **Johann Friedrich Herbart**: colocou o cérebro no centro da questão, assim como o aparato intelectual e a possibilidade de seu estudo empírico. Compreendia que as percepções e os conceitos eram guiados pela razão e unificados por ela. O intelecto era o carro-chefe dos interesses e motivações no processo de aprendizagem e do conhecimento.

²⁴ **John Dewey**: invertia o postulado de Herbart, afirmando que não era o intelecto o carro-chefe de funcionamento do aparato psíquico humano, mas os interesses, que eram a base psicológica e gerados por situações da experiências humana com o meio ambiente. Dizia que a criança é diferente do adulto porque pensa diferente, tem interesses e motivações específicas.

²⁵ **Paulo Freire**: viveu o período de emergência da noção de terceiro mundo. Sua teoria girou em torno do pobre, do oprimido, adulto ou criança. Ele, assim como Herbart, estava preocupado com o ensino para a coletividade. Os aspectos psicológicos de Herbart e os aspectos sociais de Dewey foram resumidos por Freire como aspectos de mudanças políticas.

propõe um novo modo de pensar a relação mundo-linguagem-verdade. Ela prevê que haja uma reformulação de temas que não foram resolvidos na modernidade e a incorporação de outros que nunca foram pensados.

Se for levada em consideração a necessidade de uma nova forma de pensar, a educação deixa de ter apenas o sentido de uma série de ações visando uma adaptação às exigências do contexto social – família, igreja, fábrica, e outros. Libâneo (2000) acredita que as definições de educação correntes ora se unem em torno de um ideário liberal, ora tomam a sociedade como viés condutor, mas sem levar em consideração a mutabilidade das relações sócio-econômico-político-culturais. Numa visão crítica, ele acredita que o processo educativo é um fenômeno social e, como tal, não pode ser concebido ao nível do individualismo.

Com efeito, a educação para além de sua configuração como processo de desenvolvimento individual ou de mera relação interpessoal, insere-se no conjunto das relações sociais, econômicas, políticas, culturais que caracterizam uma sociedade. Se atentarmos para o fato de que, na sociedade presente, as relações sociais são marcadas por antagonismos entre os interesses de classes sociais e grupos sociais, que se manifestam em relações de poder, não será difícil perceber que as funções da educação somente podem ser explicadas partindo da análise objetiva das relações sociais vigentes, das formas econômicas, dos interesses sociais em jogo. Com base nesse entendimento, a prática educativa é sempre a expressão de uma determinada forma de organização das relações sociais na sociedade. Se, a par disso, vimos cada forma de organização social como resultado das ações humanas, portanto, possível de ser modificada, também a educação é um acontecimento sempre em transformação (LIBÂNEO, 2000, p. 79).

Tomando Durkheim como referência, Brandão (2003) nos lembra que a educação não é uma propriedade individual e que toda a estrutura da sociedade está fundada sobre códigos sociais de inter-relações entre seus membros. Para Brandão, a idéia da educação como detentora de poder de transformar a sociedade só é aceitável se forem consideradas as demais práticas sociais que exercem efeitos sobre as pessoas e criam condições para a realização de transformações indispensáveis.

Entendendo que a formação das pessoas ocorre em diferentes instâncias, em diferentes momentos e em contextos distintos, proponho refletir sobre a questão da formação dos jovens das classes populares a partir dessas percepções, construções e idealizações que a imprensa faz deles. É possível afirmar que o eixo central dessa pesquisa é a educação na medida em que, ao tratar da relação entre juventude,

meios de comunicação e violência, é esse campo (educação), socializador por excelência, que surge como pano de fundo e, ao mesmo tempo, como cenário principal, ao ser perpassado e interpenetrado pela comunicação.

3.2 O Jornalismo e o Conhecimento

Uma cena comum nos dias de hoje é aquela em que o professor ou professora leva jornais para a sala de aula e os alunos são motivados a ler criticamente as notícias ali veiculadas. Em outra situação, o professor ou professora estimula a produção de um veículo de comunicação interna, que pode ser um jornal mural ou impresso em duas páginas, a partir das principais notícias da publicação escolhida. Os exemplos caracterizam algumas situações em que a educação se apropria do jornalismo conferindo a ele um caráter instrumental.

Na proposta deste trabalho, a atenção é deslocada para o paradigma do jornalismo como conhecimento, recusando, portanto a idéia instrumental comumente adotada por educadores e escolas. A proposta aqui parte do entendimento do caráter intrínseco da comunicação ao processo educativo e do lugar de produtor de conhecimentos dado ao jornalismo por algumas correntes de investigação. A fundamentação para tal afirmação pode ser encontrada em diversos autores, mas é, principalmente, em Severino (2002), Meditsch (2002), Barros Filho (2003) e Genro Filho (1987) que busquei amparo para prosseguir por esta linha de raciocínio.

Para Severino (2002), há uma relação intensa entre o processo educativo e a sociedade. O autor entende que a educação é um evento que se desdobra no tempo histórico e que pode ter efeitos desestruturadores, tornando-se fator de mudança social. Ele afirma que a educação é uma instância de mediação criadora e transformadora da história e que o homem não tem acesso direto aos objetos, mas um acesso mediado.

Estaria, então, o jornalismo exercendo, entre outras instâncias e instituições, um processo mediador entre o real – estabelecido aqui como um recorte dentre tantos possíveis – e o que o sujeito apreende como real. Daí surge que o conhecimento é uma relação entre o sujeito e o objeto, considerando-se que a relação é de

construção e não de pura contemplação. Severino afirma que “para se apreender como significativo um objeto (físico, simbólico ou imaginário), é preciso refazer sua estrutura” (SEVERINO, 2002, p. 23).

Analisada por Meditsch (2002), a questão do jornalismo como conhecimento apresenta pelo menos três aspectos que merecem destaque. O primeiro deles é o que supõe o conhecimento como algo exterior que precisa ser apreendido em sua totalidade. Esse parâmetro acaba por se constituir naquele que vai julgar toda espécie de conhecimento produzido pela humanidade. Trata-se do conhecimento metafísico, em que o sujeito se apropria da essência do objeto.

Essa cientificidade do saber, tão aclamada pelos filósofos positivistas, estabelece uma abordagem do “problema” do jornalismo em relação ao conhecimento que persiste até os dias de hoje. Apesar dos diversos estudos que superam essa concepção, o jornalismo ainda não é visto, na perspectiva da ciência moderna, como produtor de conhecimento, mas antes como um “degradador” do conhecimento produzido de acordo com o “método científico” (MEDITSCH, 2002).

A era moderna, com as fantásticas realizações da técnica na transformação da vida humana e no domínio da natureza, acabou por realizar o sonho dos filósofos positivistas de entronizar a ‘Ciência’ como única fonte de conhecimento digna de crédito. O ‘método científico’ foi escolhido como o parâmetro adequado para se conhecer e dominar o mundo e toda a tentativa de conhecimento estabelecida à margem desse padrão foi desmoralizada, considerada imperfeita e pouco legítima (MEDITSCH, 2002, *on line*)

Outra forma de se estudar o jornalismo como conhecimento parte da idéia de que há gradações que estariam relacionadas ao grau de profundidade que a informação jornalística alcança em relação ao saber produzido pela ciência ou pela história. Meditsch destaca que essa gradação pode se referir, além da profundidade, à velocidade com que o conhecimento é produzido, tanto que “o Jornalismo já foi definido como a história escrita à queima-roupa” (MEDITSCH, 2002, ON LINE).

Nessa perspectiva, abandona-se a idéia do conhecimento como um ideal a ser perseguido e passa-se a observá-lo como um dado da vida humana (MEDITSCH, 2002). Melo (2001) diz que o sociólogo americano Roberto Park foi o primeiro a

reconhecer o jornalismo como forma de conhecimento. Para Park, segundo Melo, o jornalismo não se refere nem ao passado nem ao futuro e as notícias, depois que chegam às pessoas, se transformam em história.

Uma terceira abordagem, segundo Meditsch (2002), considera que o jornalismo não pode ser considerado uma instância que revela mal a realidade ou de maneira menos correta que a ciência; ele deve ser considerado como aquele que revela de outra maneira aspectos da realidade que a ciência ou outros modos de conhecimento não revelam. Além disso, o jornalismo pode ser visto não apenas como produtor de conhecimento, mas como re-produtor de conhecimentos produzidos por outras instituições sociais.

Meditsch destaca que a hipótese do jornalismo como re-produtor de conhecimento e não simplesmente um transmissor ajuda a compreender melhor o papel desse campo no processo de cognição social (MEDITSCH, 2002). Para o pesquisador José Marques de Melo (2001), o jornalismo é a principal forma de conhecimento que permite aos cidadãos de qualquer sociedade acompanhar, participar e interferir na história.

Genro Filho (1987) acredita que a essência do jornalismo estaria ligada à sua capacidade de produzir e re-produzir conhecimentos acerca do real, tomando-se esse real como algo que não é dado ou existe de forma fixa e inerte. O real surge de um processo de construção mediado por diversas instâncias que se somam, se anulam ou concorrem entre si. Uma dessas instâncias seria o jornalismo.

Barros Filho (2003) também chama atenção para o jornalismo como uma forma de conhecimento autônoma, que não apenas relata fatos mas age como instância legítima de transmissão de saber de outros campos. Para que haja essa legitimação, o postulado de um conhecimento e de um fazer objetivo surge como critério imperioso no processo de produção da notícia. Os postulados dessa objetividade, segundo Barros Filho (2003), podem ser enumerados da seguinte forma: existência de uma realidade exterior ao sujeito; possibilidade de apreensão dessa realidade; e regularidade das transformações dessa realidade.

Não cabe nas reflexões propostas neste trabalho algum tipo de juízo acerca da existência de uma mídia perversa ou ainda especulações sobre se o jornalismo como conhecimento seria bom ou ruim para a sociedade. O que se pretende aqui é refletir sobre essa capacidade de construir realidades, a partir de uma visão particular do que seja a realidade que tem um grupo de profissionais, com formação específica, conhecedor de técnicas e modos de agir, ligados a um modo de produção que lhes é apresentado como natural e integrante de sua cultura profissional.

3.3 O jornalismo e a produção de sentidos

Em uma pesquisa intitulada *A destruição do espetáculo – a contribuição dos jovens para reinventar a sociedade além da sala de aula*, Gene M. Lyra Silva (2004) aponta como o cotidiano social é significativo na formação política e cultural de jovens estudantes. Ela toma como ponto de partida para a realização dessa análise²⁶ as comemorações dos 500 anos do Brasil, que, segundo ela, teve na mídia a sua mais forte aliada. Para a autora, é por meio da mídia que se produz boa parte dos esquemas de modelização ao qual a juventude tem acesso.

O interesse dela com esse trabalho é captar de que maneira essa cultura foi apresentada de forma hegemônica para os jovens. Seguindo um percurso dividido em três tópicos, a autora leva à reflexão sobre o símbolo criado pela Rede Globo para o evento (o relógio que marcou o tempo para o início das comemorações), sobre o projeto do governo federal de transformar uma data histórica em espetáculo e sobre o que chama de memória social dos jovens, incorporada pelas culturas hegemônicas.

Apesar de não fazer referências explícitas à participação dos meios de comunicação como inventores de realidades ao darem corpo ao espetáculo, Silva (2004) parece sugerir isso na medida em que afirma ser a mídia uma das reprodutoras dos esquemas de modelização seguidos por jovens. Nesse sentido, pode-se dizer que a

²⁶ A pesquisa teve como estratégia entrevistas feitas com estudantes do ensino médio, de uma escola pública de Goiânia, que não participaram do ato público de 19/04/00, além de entrevistas com os presidentes e alguns membros das entidades representativas dos estudantes no Estado de Goiás: União Estadual dos Estudantes (UEE) e União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES), que participaram da manifestação acima mencionada.

realidade das comemorações dos “500 anos do descobrimento do Brasil” não teria se convertido no espetáculo e colocado o Brasil no centro das atenções do mundo, por meio de uma jogada de marketing que transformou uma data em um símbolo, se não fosse a atuação da mídia. Segundo ela, o cotidiano das pessoas se enriquece de novas dimensões com o papel que a informação e a comunicação assumiram em todos os aspectos da vida social. Silva afirma que:

(...) as memórias que chegam ao imaginário popular e, também, aos jovens estudantes são abastecidas de intenções diversificadas, justificando os desejos de grupos sociais e econômicos distintos na constituição de seus interesses. São resultados históricos de atos intencionais desses grupos, que tanto consideram os aspectos valorativos como, também, organizam imagens correspondentes às conveniências dos diversos atores sociopolíticos (SILVA, 2004, *on line*).

O psicanalista Jurandir Freire Costa²⁷ afirma que a sociedade brasileira vive uma crise moral, na qual as pessoas querem o prazer material a todo custo e não se importam com o outro. Para ele, os valores de antes, como honestidade, integridade e honra, não têm mais sentido, prevalecendo hoje o desejo de se obter sucesso e a valorização por quem alcança esse sucesso, importando pouco ou nada a forma como se atingiu o podium. Costa afirma que a mídia é grande colaboradora para esta crise moral, com o mecanismo da isenção, que torna tudo igual. Além disso, ele aponta a enxurrada de informações a que as pessoas são submetidas na sociedade contemporânea, que provocam um efeito cumulativo sem que haja tempo para a reflexão. O processo, como uma espiral, permite que o excesso de informação acabe por levar à desinformação. (MARCONDES FILHO, 2002).

A intenção da jornalista e professora Lucília Maria de Sousa Romão (2004), com a pesquisa *Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico*, é investigar o papel da memória discursiva e da historicidade em relação ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e a forma como ela se materializa no discurso jornalístico. Para isso, a autora lança mão da análise de três reportagens publicadas na revista *Veja* (nº 1.870, de 8 de setembro de 2004)²⁸, segundo ela:

²⁷ Professor titular do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, mestre em etnopsiquiatria, na Sorbone, Paris, em entrevista à revista *IstoÉ*, nº 1836, 15/12/2004, p. 13.

²⁸ A primeira matéria, intitulada “O massacre dos inocentes”, trata do atentado à escola russa de Beslan; a segunda, com o título “À sombra da Al Qaeda – o massacre das crianças russas também leva a marca da rede terrorista de Osama Bin Laden”;

aparentemente desarticuladas e desconexas, que formam uma malha de efeitos de sentido e uma rede de silêncios, que muitas vezes não é significada pela leitura ingênua ou literal (ROMÃO, 2004, *on line*).

Romão destaca entre outras questões aquelas relacionadas à ausência de reflexão sobre temas geopolíticos envolvidos nas questões tratadas e sobre o movimento de desatenção do leitor ao consumir as informações publicadas na revista, que resultam em muitos sentidos construídos, falados e silenciados discursivamente. Para ela, chama à atenção a repetição de certas denominações, que associam o terror a uma determinada religião ou povo e a associação das escolas do MST às escolas fundamentalistas que ensinam suas crianças a morrer em nome da fé (ROMÃO, 2004).

A repetição, o realce e o destaque são sintomas de que é preciso dizer de novo para fazer crer que seja verdade. A partir do estudo de Romão é possível traçar um paralelo entre o tema juventude e a forma como ele se materializa no discurso jornalístico. É essa materialização que, consumida direta ou indiretamente, irá produzir sentidos, interpretações, construções e idealizações sobre o que é e como se vive a juventude na sociedade, retratada pelos meios de comunicação.

Ainda com base no texto de Romão (2004), poderia afirmar que quando as pessoas consomem informação, seja na televisão, jornal, revista ou em outro veículo, elas o fazem de forma estanque. Com isso quero dizer que o ato de receber a mensagem é estanque, no sentido que o receptor está situado em um determinado espaço, num tempo determinado e num dado momento histórico; mas a percepção que se forma a partir do que foi recebido, não. O processo de recepção se encontra imbricado em uma teia de outros significados que se unem, se sobrepõem, se anulam ou se somam para formar outros que irão tomar corpo nas atividades cotidianas e na interação com o ambiente no qual se vive.

A informação consumida diariamente, ainda que de forma indireta, é como um fragmento de um todo enterrado há mil anos e descoberto por um grupo de arqueólogos. Como os ossos dizem a respeito das civilizações que antecederam a

e a terceira reportagem, traz o seguinte título: "Madrachais do MST – Assim como os internos mulçumanos, as escolas dos sem terra ensinam o ódio e instigam a revolução. Os infiéis, no caso, somos todos nós".

nossa, talvez seja possível afirmar que a realidade chega a esses jovens das periferias, oriundos de classes populares, de forma fragmentada e por delegação. Num jogo de sombras, o que se mostra é apenas a parte de um todo, que se deixa insinuar nas entrelinhas das mensagens jornalísticas. Há um modelo de jovem, para o bem ou para o mal, que emerge desse jogo de sombras e que acaba se tornando um ideal a ser perseguido ou um tíã a ser derrotado.

É o jornalismo que fornece, nos dias atuais, boa parte dos elementos necessários para a compreensão e organização do ambiente no qual o sujeito se encontra inserido. Isso significa que selecionar temas considerados importantes, transformá-los em notícias e levá-las ao público é uma delegação dada pela sociedade ao jornalismo. Mas não se deve pensar que o jornalismo age sozinho nessa construção cotidiana da realidade; deve-se ter em mente que o público participa de forma ativa, num processo de interação em que a notícia é apenas um dos elementos no processo de construção dessa realidade (LIMA, 2005).

O pesquisador colombiano Germán Franco Díez, citado na publicação Remoto Controle (2004), coordenador do projeto *“Muchachos a lo bien”*, realizado com adolescentes da periferia de Medellín, alerta para a tendência de se construir conceitos e imagens a partir do que é mais visível. Segundo ele:

(...) fazemos formulações teóricas a partir de certas maneiras de ser de alguns. O mal dessa atitude está no fato de que nos fixamos na forma, no superficial. Vê-se os jovens como objeto de estudo e, a partir de uma observação, se generaliza. Este enfoque se esquece de duas coisas essenciais: estamos observando seres humanos e não objetos de estudo e, por outro lado, ao generalizar a partir de seres mais chamativos excluimos meninos e meninas que seguem por aí, na vida cotidiana, que muitas vezes não usam piercing ou modas estranhas (DÍEZ, 2003, *apud* REMOTO CONTROLE, 2004, p. 35).

O alerta do pesquisador colombiano para a forma de encarar os jovens na hora de fazer pesquisa pode ser deslocado para a forma com a imprensa trata o jovem de classes populares, moradores de bairros considerados violentos por causa do número de ocorrências policiais. Também no jornalismo a tendência é generalizar a partir do que é mais visível. E o fato da sociedade saber pouco sobre os jovens e considerá-los seres desprovidos de sentido social contribui para as generalizações e

para as distorções, que irão refletir, de alguma forma, na formulação de políticas públicas para este segmento da sociedade.

A pesquisadora Márcia Mereuse²⁹ (REMOTO CONTROLE, 2004) acredita que a visão que a sociedade tem do jovem está muito associada à visão da psicanálise, que universaliza, naturaliza e patologiza a abordagem da adolescência, fazendo crer que se trata apenas de um período marcado por conflitos e por um interesse especial pelas questões ligadas à sexualidade. Mereuse também aponta a mídia como uma das responsáveis por difundir conceitos e imagens a respeito da juventude junto à sociedade. A visão estereotipada que se forma no imaginário das pessoas reforça determinados padrões de ser regidos em grande parte por valores de consumo. Isso, segundo ela, contribui para a exclusão dos que não têm acesso a esses bens ou produtos.

Não se reconhecendo dentro dos padrões, ele [o jovem] constrói uma percepção negativa de si. A busca de uma aproximação com os modelos presentes na mídia transforma-se em objeto de desejo, por seu valor estético ou de consumo, podendo gerar frustração e revolta e desencadear desajustes de naturezas diversas. Essa condição tem sido uma das principais causas de atos violentos (MEREUSE, 2004, *apud* REMOTO CONTROLE, 2004, p.45).

A abordagem sócio-histórica, ao contrário da visão da psicanálise, não considera a adolescência como uma fase natural, mas como uma criação da humanidade. Para Gonçalves:

(...) o predomínio de uma determinada visão de adolescência no meio social implica o predomínio de determinados significados sociais relativos a esse campo. E implica também em que o jovem, predominantemente, aproprie-se desses significados para representar a sua particular experiência de adolescente (GONÇALVES, 2003, pg. 43).

De acordo com o coordenador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)³⁰, Itamar Silva, a juventude no Brasil é negra e pobre. Ele, que participou da Conferência Internacional sobre Jovens Urbanos em Risco, em 2004, na cidade mexicana de Monterrey, disse que na percepção social os jovens são

²⁹ Psicóloga e pesquisadora do Laboratório de Pesquisas sobre Infância, Imaginário e Comunicação da Universidade de São Paulo (USP).

³⁰ O Ibase, criado em 1981, é uma instituição de utilidade pública federal, sem fins lucrativos, sem vinculação religiosa e a partido político. Sua missão é a construção da democracia, combatendo desigualdades e estimulando a participação cidadã.

apontados como responsáveis pela violência e também como vítimas dela³¹. Os dados, segundo Silva, são significativos. Uma pesquisa de 1995, feita pelo Banco Interamericano, revelou que 29% dos homicídios na América Latina envolveram jovens de 10 a 19 anos.

A conferência também abordou a relação entre a imprensa, a mídia e os jovens. Entre outros assuntos, discutiu-se a forma como os sinais negativos em relação a jovens são articulados na mídia com os jovens negros, pobres e índios. Essa mesma mídia, por outro lado, aponta uma juventude branca, de classe média, idealizada, fundada no padrão de consumo, que passa a ser a referência de juventude. Esse debate, segundo o coordenador, chamou à responsabilidade os meios de comunicação pela construção que faz da percepção da violência e também da percepção de que o jovem pobre que mora nas periferias é o principal agente da violência.

³¹ As declarações foram feitas em entrevista à jornalista Flávia Mattar, na página do Ibase (www.ibase.br), no dia 22 de outubro de 2004, sob o título “Jovens, espaço urbano e violência”.

CAPÍTULO 4 – A PRODUÇÃO DA NOTÍCIA

Se um cachorro morde um homem, não é notícia; mas se um homem morde um cachorro, aí, então, é notícia e sensacional.
(Amus Cummings)

4.1 – A legitimidade do campo jornalístico

Para compreender as especificidades do campo jornalístico a fim de situá-lo como produtor de conhecimentos e não apenas como transmissor de informações sobre uma realidade externa a ele é preciso que compreendamos como surgiu o jornalismo como informação em contraponto ao jornalismo como opinião ou propaganda. Essa compreensão é importante, pois a crença na verdade dos fatos como um dos pilares do jornalismo contemporâneo foi também “uma invenção”, num determinado momento histórico e em um contexto de mudanças e transformações.

O jornalismo como conhecemos hoje teve sua origem no início do século XIX, quando se verificou o desenvolvimento da imprensa. O aumento no número de jornais permitiu que um número cada vez maior de pessoas se dedicasse integralmente à atividade jornalística. Os jornais deixaram de ser apenas armas políticas para se configurar numa nova forma de informar a população sobre os fatos da vida. O jornalismo como informação ganhou espaço em detrimento do jornalismo opinativo ou literário, da forma como era praticado.

Ao mesmo tempo, a expansão da imprensa permitiu agregar à atividade jornalística um caráter comercial e mercantil, com a venda de espaços publicitários (TRAQUINA, 2005). Foi no século XIX, portanto, que surgiu não só o paradigma do jornalismo como informação, mas também um novo corpo social – os jornalistas – que reivindicava o monopólio de saber o que é notícia e de dominar a forma de produzi-la. Traquina destaca que dois processos fundamentais marcam a evolução da atividade jornalística: a comercialização e a profissionalização dos seus trabalhadores.

No final do século XIX, os jornais se tornaram veículos cada vez mais importantes para a publicidade. A escolarização de massas no período, com a instituição das escolas públicas, teve uma participação importante nessa evolução, uma vez que possibilitou o acesso de um número crescente de pessoas à alfabetização, ainda que de forma precária³². A expansão dos núcleos urbanos e a formação de grandes metrópoles como Londres, Paris e Nova Iorque, também foram determinantes para a expansão da imprensa (TRAQUINA, 2005).

A afirmação da nova legitimidade jornalística ocorre perante o antagonismo do poder político, inserido num processo secular em luta pela liberdade, e, subseqüentemente, pela conquista de uma nova forma de governo: a democracia. O poder absoluto é posto em causa e existe a procura de caminhos alternativos (TRAQUINA, 2005, p. 43).

Na configuração do novo modelo político que se instalava no período, a censura passou a ser inaceitável e o argumento amplamente usado era de que só a apresentação de todos os lados de uma questão poderia permitir sua compreensão. Na Inglaterra, o controle da reportagem parlamentar só foi abolido em 1771; na França, a luta contra a censura foi um dos objetivos da revolução de 1789. (TRAQUINA, 2005).

[...] o jornalismo [...] e a democracia constituíram-se em simbiose. Alexis Tocqueville escreveu que a soberania do povo e a liberdade de imprensa eram coisas absolutamente inseparáveis (TRAQUINA, 2005, p. 49).

O jornalismo, no final do século XIX, deveria cumprir um duplo papel, seguindo os cânones da teoria democrática. Ele deveria ser responsável por “vigiar” o poder político e proteger o cidadão contra os abusos dos governos e ainda fornecer a esses mesmos cidadãos as informações para que eles pudessem desempenhar suas atribuições cívicas. Segundo Traquina (2005), com essas atribuições dadas ao jornalismo torna-se central o conceito de serviço público para a identidade do campo. O novo jornalismo fez surgir uma nova atividade industrial na qual a notícia como informação passava a ser o seu principal produto.

³² De acordo com Traquina (2005), o índice de analfabetismo na França era de 22% em 1872; 8,5% em 1982; e 4% às vésperas da Primeira Guerra Mundial.

O novo jornalismo passou a viver o culto dos fatos, ancorado no pensamento positivista reinante na época. A notícia – matéria-prima do jornalismo – passou a ser produzida, então, regida pelos fetiches da objetividade e da imparcialidade. A imagem do comunicador neutro e desinteressado surgiu como ideal para configurar a atividade que se mostrava ao mundo como o espelho da realidade. Por isso, diante de um fato, o jornalista teria que buscar mais de uma versão, ouvir o outro lado. Essa seria a garantia de que sua opinião não prevaleceria e seria dada oportunidade para que todas as partes envolvidas se manifestassem.

As notícias tornaram-se mais orientadas para o acontecimento, o que não quer dizer que o anterior jornalismo não noticiava acontecimentos; mas o conteúdo dominante dos jornais começou a concentrar-se em acontecimentos, por oposição a opiniões política (TRAQUINA, 2005, p. 54).

Essa nova maneira de fazer jornalismo – privilegiando a informação em detrimento da opinião e ligada à idéia de serviço de caráter público – surgiu como forma de dar ao campo jornalístico a legitimidade que ele precisava para atuar como aquele que carrega a verdade dos fatos e aquele que tem o poder de tornar público o que a sociedade precisa saber. Também foi a forma encontrada para se situar em um campo que merecesse o reconhecimento da ciência, que via o campo jornalístico como um simples transmissor de informações, carente de fundamentação que pudesse elevá-lo a um nível mais privilegiado.

4.2 A objetividade jornalística

A objetividade jornalística em oposição à subjetividade encontra nas críticas contemporâneas seu principal obstáculo. Mas, Traquina (2005) chama a atenção para a insustentabilidade dessa dicotomia simplificadora e lembra que o conceito de objetividade no jornalismo não surgiu como negação da subjetividade, mas como reconhecimento da sua inevitabilidade. A objetividade surgiu, então, no século final do século XIX, como um antídoto para os males do jornalismo que sofria com uma perda de credibilidade.

(...) a objetividade no jornalismo não é a negação da subjetividade, mas uma série de procedimentos que os membros da comunidade interpretativa utilizam para assegurar uma credibilidade como parte não-interessada e se protegerem contra eventuais críticas ao seu trabalho. Nas palavras de Gaye

Tuchman, a objetividade é um “ritual estratégico” (TRAQUINA, 2005, p. 139).

O culto à objetividade em oposição à subjetividade pode levar a crer que os fatos são descritos tal e qual surgem nos noticiários jornalísticos. Como explicar, então, o uso de qualificações como gangues, galeras, criminoso e menor em determinadas situações em que seria possível informar sem utilizar tais adjetivos? O jornalista crê que sabe identificar o que é notícia e faz isso baseado nos ditos valores-notícia (novidade, abrangência, excesso, falha, interesse, etc) e na fórmula de ouvir os dois lados como modo de garantir a isenção necessária para o bom exercício da profissão. O jornalista supostamente detém um conhecimento que permite a ele identificar o que é notícia e, ao mesmo tempo, produz narrativas sobre os fatos de modo a que ela pareça isenta e objetiva.

Um bom exemplo da lei dos dois lados, supostamente pautada pelos critérios da objetividade e imparcialidade jornalística, pode ser verificado em uma matéria publicada na editoria de Polícia. A história é a seguinte: um adolescente de 14 anos atirou no primo, um menino de 11, e o matou. O adolescente, que disse ter disparado sem querer e que a arma foi encontrada por ele na casa do primo, foi levado para a delegacia e encontrava-se preso³³ no momento em que a reportagem foi feita. A matéria informa que o adolescente disse ter disparado sem querer e que a arma estava na casa do primo, onde os dois brincavam. O repórter ouviu também o delegado, que levantou a hipótese de que o menino fosse usuário de drogas e que estivesse mentindo sobre o acidente que resultou no disparo.

Do ponto de vista da crença na objetividade, o jornalista apresentou os dois lados sem favorecer ninguém. Mas, ele criou um outro fato, que não estava presente no fato original, do qual ele extraiu a notícia publicada. Não houve questionamentos quanto à responsabilidade sobre os dois meninos – onde os pais estavam no momento em que a arma disparou? –, sobre quem teria deixado a arma ao alcance deles ou ainda sobre a vida do adolescente que efetuou o disparo e do que foi atingido. A imparcialidade e a lei dos dois lados inventou uma nova verdade – a possibilidade do envolvimento do adolescente com drogas – e funcionou como uma

³³ De acordo com o ECA, crianças e adolescentes não se diz que eles foram presos e sim detidos.

justificativa para que o garoto continuasse preso, para que ninguém acreditasse que ele fosse inocente na morte do primo.

A escolha do lide³⁴, que determina o ângulo que será dado à reportagem, pode ser considerada o calcanhar de Aquiles do mito da objetividade. Afinal, que critérios objetivos são utilizados para escolher o que é mais importante em um fato que é narrado? No jornalismo, a objetividade é usada pelos membros da comunidade para garantir que certos procedimentos serão utilizados na produção das notícias. Gaye Tuchman, citada por Traquina (2005), diz que a objetividade deve ser encarada como um ritual estratégico e uma adesão a procedimentos de rotina.

Sem dúvida a objetividade é útil aos jornalistas. A objetividade traça os métodos que o jornalista deve seguir. Forçado pela exigência da rapidez, o jornalista precisa de métodos que possam ser aplicados fácil e rapidamente. Assim, a objetividade ajuda o jornalista a vencer as “horas de fechamento” (TRAQUINA, 2005, p. 141).

Sendo assim, o jornalista diante de duas versões sobre um mesmo fato ou diante de mais de uma possibilidade de abordagem, pode optar por narrar as duas e se isentar de possíveis ataques à sua parcialidade. Ele, de certa forma, “lava as mãos” e usa o argumento que foi objetivo e ouviu os dois lados da questão, sem favorecer ninguém. Mais adiante, abordaremos como esse compromisso com a suposta objetividade do campo jornalístico é impossível uma vez que ao escolher a angulação, o lide, o vocabulário e o espaço editorial onde será veiculada a notícia, já se estabelece uma tomada de posição.

4.3 Afinal, o que é notícia?

As notícias só podem ser compreendidas se forem compreendidas as forças sociais que determinam sua produção. Numa definição clássica de notícia, poderíamos dizer que se trata do relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante. Essa definição, no entanto, leva à conclusão que o mais importante será definido a partir de critérios e conceitos abstratos, como verdade e interesse humano. Para Sousa (2002), as notícias representam determinados aspectos da realidade

³⁴ O primeiro parágrafo da notícia, no qual são respondidas as cinco perguntas consideradas fundamentais para que se possa descrever de forma objetiva um fato (o que, que, como, onde e quando).

cotidiana e, pela sua mera existência, contribuem para construir socialmente novas realidades e novos referentes.

Para Traquina (2005), as notícias acontecem na conjunção de acontecimentos e textos e podem ser definidas como relatos noticiosos. Para ele, enquanto o acontecimento cria a notícia a notícia cria o acontecimento. De acordo com o autor, a pirâmide invertida³⁵, a ênfase dada à resposta a perguntas aparentemente simples – quem, o quê, onde, como, quando – e a necessidade de selecionar, excluir e acentuar diferentes aspectos do acontecimento são alguns exemplos de como a notícia, dando vida ao acontecimento, constrói o acontecimento e constrói a realidade.

A primeira vista, a notícia parece se esgotar na sua produção, que inclui a definição de uma pauta, a coleta de dados, a redação, a edição e sua publicação. Mas é importante destacar que como narrativa ela só se completa no momento em que é consumida pelo seu destinatário final. É na hora em que chega ao destinatário, de forma direta ou indireta, que se dá a produção final do sentido. Dessa forma, as narrativas jornalísticas são histórias marcadas pela cultura da instituição e dos integrantes dela.

Na perspectiva desse trabalho, a notícia é vista como construção e não como espelho, rejeitando-se, portanto, as formas de pensamento que as vêem como pura distorção ou manipulação. Traquina (2005) nos dá pelo menos dois motivos que permitem pensar dessa maneira: a impossibilidade de separar a realidade de sua produção, uma vez que as notícias são peças que ajudam na construção dessa realidade, e o fato de que a linguagem não é neutra e, por isso, não pode funcionar como transmissora direta de significados. Há no ato de produzir a notícia a partir de um fato uma invenção do fato a partir de uma narrativa sobre ele.

Na visão de Traquina (2001), as notícias são construções, narrativas, estórias, elaboradas com a utilização de padrões específicos aplicados aos acontecimentos. O fato de colocar as narrativas jornalísticas no mesmo patamar de estórias não

³⁵ Método estabelecido para produção de notícias a partir do fato considerado mais importante e mais atual. Por esse método, cinco perguntas fundamentais devem ser respondidas já no primeiro parágrafo do texto jornalístico, denominado lide: o que, quem, quando, onde e como.

remete, no entanto, à ficção, como afirma Gaye Tuchman, citada por Traquina (2001).

(...) dizer que a notícia é uma 'estória' não é de modo nenhum rebaixar a notícia, nem acusa-la de ser fictícia. Melhor, alerta-nos para o fato de a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída, possuidora da sua própria validade interna. Os relatos noticiosos, mais uma realidade seletiva do que uma realidade sintética, como acontece na literatura, existem por si sós. Eles são documentos públicos que colocam um mundo à nossa frente (TUCHMAN, 1976, *apud*, TRAQUINA, 2001, p. 30).

Barros Filho (2003) diz que o jornalismo não é senhor da mensagem que carrega uma vez que não é inteiramente responsável pelas representações que acredita construir nos textos que produz. Há um saber prático, partilhado pelos profissionais, que o autor denomina de *habitus* jornalístico, que faz com que algumas atitudes tomadas como calculadas ou premeditadas sejam, na verdade, resultado de observações repetidas de ações e reações.

Nessa perspectiva surge a importância da cultura jornalística para a definição do que é notícia e para se compreender porque elas são como são. O padrão observado na informação jornalística está muito mais ligado a uma rotina do que a pressupostos e padrões teóricos ou metodológicos. Agnes Heller (1970) observa que cada uma de nossas atitudes se baseia em uma avaliação probabilística e, em breves lapsos de tempo, somos obrigados a tomar decisões e desenvolver atividades heterogêneas. Ela diz que seria impossível viver se tivéssemos que fundamentar cada decisão ou ação em um conceito científico.

4.4 A verdade como atributo do campo jornalístico

A possibilidade de noticiar algo que não corresponda à realidade ou não se configure em verdade é impensável para o "bom jornalismo". Apesar de questionada pelas tendências mais contemporâneas de estudos, a idéia de que o jornalismo espelha a realidade ainda é muito presente. Há uma idéia corrente de que a realidade é estanque e pode ser captada, como numa câmara fotográfica, congelada naquele momento de forma objetiva e isenta. Nessa perspectiva, verdade e realidade parecem ser substantivos parentes por natureza. Afinal, a realidade

tomada como algo exterior e que existe desde sempre se configura em uma verdade e, portanto, não poderia se dissociar desta.

Essa visão simplista não deixa de fazer parte da narrativa dos jornalistas quando instigados a falar sobre o que vem a ser notícia e o que ela representa. A noção de que a notícia é o relato de um fato tal e qual ele ocorreu domina o imaginário público e dos profissionais da imprensa. Mas, para Costa (2002), o fato é inapreensível por conta da distância entre a realidade, sua narrativa e a recepção da notícia em outro contexto. Para esse autor, um dos equívocos da produção jornalística é pressupor a evidência da verdade e da exposição da totalidade dos fatos.

O autor destaca que por mais que o receptor das mensagens saiba ou imagine o quanto há de recorte e seleção no processo de produção da notícia, ele não pode escapar ao fato de que precisa da mídia para informar-se sobre o que ocorre no mundo. E busca na informação jornalística saber do mundo acreditando que está conhecendo a verdade sobre aquilo que não lhe é permitido acompanhar de perto (COSTA, 2002). Num confronto entre jornalistas e os jovens ouvidos na pesquisa, há contradições sobre as verdades que uns e outros contam.

Nós nos preocupamos com os fatos, com o que aconteceu... não nos interessa o que eu penso, o que fulano ou sicrano pensa... nós queremos os fatos. Pra isso, a gente ouve os dois lados, busca a verdade antes de divulgar (*jornalista, falando sobre o que é notícia*).

Jornalista é tudo mentiroso. Eles vêm aqui e morreu um aí já diz que morreu de... Jacaraípe é o lugar mais perigoso do mundo, todo mundo já sabe, morreu, é em Jacaraípe. Mas jornalista não quer saber o que aconteceu, quer só colocar no jornal, fazer o trabalho deles (*jovem de 18 anos, sobre a atuação da imprensa*).

Percebe-se que a noção de verdade está muito ligada à noção de uma realidade que já existe, que está pronta em algum lugar e que o jornalista apreende de fora, usando, é claro os tais atributos preconizados pelo jornalismo profissional, da objetividade e da imparcialidade. Para Bourdieu (1997), os jornalistas usam óculos especiais que fazem com que eles vejam a realidade a partir de lentes específicas e vejam algumas coisas e deixem de ver outras. Durante a análise feita nas matérias do jornal essa leitura da “realidade” feita com óculos específicos fica evidente em vários momentos.

As palavras verdade e realidade surgiram durante a realização desta pesquisa em diferentes momentos, diferentes contextos e com diferentes vozes. Quando a voz é do profissional jornalista, a realidade é aquilo que está nos jornais. É comum ouvir profissionais dizendo que aquela realidade, dos crimes, das mortes, da violência, é a realidade que interessa ao público.

Nós buscamos, aqui na editoria de polícia, aquilo que choca, que surpreende o leitor (*jornalista A*).

Nós temos um compromisso de buscar a verdade. A gente não pode ir lá... e inventar uma fonte, uma história (*jornalista B*).

A legitimação do jornalismo como campo social se assenta na crença de que a verdade é seu maior atributo. A mentira para o jornalismo e para os jornalistas é algo inadmissível, impraticável. Praticar a verdade é algo que faz parte da cultura profissional e que está previsto em códigos deontológicos e leis que regem a atividade. De acordo com Traquina (2005), o *ethos* jornalístico, que chega a ter a força de um mito, deixa claro que o profissional da imprensa está ao lado da opinião pública e contra o poder repressivo. Essa concepção pode ser bem percebida em uma frase que se constitui em uma das máximas do jornalismo: a opinião é livre, mas os fatos são soberanos.

4.5 As teorias do jornalismo

Durante muito tempo os estudos do jornalismo não se desvincularam dos estudos da comunicação. A distinção do campo jornalístico como campo de estudos científicos é relativamente recente e, nesse item, pretendo expor de forma breve algumas das linhas de investigação sobre o jornalismo, principalmente, a partir das análises de Nelson Traquina (2001, 2005). Segundo esse autor, foi apenas no final do século XIX que o jornalismo começou a ganhar espaço nas universidades, principalmente, na França e nos Estados Unidos. Em 1910, foi apresentada uma tese de doutorado sobre o papel social do jornal na Universidade de Chicago; Max Weber escreveu, em 1918, sobre as notícias; e em 1922, o sociólogo americano Robert Park promoveu reflexões sobre a natureza das notícias (TRAQUINA, 2001).

Também em 1922, Walter Lippmann, em seu livro *Opinião Pública*, “argumenta que os meios de comunicação social (essencialmente a imprensa, nesse momento histórico) são a principal ligação entre os acontecimentos do mundo e as imagens desses acontecimentos na nossa mente” (TRAQUINA, 2001, p. 52-53). Barros Filho (2003) afirma que os argumentos usados por Lippmann nesse livro situam o jornalismo como o principal criador da opinião e mostram o caráter arbitrário da notícia.

Foi a partir dos estudos de Lippmann sobre a opinião pública que se começou a pensar na percepção do fenômeno noticioso como um elemento a parte dentro do processo comunicacional e as notícias como elementos cognitivos da sociedade. (BARROS FILHO, 2003). Traquina (2001) diz que Lippmann antecipou em 50 anos as investigações sobre a teoria do agendamento (*agenda-setting*), que foram e ainda são as linhas mais dinâmicas no estudo dos *media* e do jornalismo. Durante muito tempo os estudiosos da comunicação se preocuparam com o pólo emissor das mensagens. Depois, com o entendimento que os objetivos do emissor nem sempre são alcançados, surgiu preocupação com a recepção das mensagens jornalísticas.

Denis McQuail, citado em Barros Filho (2003), distingue quatro fases na pesquisa científica sobre a mídia e suas relações com o receptor. Até os anos 40 do século XX, pensava-se que os meios de comunicação de massas tinham grandes poderes para modificar atitudes e comportamentos; a segunda fase, de acordo com Barros Filho, prosseguiu até os anos 60, quando os meios de comunicação de massa foram considerados parcialmente eficazes na determinação de comportamentos entre a audiência; na terceira fase, a partir dos anos 60, começou-se a pensar nos poderes da mídia em construir e manipular a realidade; e por fim, chegou-se à reflexão sobre uma influência negociada dos meios.

Os primeiros estudos sobre os efeitos dos *media* surgiram durante a I Guerra Mundial. Esse período viu nascer o paradigma conhecido como teoria hipodérmica, que pressupõe que as mensagens midiáticas têm efeito direto. O surgimento dessa teoria, segundo Traquina (2001), está ligado ao surgimento de uma sociedade de massas, caracterizada pelo enfraquecimento de laços tradicionais e de fortalecimento do individualismo. A teoria hipodérmica traz ainda entre seus

pressupostos a idéia de que é possível prognosticar comportamentos e que os receptores das mensagens de mídia são passivos e homogêneos.

A teoria hipodérmica predominou até os anos 40, quando começaram a surgir os estudos que diziam ser os efeitos dos *media* limitados. Essa corrente de pensadores seguia a trilha de Paul Lazarsfeld e seu principal pressuposto era de que os *media* têm o poder de cristalizar ou reforçar opiniões já existentes e não alterá-las. (TRAQUINA, 2001). Lazarsfeld, citado por Traquina, apontou que o público tem o poder e a capacidade de selecionar as mensagens e de rejeitar aquelas que não interessa ou com as quais não se identifica.

Em 1950, David Manning White aplica o conceito de *gatekeeper* à produção jornalística. Por esse modelo teórico, o processo de produção de notícia está ligado a diversos filtros (*gates*) pelos quais a informação deve passar e sobre as quais o jornalista (*gatekeeper*) deve realizar um processo de seleção sobre o que vai ser publicado (TRAQUINA, 2001). Em 1955, os estudos de Warren Breed vão apontar a importância da cultura organizacional nos processos de escolha do *gatekeeper* e, conseqüentemente, sobre o que vai ou não se transformar em notícia.

No início dos anos 60, o paradigma dos efeitos limitados se consolidou e o conceito de *agenda-setting* trouxe para a cena a premissa de que o principal propósito dos *media* é informar, mais que persuadir ou modificar comportamentos. O conceito de *agenda-setting*, exposto pela primeira vez em 1972 por Maxwell McCombs e Bernard Shaw, estipulava inicialmente que os meios de comunicação de massa podem dizer às pessoas sobre o que pensar, mas não podem dizer como elas devem pensar. O primeiro trabalho de investigação empírica desse conceito foi a partir da comunicação política (ARAÚJO, 2001).

O *agenda-setting* é uma construção teórica que pensa a ação dos meios não como formadores de opinião, causadores de efeitos diretos, mas como alteradores da estrutura cognitiva das pessoas. É o modo de cada indivíduo conhecer o mundo que é modificado a partir da ação dos meios de comunicação de massas – ação esta que passa a ser compreendida como um “agendamento”, isto é, colocação de temas e assuntos na pauta da sociedade. Ao mesmo tempo, essa corrente substitui a idéia

de efeitos imediatos por efeitos que se espalham num período maior de tempo. (ARAÚJO, 2001).

Segundo Traquina (2001), o *agenda-setting* sugere a existência de uma relação causal entre a agenda política e a agenda pública. Essa hipótese já tinha surgido nos anos 20, quando Walter Lippmann argumentou que os *mass média* são a principal ligação entre os acontecimentos no mundo e as imagens desses acontecimentos em nossa mente.

Foi a partir dos estudos do *agenda-setting* que surgiu a possibilidade de estabelecer uma distinção entre os conteúdos da mídia e os conteúdos da mídia jornalística ou campo jornalístico. A partir dos anos 90, McCombs e Shaw fizeram um balanço sobre os estudos do *agenda-setting* e afirmaram que mais do que dizer sobre o que pensar, as notícias nos dizem também como pensar. Traquina destaca que entre as conclusões a que se chegaram alguns estudos sobre o agendamento está a de que a cobertura midiática e a agenda pública estão fortemente relacionadas.

Nos anos 70, segundo Traquina, surge um novo filão de investigação, denominado “estudos da parcialidade”, que parte do princípio de que as notícias devem refletir a realidade sem distorção. Nesta linha de investigação, é admitida a possibilidade de reproduzir a realidade e também a hipótese de que os jornalistas possuem claras parcialidades políticas que distorcem para a propagação de suas opiniões anticapitalistas. O paradigma da notícia como construção surge também nos anos 70, rejeitando a idéia da notícia como espelho da realidade (TRAQUINA, 2001).

Para Traquina (2005), as teorias construtivistas alertam para a necessidade de compreender a notícia também a partir das rotinas profissionais que os jornalistas criaram para dar conta de seu trabalho. A visão da notícia como construção se contrapõe às teorias instrumentalistas, que também emergiram nos anos 70 e 80, e que ainda hoje guiam estudos e maneiras de pensar o jornalismo. Segundo essas teorias (instrumentalistas), há duas suposições: uma intenção consciente em distorcer a realidade e esse é um dado crucial na produção das notícias; e o conluio de agentes no processo de produção jornalística (TRAQUINA, 2001). No paradigma construtivista, é partilhada a perspectiva que

as notícias são o resultado de processos complexos de interação social entre agentes sociais: os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; os membros da *comunidade profissional*, dentro e fora de sua organização (TRAQUINA, 2001, p. 173, *grifo do autor*).

Traquina (2001) sublinha que do ponto de vista da notícia como construção, o mundo social e político não é uma realidade pré-determinada e os jornalistas não são observadores passivos, mas participantes ativos na construção da realidade. Para esse autor, nesse início do novo milênio, as propostas para que se possa compreender o processo de produção de notícias são bem mais complexas do que quando se postulou pela primeira vez a teoria do *gatekeeper*. Segundo o autor, os muitos anos de estudos ainda são insuficientes para responder à pergunta “por que as notícias são como são?” e as teorias que orientam as pesquisas nos dias de hoje não puras ou necessariamente independentes umas das outras.

CAPÍTULO 5 – JUVENTUDE, JORNALISMO E EDUCAÇÃO: Reflexões acerca de uma pesquisa

O tempo dedicado a ouvir o observar os jovens para a pesquisa que gerou esta dissertação foi também um tempo de estranheza física e emocional, provocada pela distância inevitável que posicionou pesquisador e sujeitos da pesquisa em lados opostos. A resistência inicial deles à minha presença foi gradativamente substituída por uma atitude amistosa, ainda que distante. Era como se me lembrassem, o tempo todo, que eu não era um deles. Nesses encontros pude perceber uma carência presente em vários aspectos da vida deles.

Trata-se de uma carência diferente daquela definida pelo pensamento neoliberal e ligada a uma noção de cidadania – vinculada a ter e exercer direitos – e a ser um consumidor dentro da sociedade. É evidente que essa carência existe e chega a ser gritante. Mas a carência a que me refiro é afetiva e se manifesta, muitas vezes, por meio de gestos bruscos, atitudes ríspidas, xingamentos e silêncios. Foram raros os momentos em que houve manifestações de carinho. Uma vez em especial me chamou a atenção tanto pela atitude inesperada quanto pela reação dos colegas.

Uma das meninas do grupo, que havia faltado ao encontro anterior, se aproximou, me deu um abraço e disse que estava com saudades. Os outros riram e, imediatamente, ela se afastou e disse que meu cabelo estava muito feio naquele dia. Em seguida, ela deu início a uma série de insultos aos colegas, que tomaram por brincadeira e responderam no mesmo tom, como uma brincadeira. Levei um tempo para compreender que a atitude carinhosa dela, natural no contexto em que vivo, soou estranha para os pares, não habituados a demonstrações de afeto.

Essa carência de afeto pôde ser percebida também nas conversas que travávamos. Alguns assuntos eram evitados e um deles era a relação com a família. Quando em um determinado momento perguntei se algum deles já havia sofrido violência dentro de casa, a resposta veio na forma de um silêncio significativo, para, momentos depois, irromper em um “não” coletivo, seguido de elogios à atenção que tinham da

família. Em conversa com Sandro³⁶, o monitor da faculdade de Música, fiquei sabendo que a maioria deles era proveniente de famílias desestruturadas, com histórico de desemprego, abandono (principalmente por parte do pai) e alcoolismo.

Durante um evento em Vitória³⁷, o sociólogo Luis Eduardo Soares enfatizou a questão do afeto como um fator que pode e deve ser usado pelo poder público para “resgatar” a dignidade de jovens moradores das periferias das grandes cidades e expostos a ambientes violentos e hostis. Pensar sobre isso me levou a refletir também sobre o direcionamento que o jornalismo dá às matérias que produz e supostamente endereça aos jovens.

As análises feitas a partir do material recolhido durante o trabalho de campo permitiram que eu relacionasse alguns temas que serão objeto de reflexão a partir de agora. Devo destacar, no entanto, que esses temas foram separados para efeitos didáticos e de organização dessa dissertação e não se refletem a totalidade dos dados recolhidos. No campo e na concepção desse trabalho, esses temas não podem ser desconectados uns dos outros, ainda que se mostrem numa aparente desordem que só pôde ganhar contornos definidos depois de um exercício que eu chamaria de fragmentação forçada. Os temas que emergiram e por meio dos quais promovo as reflexões a seguir são os seguintes:

- A proximidade dos jovens com a morte: a essa temática está ligado o assunto que mais desperta interesse e gera curiosidade entre os jovens, que é a violência;
- O discurso do jornalismo sobre os jovens;
- O discurso dos jovens sobre o jornalismo e os jornalistas;
- Emprego e futuro: as vozes e os silêncios;

5.1 A proximidade dos jovens com a morte

A curiosidade dos jovens sobre assuntos relacionados a violência foi algo que me chamou a atenção desde o primeiro encontro. O tema violência é recorrente entre eles, que contam histórias, narram episódios, fazem piadas e não expressam

³⁶ Todos os nomes usados neste capítulo são fictícios.

³⁷ Lançamento do Pacto pela Paz, uma série de atividades promovidas pelo Poder Judiciário e a Prefeitura de Vitória, no dia 19 de setembro de 2005, no Auditório da Rede Gazeta.

preocupação. Apesar de não lerem jornais ou assistirem a noticiários de televisão com frequência, os jovens do grupo demonstram saber o que está acontecendo para além do bairro onde vivem.

Essa constatação encontra suporte nas afirmações de que a mediação da realidade se dá por processos diretos e indiretos e está imbricada por diversos fatores difíceis de quantificar ou isolar. Em um dos nossos encontros, quando um jornalista convidado falava sobre os desafios da profissão, eles lembraram o assassinato do jornalista Tim Lopes, amplamente divulgado pelos meios de comunicação³⁸. Para esses jovens, um dos desafios da profissão é vencer o perigo que a ronda, ainda que não soubessem dizer de onde vem o perigo. A lembrança da morte de Tim Lopes remete a um tema com o qual eles têm muita familiaridade: a morte por homicídio, crime encomendado, queima-de-arquivo, lei do silêncio.

O episódio da lista dos jurados de morte (que relato mais à frente) foi importante para perceber essa familiaridade com a morte e o poder de matar que determinados grupos têm. Durante o grupo focal, eles abordaram o assunto, falaram da lista e deixaram claro que ela era feita em códigos e que só quem conhecia esses códigos poderia decifrar. Diante da minha pergunta “como vocês sabem, então, que é uma lista de morte, se ela é em código?”, houve uma troca de olhares e um momento de silêncio. Eles disseram que a lista definia um tipo de meta do grupo – de traficantes que dominavam a área, segundo me disseram – para eliminar os que não eram fiéis a ele. Os meninos, principalmente, ficavam em silêncio quando esse tipo de assunto surgia e se recusavam a emitir qualquer opinião.

Se você tá dentro, você conhece o código, só que muita gente, assim, que não mexia e conhecia... que era de fora e conhecia o código... mas, se revelasse, era a hora que morria. Muita gente saiu de Jacaraípe por causa dessas lista, tava com o nome na lista e se mandava, senão já era (*jovem de 15 anos, sexo feminino*).

Importante destacar que a observação da proximidade com a morte só emergiu algum tempo depois de concluído o trabalho de campo e depois que os dados foram colocados paralelos às matérias veiculadas no jornal. Nas conversas e durante as entrevistas com os jovens a morte não surgiu como uma de suas preocupações, que

³⁸ Tim Lopes foi morto no dia 2 de junho de 2002 na favela da Grota (zona norte do Rio), depois de ser capturado por traficantes da vizinha favela Vila Cruzeiro, quando fazia reportagem sobre um baile funk.

abrangem a violência, a educação e o trabalho. Isso me fez supor que a morte tem um caráter natural e não se constitui em preocupação, apesar de ser um assunto recorrente entre eles. A convivência com ela sempre muito próxima a torna banal e a divulgação dessas mortes pelo jornalismo confere visibilidade a esses jovens.

Quanto à vida, ela é uma sombra que não se manifesta de maneira clara. Analisando a forma como a imprensa vê o jovem pobre da periferia, é possível constatar que a associação dele com a morte está muito presente. O jovem das páginas policiais, que comete crimes ou é vítima deles, tem um perfil que provoca imediata identificação com os jovens pesquisados. Eles têm interesse em saber sobre os crimes que a imprensa divulga, numa tentativa de identificar alguém que eles conheçam.

Eu só vejo a primeira parte do jornal (da televisão) da Tribuna... só a parte das mortes. Essa é que é a boa (*jovem de 15 anos, sexo masculino*).

Sabe lá, meu se é algum conhecido... pobre só fica famoso se morre assassinado (*jovem de 18 anos, sexo feminino*).

A identificação com aqueles que morrem e se transformam em notícia faz com que eles ganhem visibilidade e os posiciona em algum lugar, ainda que o lugar seja o da violência e da criminalidade. A presença de jornalistas no bairro quando morre alguém faz com eles sejam vistos. Uma das meninas demonstrou empolgação ao contar para mim e para os colegas que numa dessas ocasiões apareceu na televisão. Ter ficado bem de frente para a câmera foi um feito pra ela.

A presença de jornalistas no bairro representa a possibilidade que eles têm de se mostrarem, de existirem. Eles dizem não gostar de jornalistas, afirmam que eles mentem, que inventam as “coisas”, mas gostam da presença deles no bairro ainda que em situações que os vinculem à violência e à morte. Pareceu-me que pior do que a imagem negativa que se cria desses jovens no jornalismo é a invisibilidade deles diante da sociedade. A imagem deles divulgada pela imprensa, ainda que negativa, os posiciona em algum lugar; a invisibilidade retira deles sua própria existência como pessoas, como cidadãos.

Nas conversas entre os jovens nas tardes de sábado, pude perceber que morte e violência são assuntos naturais e banais. Há interesse pela violência, mas não há preocupação com a morte. Essa preocupação, quando manifesta, está ligada a algum fato isolado, pontual, como quando traficantes do bairro afixaram em lugares públicos as tais listas dos jurados de morte. Nesse caso, a preocupação, como já foi dito, é com a possibilidade de algum conhecido, amigo ou membro da família estar entre os que foram marcados para morrer.

Não há preocupação com a violência fora do círculo do crime e da delinquência. Não pude perceber em nenhum momento a preocupação com a violência enquanto um fenômeno que compromete a qualidade de vida deles e os impede de sonhar e planejar o futuro. Esses outros componentes da violência, não ligados exclusivamente à morte e à delinquência, puderam ser percebidos quando o assunto fugia do tema. Eles apontaram, por exemplo, que faltam opções de lazer no bairro e que a única diversão que têm é a praia e a rua, onde ouvem música, encontram os amigos e “jogam conversa fora”. A diversão para eles se limita a atividades no próprio bairro e estão ligadas a não fazer nada, na maioria das vezes.

O final de semana é igual ao dia da semana... não tem nada pra fazer... não vou a lugar nenhum. Só saio quando tem um baile na casa do meu primo, que mora aqui pertinho (*jovem de 14 anos, sexo feminino*).

Às vezes eu vou na pracinha, mas já voltei sem minha bicicleta (risos)... lá só tem marginal (*jovem de 13 anos, sexo masculino*).

Eu fico conversando por aí... final de semana, assim, não paro em casa... vou na casa das amigas, de noite a gente coloca um som... mas agora proibiram o som, a prefeitura, não pode mais colocar depois das 10 da noite (*jovem de 15 anos, sexo feminino*).

Sobre a responsabilidade do poder público em suprir essa necessidade de lazer, eles parecem ter consciência de que ela existe, mas demonstram não acreditar que algo possa ser feito. Apesar disso, parecem ter plena consciência que o mundo deles não interessa a ninguém a não ser em casos específicos: o poder público, quando há eleições; o jornalismo, quando morre alguém; a polícia, quando quer estourar “alguma boca”.

Assim, do meu ponto de vista, Jacaraípe não é lá um paraíso... mas não é tão ruim... não tem nada, mas se tivesse, o lugar é bom... Empurrando com

a barriga, sem emprego, sem nada, dá pra viver (*jovem de 18 anos, sexo feminino*).

Aqui podia ter cinema, por que não tem? Acham que a gente não pode ir ao cinema? Podia ter um teatro, mas não tem nada... a pracinha, a gente nem diz nada porque não vai servir (*jovem de 19 anos, sexo masculino*).

Desde o governo anterior eles já veio cortando as atividades de lazer que tinha... antigamente era melhor... hoje não tem atividade nenhuma na rua (*jovem de 14 anos, sexo feminino*).

Um bom exemplo do descrédito dos jovens em relação às ações do poder público e da associação de suas vidas à morte e à violência é a maneira como eles se manifestam sobre a construção de uma nova praça no bairro, dessa vez, bem próxima ao loteamento onde moram. Disseram que o nome da praça será “chefe das bocas”, uma alusão ao tráfico no bairro. Para eles, é clara a certeza de que não será um lugar de lazer, mas apenas mais um espaço público que será tomado pelo tráfico e, conseqüentemente, se transformará em palco de violência. A outra praça no bairro, mostrada em uma propaganda da Prefeitura da Serra como cartão postal da cidade, não é vista por eles como um bom local de lazer, apesar de sediar uma feira de artesanato e de ser palco de algumas atrações artísticas nos finais de semana.

Parece a praça do encontro dos pobres (*uma alusão ao nome da praça “Encontro das Águas”*) (risos). Quando fizeram era linda, maravilhosa... agora, é foco de confusão, de violência... (*jovem de 23 anos, sexo feminino*).

Agora tão construindo a outra do lado de uma invasão, vai virar ponto de droga, de confusão... Eu prefiro não sair de casa... sair pra quê? Pra tomar uma bala perdida? (*jovem de 24 anos, sexo masculino*).

Apesar de se manifestarem de maneira um tanto desconexa, com frases soltas e sem aparente coerência, os jovens parecem demonstrar a consciência da situação em que vivem. No jornal, as referências a questões como lazer e diversão são praticamente inexistentes, quando relacionadas aos moradores dos bairros periféricos. Quando elas surgem, estão ligadas a algum projeto que está sendo desenvolvido na comunidade. Não há questionamentos sobre o que é negado a esses tantos jovens que se encontram limitados a um mundo que oferece muito pouco.

5.2 O discurso do Jornalismo sobre os jovens

Um artigo publicado na edição do dia 5 de julho do jornal analisado – na editoria de Polícia – mostra como a visão de juventude está presente no jornalismo ainda que não aparente ser de maneira intencional. O autor do artigo fala sobre a sabedoria de um padre italiano, que celebra missas em uma igreja de um bairro antigo da capital, que disse certa vez acreditar que os jovens “capixabas têm tudo para virar a página e fazer do Espírito Santo um dos principais estados do país”. O padre, de acordo com o artigo, diz ainda que “depende dessa mesma juventude encontrar o caminho para o fim da violência. Se o jovem freqüentar a igreja, seja ela católica ou evangélica, tem menos chance de se envolver com drogas, bebidas e criminalidade”.

O padre segue, nas palavras do autor do artigo, falando do exemplo que os pais devem dar, pois “jovem é igual em todas as partes do mundo” e a tendência “é o jovem querer provar tudo que seus pais fazem uso”. Pelo menos três aspectos me pareceram sugestivos neste artigo: a dupla responsabilidade do jovem – de promover a violência e de acabar com ela –; a visão de que a juventude é homogênea e caracterizada pela faixa etária; e a ausência de discussão sobre a família, considerada um modelo a ser seguido pelo jovem.

O jovem surge como o responsável pela violência e também responsável por acabar com ela, numa sintonia com as visões de jovens presentes nos estudos que apontam a alternância com que se vê essa categoria social: ora um problema; ora a solução para eles e a esperança no futuro. Também há uma visão do jovem como uma categoria homogênea, igual em todo o mundo e que tem os mais velhos como exemplos, o que pode estar ligado à visão puramente geracional da juventude.

Na visão do jornalismo, o jovem que traz problemas ligados à violência é aquele das classes populares, pobre e morador dos bairros periféricos. Isso não significa que o jovem da classe média não possa representar também um problema. A diferença é que o problema que ele apresenta é de outra natureza e não está ligado à

possibilidade de que ele se envolva em violência, a não ser como vítima dela, e que se configure em um perigo para a sociedade³⁹.

No dia 18 de julho, uma reportagem de duas páginas trata do seqüestro de uma médica e de sua sobrinha por dois homens. Um deles – um jovem de 22 anos, filho de uma professora e morador de um bairro de classe média da cidade – foi preso. Sobre o outro homem, apenas se conheceu o apelido. Essa reportagem é um bom exemplo da abordagem diferenciada que a imprensa dá em função da classe social a qual o jovem está ligado. Na mesma edição, há outra reportagem sobre dois jovens que foram assassinados, supostamente numa ação de execução por queima de arquivo.

No caso dos dois últimos jovens sabe-se muito pouco sobre eles, apenas que eram estudantes e que poderiam ter se envolvido com “coisas erradas”, de acordo com a polícia. No caso do jovem de classe média, a justificativa para o crime é a sua dependência de drogas, como o próprio rapaz fala em uma entrevista que concede à reportagem e que é reproduzida pelo jornal. Há ainda informações sobre a sua vida, da sua mãe e do pai, sobre a sua dificuldade em sair do mundo das drogas e até uma entrevista com o dono de uma clínica para recuperação de dependentes químicos.

Esse tipo de contextualização não é visto em matérias que envolvem jovens das classes populares, quando as abordagens se restringem ao BO, às emoções da família e às justificativas para o crime (envolvimento com o tráfico, más-companhias, envolvimento com gangues, etc). Outra característica percebida na matéria do rapaz que seqüestrou a médica e sua sobrinha foi a continuidade e a preocupação da imprensa em saber o desfecho da história.

No geral, não se sabe o destino de jovens que são presos ou que sofrem violência policial ou de criminosos quando eles pertencem às classes populares e são moradores dos bairros já institucionalizados como os locais do crime e da

³⁹ A pesquisa Balas Perdidas, citada no capítulo 3, aponta que se criou um mito em torno do adolescente e do jovem infrator de que ele representa um perigo para a sociedade. No capítulo 2 dessa dissertação há dados que mostram que os jovens são as principais vítimas dos homicídios no Brasil e que são responsáveis por apenas 10% dos crimes contra a vida.

marginalidade. No dia 19 de julho, uma matéria – que no jargão jornalística se chama de suíte – dá prosseguimento à cobertura do seqüestro.

Dessa vez, a reportagem ouve a mãe do jovem e ela fala do seu sofrimento por ver o filho se envolvendo com drogas e praticando crimes. A mãe fala do abandono do pai do rapaz e tudo no texto deixa a impressão que ele é uma vítima. Talvez seja, mas os jovens das periferias nunca são vistos vítimas, mesmo quando morrem assassinados, quando são abandonados pelos pais, quando vêem o pai ser morto pela polícia ou pelo tráfico, quando não têm escola, quando desistem de estudar.

A falta de contexto continua a ser uma vilã nas coberturas e, ainda que haja uma abordagem diferenciada em relação ao rapaz que seqüestrou e foi preso, o caso é tratado de forma isolada como se ele não tivesse qualquer relação com as condições que cercam a vida de jovens das classes médias que se envolvem com atitudes criminosas. Em muitas vezes, os episódios nem são relatados pelo jornalismo e não é raro pessoas que ocupam posições de destaque na sociedade terem seus nomes divulgados pelas iniciais, numa forma de proteger suas imagens, uma vez que a lei dá essa garantia. No caso dos jovens das classes populares, importa pouco sua imagem; basta que tenham 18 anos, para que seus nomes sejam divulgados.

Nas matérias analisadas para este trabalho, ligadas a jovens e publicadas na Editoria de Polícia, também não há preocupação com o fenômeno da violência ou com o contexto em que as mortes (muitas vezes execuções) ocorrem ou como as listas de jurados de morte são produzidas e divulgadas pelos bairros. A violência dirigida a jovens ou praticada por eles é tratada como uma atitude individual e o que merece destaque é o aspecto emocional, o drama familiar e aspectos da vida da vítima que justifiquem a ação que a levou à morte.

O povo de Jacaraípe é tudo perigoso pra eles... quem é eles? Eles, a sociedade. Nós não somos bicho não... e o bairro nem é tão violento assim. Ta certo que vez ou outra morre um, mas vai dizer que em lugar de bacana não tem? Tem mas eles esconde... só pobre de Jacaraípe é perigoso (*jovem de 14 anos, sexo feminino*).

Foi possível perceber na abordagem do jornal a visão de que a violência envolvendo jovens é “caso de polícia”. Isso se explica em parte pela quantidade de matéria-prima disponível nos boletins de ocorrência. Também é possível justificar o foco das matérias nas vítimas recorrendo-se às análises da pesquisa Balas Perdidas, pois as informações sobre as vítimas sempre existem em maior quantidade nos boletins de ocorrência. Não há discussão sobre soluções para a violência, que é vista como sinônimo de criminalidade.

Essa visão, carregada de preconceito, é muito presente entre os jovens que vivem a situação de morar em ambientes violentos e de se identificar com os jovens autores ou vítimas dos crimes. As mortes e os crimes cometidos por jovens são narrados pelo jornalismo de forma completamente desligada das histórias de vida de quem cometeu ou foi vítima deles. A imprensa não costuma perguntar quem são ou de onde vieram os jovens que cometem crimes ou são vítimas deles. A exceção ocorre quando um deles pertence às classes médias.

5.3 O discurso dos jovens sobre o jornalismo e a realidade

Os jovens produzem um discurso sobre a realidade em que vivem e sobre o jornalismo, ainda que não de forma elaborada. Muitas vezes, esse discurso chega a ser incoerente, como quando eles afirmam que os “jornalistas mentem” e logo em seguida dizem acreditar que o jornalismo é uma “profissão perigosa”. Na contramão do que dizem os estudos e as matérias jornalísticas, eles não temem a violência ou acreditam que o bairro onde vivem é tão violento. Talvez por isso, não se possa falar de uma realidade inerente à vida desses jovens, mas em múltiplas realidades que tomam forma em seu dia a dia.

No jornalismo, a visão de juventude está de acordo com o enunciado do campo que produz e re-produz conhecimento sobre o assunto. Para os jovens, a cujos enunciados se referem, a verdade não se apresenta com a mesma roupagem. Há, então, realidades produzidas nas páginas de jornais que atingem diretamente esses jovens, mas que, para eles não são verdades e sim distorções. Para quem lê as notícias se depara com enunciados verdadeiros, que podem até ser contraditórios,

mas não incoerentes, uma vez que correspondem a pressupostos próprios do campo produtor.

Durante um dos nossos encontros, os jovens relataram a morte de um adolescente do bairro, executado pela polícia. O garoto, que tinha 14 ou 15 anos – eles não souberam informar com precisão – era amigo de alguns deles. O grupo demonstrou muita indignação com a forma como o menino foi mostrado na matéria produzida para o noticiário noturno de determinado canal de televisão.

O menino foi colocado lá na televisão como um bandido, um marginal... tá certo que ele fez coisa errada e a polícia matou, mas a gente gostava dele. Ele não era esse bandido que falaram. Vai dizer que o jornalista não mentiu? (*jovem de 14 anos, sexo masculino*).

A falta de contextualização na produção das notícias envolvendo esses jovens foi percebida claramente por eles. E, ainda que a forma não seja das mais elaboradas, os jovens compreendem que há outra versão que não foi priorizada ou abordada pelo repórter que fez a matéria. O menino assassinado, na visão deles, não era um bandido: ele tinha família, amigos, uma casa e o fato de “ter se envolvido em coisa errada” não fazia dele um marginal que devia ter sido morto pela polícia.

O silêncio desses jovens no discurso do jornalismo ficou evidente nesse momento. Quando um deles é assassinado ou comete um crime é tratado como mais um caso de violência e isso está de acordo com a pesquisa da Andi (BALAS PERDIDAS, 2001), abordada no capítulo dois dessa dissertação, que mostra que a violência não é tratada como fenômeno social e sim como uma sucessão de casos. Para os jovens que se identificam com esses jovens que morrem e são tratados como bandidos, há uma realidade muito distinta daquela construída a partir da notícia divulgada pelos veículos de comunicação, no caso, o jornal analisado.

O silêncio dos jovens das classes populares é algo que soa natural para quem lê as matérias. As informações são provenientes principalmente da polícia, por meio dos boletins de ocorrência ou de depoimentos e declarações, e das famílias, tratadas de forma descontextualizada como se pudessem sozinhas dar conta de um problema que diz respeito a toda a sociedade e carece de políticas públicas para ser resolvido.

Os boletins de ocorrência, fontes primárias de mais de 80% das matérias envolvendo adolescentes e violência, segundo a pesquisa Balas Perdidas (2001), não dão conta da pluralidade de situações que podem envolver o crime e as condições em que ele ocorreu.

Para os jovens, diferente do que pensa o jornalismo, o que foi transformado em notícia não corresponde à verdade. Para eles, a verdade está mais próxima deles e aquela dos jornais está próxima de uma outra sociedade. O sentimento de que não pertencem àquela realidade da notícia os posiciona como o “outro da sociedade”. Esse sentimento de não pertencer à sociedade foi verbalizado em diversos momentos e selecionei algumas falas que reproduzo a seguir.

Aqui no bairro não tem nada de bom... quer dizer, tem... mas eles só olham o lado ruim. Jacaraípe não é só morte, não... não é só vagabundo, não (*jovem de 15 anos, sexo feminino*).

O pobre é um fudido... polícia e jornalista só vêm no bairro quando morre um. Mas ninguém vem aqui conhecer as pessoas, saber como elas vivem, o que elas precisam (*jovem de 18 anos, sexo feminino*).

Se a gente sai daqui não pode dizer onde mora... eles têm preconceito, não aceitam. Se souber que é daqui pensa logo que é vagabundo, meu (*jovem de 19 anos, sexo masculino*).

Associar violência e pobreza tem se tornado fato corriqueiro na imprensa e motivo de mobilização de quem defende que a desigualdade é o motivo para o aumento da violência e da criminalidade. Essa associação surgiu entre os jovens e não pude deixar de pensar sobre o quanto ela está contaminada com essa idéia que se propaga na sociedade de que o jovem envereda pelo mundo do crime porque quer ter, quer consumir. Há uma contradição quando o assunto é abordado, pois ao mesmo tempo que rejeitam essa associação a usam para justificar a entrada de colegas ou mesmo parentes no mundo do crime.

Para o sociólogo Luis Eduardo Soares⁴⁰, a explicação para a entrada do jovem no mundo do crime não pode ser reduzida ao desejo que ele tem de consumir. A questão do afeto, para ele, é o xis da questão. Ele acredita que um menino de 10, 11

⁴⁰ Palestra proferida durante o lançamento do Pacto pela Paz, uma série de atividades promovidas pelo Poder Judiciário e a Prefeitura de Vitória, no dia 19 de setembro de 2005, no Auditório da Rede Gazeta.

ou 12 anos não entra no crime apenas porque quer comprar um tênis de marca que está moda. Ele entra no mundo do crime porque precisa de afeto, de pertencer, de ser alguém. Soares afirma que é preciso que o poder público dispute esses meninos com o tráfico e que ofereça afeto a eles e não apenas compensações financeiras.

Durante um encontro em que o tema violência surgiu, começou-se a debater os motivos para que alguém entre no mundo do crime. No início, eles argumentaram que a pobreza e a miséria era uma justificativa.

O cara não tem emprego, não tem o que comprar nada pro filho comer... aí ela vai pro crime. Às vezes o cara trabalha e não consegue comprar comida que dá pro mês todo. É duro, gente... ce vê os filhos passar fome (*jovem de 18 anos, sexo feminino*).

Não tem só ladrão não... aqui tem trabalhador que não consegue nada na vida, só ser enganado... ninguém olha pra gente, ninguém vem aqui... (*jovem de 24 anos, sexo feminino*).

Depois de algum tempo, a falta de trabalho surgiu como um dos principais motivos para a entrada do jovem no mundo do crime. Curioso notar que nos casos em que os jovens são notícia nas páginas do jornal, por seu envolvimento com crimes, não se faz menção a essa questão. A associação entre pobreza e criminalidade parece estar tão incorporada ao pensamento da sociedade que o jovem que comete um crime, desde que inserido nas camadas mais baixas da sociedade, tem sua vida revelada a partir do ponto de vista da delinqüência. Ele é o infrator, o criminoso, o bandido, como se essa fosse uma condição inerente à sua existência. Há poucas alternativas para ele fora do mundo do crime, e essa realidade é muito visível nas páginas do jornal.

Eles fala que a gente são a comunidade, né... mas a maioria tem preconceito. Vô te dar um exemplo: você já foi preso. Qual o pai vai deixar o filho andar com você? Olha o preconceito... (*jovem de 16 anos, sexo masculino*).

Você viu no jornal as crianças que foram presas? As crianças? Crianças que pega velho e mata é criança? Criança uma ova, já tem entendimento pra matar então não é criança (*jovem de 18 anos, sexo feminino*).

É criança mas já sabe o que faz... fica tudo largado, sem pai nem mãe. Com cinco anos já sabe tudo do mundo (*jovem de 13 anos, sexo masculino*).

Roubar, matar e ser traficante. Cê acha que alguém vai me dar emprego? Se eu falo que moro aqui, todo mundo já olha de lado. Não da pra pintar de

branco. Sou preta. E aí? Vou trabalhar aonde?" (*jovem de 15 anos, sexo feminino*).

A falta de contextualização, que situa crianças e adolescentes como seres autônomos e donos de seus destinos, destituídos de sua condição de dependentes de um núcleo familiar e de mercedores de políticas públicas adequadas para seu desenvolvimento, acaba por legitimar uma realidade que também é percebida pelos jovens da periferia. Eles não se vêem jovens e não acreditam na inocência de crianças e jovens que matam e cometem outros crimes. Também é possível perceber que eles vislumbram essa outra realidade dos jornais e como ela se manifesta, na forma de preconceito, na vida deles.

5.4 Emprego, família e futuro: as vozes e os silêncios

Em vários momentos foi possível perceber como é conflituosa a relação entre os jovens e a família. Entre as meninas não havia nenhuma morando com companheiro ou que já tivesse sido mãe, mas, segundo soube por elas, há muitas colegas da escola, vizinhas ou parentes que já saíram de casa para viver com os namorados, na maioria das vezes da mesma idade ou pouco mais velhos, e já tiveram filhos. Em diversos momentos, houve manifestações no sentido de que ser filho era um fardo para a família. O grande desejo, principalmente entre as meninas, é sair de casa, ter o próprio lar e não ter que se submeter à vontade dos pais.

Entre os meninos, a preocupação é arranjar um “trampo”, uma forma de ganhar dinheiro. Todos os que freqüentam o grupo estudam, alguns fazem pequenos trabalhos, como capinar terrenos, cuidar de jardins, carregar material de construção em obras. Entre as meninas, é menos comum ter algum tipo de ocupação remunerada. Apesar de falarem da dificuldade de arranjar um emprego, elas me pareceram mais interessadas em ter um relacionamento amoroso, que as conduziria para fora da relação familiar.

Não dá, meu... todo dia é a mesma coisa... eu não vou sustentar vagabundo, vê minha mãe sem dinheiro e não poder fazer nada... mas não consigo emprego, só casando mesmo (*jovem de 15 anos, sexo feminino*).

Emprego é difícil, mas a gente tenta, né... eu faço uma capina, limpo um quintal... tem que levar pra família, arrumar um dinheiro, véi... (*jovem de 14 anos, sexo masculino*).

Eu queria trabalhar, ganhar dinheiro pra comprar uma casa pra minha mãe.
(jovem de 15 anos, sexo masculino).

Diante do material analisado nos jornais e das entrevistas com os jovens e os jornalistas, pude perceber que as mensagens que tratam de questões familiares e afetivas não são dirigidas àquele público. As matérias veiculadas sobre esses temas partem de uma idéia preconcebida de família, de jovem e de relações que são tomadas como naturais na sociedade. Quando se fala, por exemplo, de gravidez na adolescência, parte-se do princípio que o natural é que as jovens se dediquem aos estudos, à formação profissional, à consolidação de uma carreira, à aquisição de bens materiais que permitam a eles constituir família mais tarde, após os 25 anos.

É com essa concepção que os estudantes de Medicina chegam ao projeto para falar, por exemplo, sobre gravidez na adolescência. Essa realidade descrita nas linhas acima diz muito pouco para aqueles jovens que não contam com esses modelos em suas famílias e tampouco conseguem planejar o futuro de forma tão elaborada. A noção que esses jovens têm de velho e da idade ideal para casar e ter filhos é muito distinta também daquela tomada como natural pela sociedade e legitimada por meio dos veículos de comunicação e do poder público, responsável por implementar políticas nesse sentido.

Um episódio a esse respeito chamou a atenção e é importante para a reflexão que tento promover. Em um dos nossos encontros, um grupo de estudantes de Medicina anunciou que faria naquele mês mais uma palestra educativa. Diante da notícia, os jovens disseram que não queriam saber mais daquela “baboseira de gravidez na adolescência e Aids”. Disseram que eles deveriam trazer assunto interessante, mas não sugeriram nenhum assunto e tampouco os estudantes perguntaram. Havia uma aminosidade evidente entre os dois grupos: um formado por jovens pobres, negros ou afro-descendentes; o outro formado por estudantes brancos e de classe média.

O estranhamento era evidente. Os jovens do bairro pareciam ver os estudantes de Medicina como intrusos, que não sabiam nada sobre eles e que demonstravam superioridade. Para os estudantes de Medicina, igualmente jovens, a ida ao projeto nas tardes de sábado se constituía em uma obrigação acadêmica. Em certos

momentos me pareceu que eles se sentiam convencidos de sua “superioridade” com relação aos jovens do projeto. O seu distanciamento e a falta de diálogo parecia evidenciar isso.

O fato de estarem prestando um serviço, realizando um trabalho acadêmico e de serem tão diferentes – física, social, cultural e emocionalmente – parecia conferir a eles, a começar pela aparência, certa superioridade. O fato de serem os estudantes de Medicina brancos e os jovens do projeto negros e afro-descendentes parecia expor também uma ferida que sangra sempre nas relações da nossa sociedade e que remete a uma condição de dominado e dominador.

Os jovens do projeto pareciam sentir que os estudantes de Medicina não estavam interessados neles, mas apenas em ensinar para eles algo que os ajudasse a ser pessoas melhores, mais adequadas à sociedade que eles personificavam. A atividade dos estudantes de Medicina vista como uma ajuda ou caridade supõe uma relação de hierarquia. Não presenciei, durante o período de observação da pesquisa, momentos de diálogo entre os dois grupos. E isso está ligado à falta de interesse nos jovens do bairro ou simplesmente na constatação – pelos estudantes – que eles não teriam nada para falar; apenas precisavam aprender com eles.

Achei curioso que os jovens do projeto demonstrassem tanta aversão a assuntos que, em princípio, deveriam interessar a eles. Resolvi fazer algumas perguntas depois que os estudantes de Medicina foram embora. “Por que os assuntos que eles apresentaram não interessam?”. “Porque não tem nada a ver”, foi a resposta. Alguns se manifestaram dizendo que não entendiam nada, outros falaram que já sabiam de tudo. Argumentei que era importante saber como se prevenir de uma gravidez indesejada ou de alguma doença como a Aids, por exemplo.

Como eles demonstraram que o assunto estava encerrado, não insisti. Resolveram perguntar sobre a minha vida. Quiseram saber se eu tinha filhos, qual a idade deles, qual era o meu carro (tinham visto a chave no meu bolso) e se meu celular tinha câmera. Mostrei a eles uma foto dos meus filhos, que são pequenos, e eles quiseram saber minha idade. Confesso que não entendi o espanto geral diante da minha idade e foi esse espanto que me levou a refletir sobre uma realidade que até então não tinha sido vislumbrada por mim.

O espanto deles foi materializado na frase: “Mas você é velha, heim? Como pode ter filhos tão pequenos?”. Argumentei que tinha tido meu primeiro filho aos 33 anos de idade e que aos 38 não me achava velha. De novo, eles se escandalizaram. A frase de uma menina me deu o *insigth* para compreender o motivo do espanto: “Trinta e oito? Com essa idade já serei avó”. Ocorreu-me nesse momento perguntar a idade da mãe deles. Havia 12 deles no dia, e, segundo me disseram, as mães tinha menos de 34 anos.

Sem exceção, as mães daqueles jovens tinham tido seus primeiros filhos aos 14, 15 ou 16 anos. Como esperar que aquelas meninas e meninos considerassem natural que uma mulher de 38 anos tivesse um filho de 5 anos? Como querer que eles tivessem a mesma noção de velhice que tem as classes médias? Como o poder público poderia pensar que uma campanha de prevenção da gravidez na adolescência poderia dizer alguma coisa para aquelas pessoas, se para elas o natural é que as mães tivessem seus filhos na adolescência, pois aos 35 elas já seriam velhas?

Havia um imediatismo na fala deles que me impressionou e me comoveu ao mesmo tempo. Não havia, na visão deles, muito tempo para sonhar e para construir coisas e ter filhos. Há uma noção clara de que a vida é muito curta e que a juventude é a sua única possibilidade; é durante essa juventude que eles devem fazer tudo o “que têm direito”, pois depois ficarão velhos e não terão mais com o que contar. Pode estar aí a dificuldade que eles têm de fazer planos para o futuro. A identificação verificada com os jovens infratores das páginas policiais não se repete com os jovens que planejam o futuro, o emprego, o número de filhos, a aposentadoria.

Quando falam em ter filhos, eles afirmam que os querem mais tarde, mas esse mais tarde gira em torno dos 20 anos. Alguns chegaram a verbalizar que os filhos deveriam vir antes que ficassem velhos. Ter filhos na adolescência é algo natural para esses jovens. Assim como é natural não ter uma profissão e viver de biscates, de pequenos serviços geralmente como pedreiros ou faxineiras, no caso das mulheres. Uma das meninas contou sobre a prima que tem 14 anos e está grávida de um menino também de 14 anos.

Outra pergunta que me fiz foi: até que ponto essas meninas compreendem quando alguém fala para elas sobre os riscos de uma gravidez na adolescência e que adolescência seria essa que elas vivem? Para quase todos ali, era natural ficar grávida entre os 14 e 16 anos e depois ser abandonada pelo marido. Se para aqueles jovens ter filhos muito cedo é natural, então não existe risco em uma gravidez na adolescência. Por isso, a falta de sentido e interesse no que os estudantes de Medicina tinham a dizer.

O futuro é algo bastante distante e, assim como ocorre quando planejam o futuro familiar, quando falam do futuro se referem a coisas pontuais, como comprar alguma coisa, ser alguma coisa (médico e advogado figuram entre as principais profissões). Mas não há qualquer planejamento estratégico, com definição dos caminhos para alcançar esses desejos.

A despeito do grande número de reportagens sobre vagas de trabalho e abertura de concurso público, os jovens não acreditam que irão conseguir emprego. É como se a realidade dos muitos empregos e vagas em concursos públicos não dissesse respeito a eles. Eles se ressentem da falta de oportunidades e têm a clara noção de que a sociedade, a qual eles se referem como se não pertencessem a ela, os rejeita. A maioria deles nunca saiu do bairro e acredita que deve haver oportunidades para eles ali mesmo, já que manifestaram o desejo de continuar morando no local.

É esclarecedor o caso de um dos jovens, a quem vou chamar de Augusto, apenas para efeito de narrar a história. Ele me pareceu uma exceção no grupo ao falar do futuro e dos seus planos. Com os outros, quando questionados sobre o que imaginam ou o que desejam do futuro, as respostas foram hesitantes, reticentes. Pareceu-me que não tinham idéia e nunca haviam pensado no assunto. Em alguns casos, como o que dou o exemplo abaixo, a resposta sobre o que esperar do futuro me deixou atordoada. Antes, porém, de descrever sua resposta, é preciso descrever o jovem em questão.

Augusto tem 19 anos, é negro, homossexual e concluiu o ensino médio em 2004 numa escola pública do bairro. Magro, com músculos definidos pela dança⁴¹, seu jeito de falar faz com que se destaque dos demais – meninos e meninas –, pois não utiliza o vocabulário típico dos colegas, cheio de gírias e palavrões. Ele se expressa bem e de maneira elaborada. Dono de um sorriso bonito e olhos amendoados, sua pele negra brilha e seus cabelos com trancinhas no estilo afro fazem com que ele se destaque dos demais também pela aparência. Tem atitudes carinhosas, pouco comuns entre os outros. É extremamente educado, fala baixo, pede licença, pergunta, questiona, fala bastante – com clareza e sobre tudo.

Augusto aparenta confiança, parece ter uma auto-estima elevada e faz planos para o futuro. Quer estudar dança em Salvador, fazer teatro, se apresentar em palcos por todo o Brasil, viajar o mundo. Para isso, ele acredita que precisa estudar. No ano passado (2005), Augusto passou no vestibular de uma faculdade particular em Vila Velha, fez matrícula e conseguiu uma bolsa de 85%. Ele precisava ainda conseguir dinheiro para pagar os 15% restantes, para pagar o transporte e para arcar com as demais despesas, como material didático, de pesquisa, lanches, etc. Ele disse que não conseguiu um emprego e teve que abandonar o curso.

É difícil arranjar um emprego. Olham a aparência, se tem experiência, se tem referência... aí quando digo que moro nesse lugar, já olham de cara torta. Eu pensei que quando terminasse de estudar eu ia trabalhar, né... Eu precisaria de um trabalho pra fazer a faculdade. Agora estou tentando, né.

Sobre o grupo de dança, Augusto mostra o quanto a experiência é importante para sua vida. Já tive a oportunidade de vê-lo em uma apresentação do grupo no teatro do Sesi em Jardim da Penha. Ele brilha e é como se estivesse sozinho no palco. Apesar de não possuir conhecimentos que me capacitem a fazer uma crítica sobre um espetáculo, fiquei emocionada de vê-lo dançar e de ouvi-lo falar.

A dança é tudo pra mim. É com ela que eu me sinto importante, que aprendo que tenho valor... eu sou eu mesmo quando danço. Se não fosse a dança eu não seria ninguém.

⁴¹ Ele integra o grupo de dança que ensaia aos domingos. Tive a oportunidade de assistir a um espetáculo no Teatro do Sesi, em Jardim da Penha, e, apesar de leiga no assunto, fiquei impressionada com a atuação dele no palco.

Apesar da frustração de não ter conseguido permanecer na faculdade, Augusto não mudou seus planos para o futuro. Ele, ao contrário dos outros se permite sonhar e planejar o rumo de sua vida. A ligação com a dança talvez seja a chave para compreender sua postura e sua maneira de se ver e de se ver no mundo. Augusto, assim como os outros, tem uma vida limitada – do ponto de vista material –, mas ela parece enriquecida de afeto, o que, talvez, o torne diferente e que determine suas chances de um futuro melhor. Com a dança ele se integra ao mundo e adquire sentimentos de pertencimento.

A questão do trabalho está muito presente nas falas dos adolescentes e a falta de um trabalho se constitui em motivo de angústia para eles. A escola e os estudos são vistos como oportunidades de mudanças, mas é clara a contradição quando se referem à instituição. Eles têm uma relação de amor e ódio pela escola. Ao mesmo tempo em que afirmam que sem estudo não irão a lugar nenhum, dizem que na escola não aprendem nada.

A gente estudava o ano passado num banheiro. É, porque aquele lugar mais parecia um banheiro do que uma sala de aula. Era muito quente, sem um ventilador, sem janela... como é que a gente ia estudar ali? E os professores, aqueles filho da puta... diziam que se a gente quisesse ir embora, podia ir... eles que não queria da aula. Depois fudiam com a gente dizendo que a gente matou aula, que não quer nada, que é vagabundo (*jovem de 18 anos, sexo feminino*).

Os adolescentes agem de maneira um tanto desconfiada. Os meninos são mais calados e as meninas, apesar de terem a mesma idade, falam mais. Pensei se isto não estaria ligado ao fato de que os meninos são mais vulneráveis ao envolvimento com o tráfico e, por isso, já se habituaram a não falar demais. Como as meninas transitam por fora deste universo, na maioria das vezes, elas se soltam mais e se permitem falar com mais desenvoltura sobre todos os assuntos. Depois, em conversa com outros pesquisadores pude perceber que a atitude mais calada dos meninos é comum neste tipo de encontro.

5.5 Algumas histórias de sábados à tarde

Como já foi dito anteriormente, o processo que culminou nessa dissertação de mestrado foi tão importante para as pistas encontradas quanto as análises e o

material coletado no trabalho de campo. Por isso, considero importante descrever alguns episódios que me pareceram marcantes e significativos, uma vez que a descrição deles se configura em análise. São episódios que não estavam planejados e que surgiram a partir das conexões e das observações feitas no período de convivência. Esses episódios revelaram nuances e sutilezas que não puderam ser captadas com a utilização de instrumentos mais formais, como as entrevistas e o grupo focal.

Foram selecionados três episódios que irei identificar da seguinte maneira: “O referendo, a lista dos jurados de morte e o bolo de chocolate”; “A numeração dos chinelos Havaianas”; e “O jornalista negro”. Para narrar as histórias, optei por usar nomes fictícios para me referir às pessoas envolvidas nos episódios.

5.5.1 O referendo, a lista dos jurados de morte e o bolo de chocolate

O referendo sobre o desarmamento foi um dos assuntos mais comentados na imprensa em todo o país no ano de 2005. Saber da população o que ela pensava sobre a comercialização de armas foi assunto que gerou muitas polêmicas e se configurou entre os preferidos na agenda da mídia durante o ano e, principalmente, no segundo semestre. Foram realizadas enquetes, pesquisas, entrevistas com personalidades e debates públicos. Não faltaram oportunidades para que o assunto fosse discutido, mas, não entre os adolescentes do grupo de Jacaraípe.

Notei com curiosidade que este assunto não figurou em nenhum momento entre aqueles que poderiam ser motivo de preocupação, apesar do tema violência estar sempre presente. O desarmamento como assunto surgiu duas semanas antes da data marcada para o referendo, de forma vaga e diante do meu questionamento sobre o que eles pensavam. O assunto não vingou e achei melhor resgatá-lo em outro momento. Nesta mesma semana – final de setembro – em que tentei abordar sem sucesso a questão do desarmamento, eles manifestaram curiosidade sobre a minha vida familiar, depois que comentei que faria um bolo de chocolate para o aniversário do meu filho (ver esse episódio mais adiante).

Vinte e dois de outubro (véspera do referendo) foi o sábado do bolo de chocolate. Rafaela, a jornalista que havia sido monitora por algum tempo, foi convidada a participar da reunião que tomou ares de festa por conta do bolo. A ocasião acabou se transformando em uma homenagem a ela, que tinha feito aniversário alguns dias atrás. Andréa, a monitora que acompanha o grupo atualmente, fez brigadeiros; Sandro, o estudante de música que também é monitor, comprou refrigerantes. A festa estava pronta.

Sandro levou um colega da faculdade para falar sobre música erudita e sobre braile. O rapaz se chama Arthur e é cego desde os 3 anos de idade. O fato de Arthur ser cego deixou os meninos e meninas um tanto desconcertados. Quando Sandro apresentou o rapaz aos que chegavam, ainda em frente ao local do encontro, eles não sabiam muito bem o que fazer. A impressão é que nunca tinham tido contato com alguém que fosse cego. Um dos meninos chegou a ficar com a mão estendida para apertar a mão de Arthur, sem perceber que ele não podia vê-la. Uma das meninas tropeçou na bengala do rapaz e, em vez de pedir desculpas, ficou olhando sem entender por que aquele rapaz usava aquele objeto.

Saímos do local em direção à escola onde faríamos a reunião e ofereci carona para as meninas, que eram quatro naquele dia. O assunto entre elas era a lista de pessoas juradas para morrer, que tinha sido afixada no bairro e era assunto nos jornais diários. Não percebi haver medo ou indignação na voz delas. Estavam eufóricas e falavam sem parar. Ao contrário dos meninos, que não tocaram no assunto, nos minutos anteriores que estive com eles. A seguir, reproduzo algumas falas delas dentro do carro. Aproveitei para fazer algumas perguntas.

- Já morreram cinco só essa semana.
- **E vocês conheciam alguém?**
- Claro! O que morreu ontem era meu amigo.
- **E vocês conhecem mais alguém da lista” (insisto na pergunta)?**

Diante da minha insistência, elas ficaram em silêncio. É bom lembrar que elas só ficaram em silêncio quando eu fazia alguma pergunta. Quando não perguntava nada, elas tagarelavam animadamente, citando nomes e situações. Pude ouvir nomes e algumas referências do tipo “já falei pra ele: não pensa na sua família não?

Larga essa vida”. Mas, o assunto era entre elas. Apesar de estarem no meu carro, eu não devia saber mais nada (foi o que me pareceu) ou não deveria participar da conversa, talvez por não ser do bairro, ser de outro lugar e não ser da confiança.

Perguntei se alguma delas tinha um namorado na lista. A mais velha da turma e de longe a mais falante (Rafaela já tinha me dito que ela é apaixonada por um rapaz que tem envolvimento com o tráfico de drogas no bairro) me respondeu que está preocupada com isso. Disse que ele não sabe de nada, que só está metido com gente errada. “Ele não tem nada errado não. Mas fica com gente que não presta”, foi o que me contou.

Perguntei se elas sabiam quem tinha elaborado a lista (apesar de saber que esse era um assunto delicado e que não deveria saber mais do que o necessário, até por questões de segurança, como já tinha sido alertada pelo coordenador da instituição). Nessa hora, pude perceber certa tensão entre as meninas. Acho que posso dizer que foi um dos raros momentos. Elas hesitaram, desconversaram um pouco e disseram que são os policiais que estão promovendo a “matança”. A seguir, trechos da conversa e das afirmações delas.

Tá na cara que é coisa de policial. Eles tão querendo acabar com tudo mesmo (*jovem de 14 anos, sexo feminino*).

Pobre e preto pra eles é tudo vagabundo... mas vagabundo é eles que mata gente inocente (*jovem de 18 anos, sexo feminino*).

Mas tem gente na moral, que não tem nada de errado não (*jovem de 14 anos, sexo feminino*).

Apesar de ser véspera do Referendo sobre o Desarmamento, o assunto não aflorou de maneira espontânea entre eles. Nem entre o grupo antes de sairmos da sede da instituição, nem entre as meninas no caminho para a escola. Pude perceber certa euforia entre os membros do grupo, mas esta agitação estava relacionada à lista de jurados para morrer. A possibilidade de ter conhecidos ou amigos na lista causava empolgação. Parecia uma contradição, pois alguns demonstravam medo de que houvesse algum conhecido na lista.

Outro motivo de conversa naquele dia foi o fato do bairro estar nos jornais por causa da lista. Apesar do motivo ser o mesmo de sempre, a associação com a violência e o crime, eles estavam sendo vistos pela “sociedade”. A questão da necessidade de visibilidade, mais uma vez aparecia. O tom era jocoso e não preocupado, como imaginei que deveria ser.

Ai, nós tá no jornal. A lista de Jacaraípe. Pelo menos vem alguém aqui, nem que seja pra olhar o defunto e depois botar foto no jornal (*jovem de 18 anos, sexo feminino*).

Chegamos à escola e não pudemos entrar. O vigia nos disse que tudo tinha sido arrumado para o referendo do dia seguinte e a ordem da diretora era para não deixar ninguém entrar. Enquanto aguardávamos uma decisão sobre para onde iríamos, perguntei sobre o uso de armas e sobre o referendo. As respostas foram variadas. A maioria deles não iria votar por não ter 16 anos ainda, mas as expressões eram favoráveis ao NÃO⁴². A seguir, reproduzo um trecho do diálogo travado com eles:

- Vão desarmar nós e os bandidos vão ficar armados por aí.
- Os bandido tá tudo armado. Cê acha que bandido vai entregar arma?
- Pior é polícia, que é bandido... tá armado, cê tem que dá moral pros cara...
- Eu ainda não decidi o voto, mas acho que vai ser NÃO...
- **Porquê?**
- Ah, num sei... acho que é melhor... sei lá...

Nessa hora percebi que o argumento deles para o **NÃO** não é diferente daquele usado pela campanha do NÃO: da defesa da vida com a possibilidade de usar uma arma contra o bandido. A diferença é que o bandido pra eles não é o traficante; é a polícia. Sugeri voltarmos para a sede da instituição e fazermos nossa comemoração no andar de cima (havia um salão onde o grupo de dança fazia os ensaios e onde tinha ocorrido a festa do dia das crianças). Eles não aceitaram, disseram que não queriam que o coordenador soubesse, chegaram a dizer que ele não concordaria e tal.

⁴² O Referendo do Desarmamento foi realizado em todo o Brasil no dia 23 de outubro de 2005. Os votos NÃO (você é a favor da proibição do comércio de armas e munição?) foram maioria em todo o Brasil. No Espírito Santo, 56% dos votantes disseram NÃO à proibição. No município da Serra, o NÃO também venceu, mas com uma margem de apenas 2,06% de diferença sobre o SIM. Em 11 municípios do estado, o SIM venceu (Alto Rio Novo, Brejetuba, Ibatiba, Itapemirim, Marataízes, Muniz Freire, Pedro Canário, Pinheiros, Piúma, Ponto Belo e Rio Novo do Sul). Os dados foram publicados no jornal A Gazeta de 24 de outubro de 2005.

Argumentei que não poderíamos fazer nossa “festa” no pátio da escola (o vigia liberou o pátio e a quadra) porque o bolo era pequeno e não daria para dividir com todas as crianças (havia pelo menos 20 crianças com idades de 8 a 12 anos, chamados pelos monitores de pré-adolescentes). Disse que não achava justo comermos o bolo sem oferecer a eles. Todos concordaram e decidiram que iríamos para a praia. Não achei a idéia muito boa, mas as meninas se empolgaram, disseram que era legal.

Fomos e não havia um bom lugar, ventava muito e estava tudo muito sujo. Nos quiosques, não havia condições. Havia muitos clientes, alguns já bêbados, música alta. Alguém sugeriu que fôssemos para a casa de um dos colegas. Eu, Sandro, Andréa e Rafaela achamos boa a idéia, mas ninguém queria que fosse na sua própria casa. Houve um certo constrangimento. Até que uma das meninas disse que podia ser na sua casa, tinha uma varanda e a mãe não se importaria.

Fomos parar lá, depois de descer por algumas ruas esburacadas. Era uma casa pequena de alvenaria, com pintura descascada. Havia um quintal grande, com árvores e algumas plantas, e uma pequena varanda. Tudo pequeno, simples, limpo e organizado. O mesmo não se podia dizer das redondezas. A casa fica em uma rua, que não parece ter sido muito bem demarcada, já que algumas construções não respeitam o limite da via pública e não há definição de calçadas. Na rua de chão batido e esgoto correndo a céu aberto existem muitos barracos, feitos de madeira velha e sujos, crianças e cachorros. Nossa chegada chamou a atenção. Mesmo antes de chegarmos à rua, éramos seguidos por olhares curiosos e alguns vizinhos chegaram a perguntar (de forma discreta) quem eram aquelas pessoas.

A anfitriã parecia orgulhosa de nos levar à sua casa. Apresentou a mãe, colocou cadeiras na varanda. Sandro fez uma apresentação formal de Arthur, mas eles não se mostraram muito interessados. Havia um constrangimento visível com o fato dele não enxergar. Um dos meninos, que estava ao meu lado, murmurou para o colega: “como ele toca violão sem enxergar?” Quando o rapaz pegou o violão, houve uma ponta de interesse. Mas, Arthur, da mesma forma que os membros do programa e dos cursos de Odontologia ou Medicina, não parecia muito preparado para lidar com uma realidade tão diferente da sua.

Depois de tirar o violão da sacola, Arthur disse que tocava uma música. Ele não fez nenhuma tentativa de quebrar o gelo. De cara, alguém perguntou se ele tocava funk. Diante da negativa e da resposta de Arthur de que tocava uma música clássica, alguns fizeram cara de poucos amigos e disseram que música clássica é uma chatice. Mas ouviram com atenção ele tocar uma música e falar sobre a dança no século XIV, que ocorria sob aquele som. As meninas estavam mais falantes naquele dia. Havia uma clara intenção de chamar a atenção (devo dizer que Arthur é o que as meninas consideram de um gatinho).

Os meninos, como sempre, não se pronunciavam, mas demonstraram mais interesse pelo instrumento e pelo que Arthur falava. Sem se preocupar com o fato de Arthur estar falando e de alguns estarem prestando atenção, a dona da casa colocou um funk bem alto na sala conjugada à varanda e as meninas logo começaram a dançar. Essa era a música que eles conheciam. Sandro, um tanto impaciente, pediu para abaixar o som. Elas se aborreceram, mas desligaram a música. Arthur tocou outra música e depois falou um pouco sobre as notas musicais, sobre as partituras, sobre a forma como se compõe uma música.

Mais uma vez percebi que não havia qualquer preparo para lidar com uma realidade tão diferente da sua. Arthur falava como se fosse comum para aqueles meninos e meninas saber sobre música, sobre partituras. Ele falou de forma rebuscada. Havia uma falha visível no processo de comunicação. Arthur falava e eles não ouviam. Eles (os adolescentes) insistiam que aquilo não era música. “Música é funk”, é o que afirmavam. Arthur parecia que, além de não ver, não ouvia o que eles tinham a dizer e insistia na música clássica, como se ela fosse **a música** e devesse ser respeitada.

Nesse momento (apesar de não saber se estava certa ou errada, uma vez que tinha um interesse específico no comportamento do grupo, interferei guiada pela minha intuição). Disse a eles que havia sete notas musicais e pedi a Arthur que mostrasse as notas a eles no violão. Depois, disse que a partir dessas notas era possível compor qualquer música, inclusive, um funk; que não havia música melhor ou pior, mas que elas estavam ligadas ao momento em que eram feitas e às pessoas que a ouviam.

Eles pareceram um pouco mais interessados, menos uma, que não disfarçava sua falta de interesse e chegava a ser grosseira. Ela falava alto que já estava na hora de acabar com aquilo, que era muito chato e que não queria saber de nada do que Arthur falava. O que as meninas queriam era mostrar a carta de 10 metros que haviam feito para Rafaela e comer o bolo de chocolate que eu havia levado. Mas Sandro estava convencido de que tinha que prosseguir na atividade que tinha planejado para aquela tarde. Ele, assim como Arthur, não percebiam que havia um abismo estabelecido e que dificilmente seria rompido de maneira tão unilateral.

Parecia haver uma gramática de classe que impedia que eles falassem a mesma língua. Silva (2004) fala de um conjunto de regras implícitas e que faz com que as pessoas compreendam e se manifestem em determinado contexto. Essas regras estão ligadas à noção de código de Bernstein, citado em Silva, capaz de determinar a consciência da pessoa, os significados que ela realiza ou produz na interação social. Silva diz que, segundo Bernstein, há dois tipos de código: restrito e elaborado. No elaborado, os significados elaborados são relativamente independentes do contexto local; no restrito, o texto produzido na interação social é fortemente dependente do contexto.

Arthur resolveu falar sobre a forma como ele escrevia, em braile. Para isso, mostrou o equipamento (uma pequena prancheta, com uma espécie de prendedor de metal e um objeto perfurante). Todos ficaram impressionados com a forma com que Arthur escrevia. Ele escreveu em braile o nome de cada um deles. Rafaela aproveitou a deixa para falar sobre os limites de cada um e sobre as maneiras que cada um encontra para superar estes limites. Percebi que eles, apesar de gostarem de perguntar, não têm paciência para ouvir muita coisa. Penso que as respostas seguem um padrão que não está de acordo com a capacidade que eles têm de interpretá-las; logo sentem-se desmotivados e desinteressados, o que, mais uma vez, pode estar ligado aos códigos de Bernstein (SILVA, 2004).

Terminada a apresentação de Arthur, Rafaela falou algo sobre o trabalho dele, que não despertou interesse, obrigando-a a dar o assunto por encerrado. Pudemos finalmente comer o tão esperado bolo de chocolate. Pude perceber que esse foi um momento muito especial pra eles, que elogiaram o bolo e comeram com um prazer

enorme. Fiquei me perguntando o que significou o bolo de chocolate para aqueles meninos e meninas. E porque a música clássica, o braile e o referendo não despertaram interesse neles. Talvez por significar a cegueira da sociedade em relação ao que de fato ocorria à sua volta e envolvia pessoas tão diferentes.

O episódio do bolo de chocolate, por ter ocorrido na véspera do referendo sobre o desarmamento, me ofereceu pistas para algumas reflexões ligadas a violência e as diversas realidades que podem co-existir em ambientes e contextos distintos. Enquanto o assunto era destaque nos principais veículos informativos do país e era alvo de discussão em escolas, igrejas e nos mais diversos ambientes, parecia que era algo que não dizia respeito aquele grupo. Além desse assunto, outro ligado às relações familiares surgiu e me fez conectá-lo com outro, já mencionado: a falta de intimidade com a vida e com os planos futuros.

Para compreender essas observações, é importante conhecer o contexto em que o assunto do bolo de chocolate surgiu. As meninas duvidaram que eu soubesse fazer um bolo de chocolate, depois que contei que faria um para o aniversário de um de meus filhos. Perguntei sobre as datas de aniversário deles e só alguns souberam me dizer qual era o dia do seu próprio aniversário e do restante da família. Queriam saber como seria a festinha dele. Disse que não seria uma festa, mas que levaria o bolo, alguns brigadeiros e cachorro-quente para a escola e que os colegas cantariam parabéns.

Diante da surpresa deles com a possibilidade de uma festa de aniversário na escola percebi que comemorar aniversários não era algo comum entre eles, nem em casa, nem na escola. Perguntei se eles faziam comemorações e o silêncio foi revelador. Num impulso, disse a eles que faria um bolo de chocolate e levaria para um de nossos encontros. Andréa, que acompanhava a conversa, combinou que levaria brigadeiros. Foi um alvoroço e eles pareciam viver um momento especial. Percebi que, além de não comemorarem aniversários, eles não tinham o hábito de comer bolo de chocolate.

O bolo de chocolate era concreto, algo que eles podiam ver e compreender e, melhor ainda, podiam sentir. Para eles, como já foi dito, interessa o que está

próximo, imediato. Analisando dessa perspectiva, o bolo surgiu como a satisfação de um desejo. A eles falta tudo, inclusive boa comida. O bolo significou uma possibilidade de comemoração, de festa, de quebra da rotina. Significou também a possibilidade concreta de afeto em suas vidas, uma vez que eu tinha preparado o bolo especialmente para eles. Não foi um bolo qualquer para jovens que nunca tiveram comemoração em seus aniversários.

5.5.2 A numeração dos chinelos Havaianas

Esse foi um episódio que, a princípio, não me pareceu importante, mas que depois me fez ver como as realidades são distantes, diferentes e inconciliáveis muitas vezes, principalmente quando nos recusamos a trocar as lentes dos óculos que nos fazem ver tudo distorcido. Antes de relatar o episódio, é preciso contextualizá-lo. Todos os anos a instituição à qual os jovens estão ligados promove uma festa de natal e pede contribuições para que todas as crianças e jovens ganhem presentes no dia da festa.

Nesse dia, Sandro iria fazer uma ficha com os dados de cada um deles para que, quem fosse comprar os presentes, soubesse medidas e tivesse idéia de quem era o presenteado. Eles precisavam responder a um questionário e informar as suas medidas, número de calçado, altura, peso, etc. No início, houve resistência e eles não queriam responder. Diante do argumento de que quem não respondesse não ganharia presentes de natal, cederam. Sandro me contou depois que, para a maioria deles, o único presente que ganham no ano é aquele.

Cada um, então, começou a falar os dados para Andréa, que anotava nas fichas. Mas, diante do que parecia tão simples – para os meus olhos – houve uma tremenda confusão. A maioria não sabia a data do próprio aniversário. O quesito renda familiar também não foi respondido e isso me fez crer que aquele não era um assunto corrente em suas vidas familiares. Ninguém soube dizer quanto o pai ou a mãe ganhava por mês. As profissões apontadas foram: pedreiro, carpinteiro, gari, eletricitista; entre as mães, a profissão dominante é a de doméstica ou diarista.

Eles não sabiam dizer qual a altura, o peso ou o número que vestiam. Uma das meninas, que tem aparentemente a mesma altura e peso que eu, perguntou qual a numeração da calça jeans que eu vestia. Falei o número e ela anotou em sua ficha. Fiquei imaginando que isso refletia o fato de que eles não compravam roupa e de que a juventude ligada a um valor da vida contemporânea – do qual o consumo é o maior atributo – estava muito distante deles.

Depois, Andréa me contou que a maioria deles ganha as roupas ou compra em um bazar promovido no bairro uma vez por mês. Fiquei sabendo que no dia do bazar eles não procuram as roupas pelo número, como fazemos nas lojas, mas as escolhem por acreditar que elas irão servir ou por estarem em bom estado. A numeração do sapato também me chamou a atenção. Eles anotavam os números de dois em dois nas fichas.

Por exemplo: 31 e 32, ou 33 e 34. Achei estranho aquilo, já que a numeração que uma pessoa calça é uma só. Antes que eu pudesse perguntar, um dos meninos levantou o pé para olhar embaixo dos seus chinelos havaianas qual era a sua numeração. Percebi naquele momento que todos, usavam o mesmo tipo de calçado e fiquei imaginando que aquele era o único tipo que eles compravam. E era assim que a numeração aparecia: aos pares. O chinelo havaiana era uma referência para eles.

Curioso é que durante todo o tempo de observação e de interação com os jovens, surgiu muito pouco a questão do consumo de bens materiais como algo que fizesse parte do imaginário deles. Em muitas ocasiões perguntei se havia algo que eles quisessem ter ou fazer e que eram impedidos por não terem dinheiro. A maioria disse que não havia nada que não pudessem fazer. A resposta soou para mim como se o universo de coisas permitidas a eles fosse muito limitado e os desejos devessem transitar dentro desse espectro. Logo, as matérias publicadas no jornal pesquisado sobre consumo e comportamento, entre outras, não lhes diziam respeito. Assim como não percebi entre eles vontade de comprar coisas.

Chegaram a dizer muitas vezes que eram felizes e que não mudariam suas vidas ainda que pudessem. Isso me fez pensar que a negação do desejo de consumir –

apesar de todos os apelos do mercado, veiculados pelos meios de comunicação – é uma estratégia da qual eles se utilizam para burlar a vida limitada que têm, a impossibilidade de comprar coisas e a necessidade de inclusão e pertencimento. No jornalismo e na publicidade, os jovens das classes populares não são vistos como consumidores – qualidade que parece ser a máxima numa sociedade de consumo e informação.

Uma vez que não podem se sentir pertencentes à sociedade pelo que consomem, eles precisam de outras referências para se auto-afirmarem como jovens e, dessa forma, serem vistos. Eles sabem que estão excluídos dessa possibilidade de consumo e de uma maneira particular de ser jovem – viver despreocupadamente sua juventude, se divertir, comprar coisas, buscar apoio na família, planejar seus futuros – que não faz parte de seu cotidiano e que está muito presente nos apelos da mídia. A socióloga Glória Diógenes⁴³ fala que a violência para estes jovens pode ser uma forma de inclusão social às avessas, uma vez que é por meio dela que eles têm a possibilidade de serem vistos e de se expressarem.

5.5.3 O jornalista negro

Edson é um jornalista que foge à regra por dois motivos: é negro e trabalha como repórter de televisão, no canal de maior audiência do estado (emissora afiliada à rede de maior audiência do país). Ele foi convidado por Sandro, monitor do grupo, para falar sobre sua profissão, o trabalho que desenvolve e a produção de notícias na televisão. O convite estava de acordo com a proposta de discutir com os jovens assuntos que pudessem ser de interesse deles e que contribuíssem para a formação de uma consciência crítica sobre a realidade em que vivem.

Os jovens já estavam acomodados na sala de aula onde ocorreria o encontro quando Edson chegou. Ele se sentou na cadeira do professor que fica à frente do quadro-negro e guarda alguma distância das carteiras onde os alunos – naquele dia, os jovens – se acomodavam. Pude perceber que houve uma empatia dele com o grupo e isso foi imediato. Mal ele se sentou, houve um arrastar de cadeiras em sua

⁴³ Glória Diógenes participou do encerramento do Ciclo de Debates do Projeto Pacto pela Paz, promovido pela Rede Gazeta e pela Assembléia Legislativa do Espírito Santo, no dia 7 de novembro de 2005.

direção. Era nítido o desejo de ficarem mais próximos dele. E isso não ocorreu só com as meninas, o que seria compreensível, já que Edson é um rapaz jovem e bonito.

Achei esse fato interessante, pois, geralmente, eles são ariscos e desconfiados com pessoas estranhas que são levadas aos encontros. Foi assim comigo e com as outras pessoas que passaram por lá, inclusive, com os monitores e a jornalista que havia saído e sobre a qual eles se referem com imenso carinho. Foi preciso pelo menos quatro semanas de convivência para que eles se aproximassem de mim, me chamassem pelo nome, se sentassem próximos e puxassem conversa. Com Edson isso não ocorreu.

Questionei se o fato de ser um jovem negro não tinha sido o motivo de tamanha identificação. Como já foi dito, o grupo é formado por negros e afro-descendentes. Depois de alguns minutos de conversa, minha impressão se confirmou, pois foi verbalizada por uma das meninas: “Olha eu gostei de você, mas o fato de ser neguinho... ah, aí gostei mais ainda”. Essa referência à cor como um fator de identificação já tinha ocorrido antes e eu não tinha dado muita importância. Foi no dia em que mostrei a eles as fotos dos meus filhos e ouvi alguns comentários do tipo: “Mas eles são branquelos!”; “Eu achava mais bonito se fossem mais moreninhos”.

Edson começou a falar sobre seu trabalho, sua rotina e a empresa onde trabalhava. Depois de alguns minutos, eles começaram a perguntar se ele fazia matérias sobre morte. Diante da afirmativa do jornalista, eles iniciaram uma série de perguntas específicas sobre o assunto, que, como já foi dito, surgiu com muita frequência em diversos momentos do trabalho de campo. O jornalista demonstrou interesse pela curiosidade deles e devolveu a pergunta: “Por que vocês gostam desse tipo de matéria?”. A resposta já havia sido dada em outras circunstâncias: “Porque pode ter algum conhecido”.

Edson começou a dizer a eles que não fazia apenas matérias de morte e violência, do curso de jornalismo e da profissão. Foram apenas alguns minutos e eles voltaram ao assunto predileto. “Ser jornalista é perigoso?”, questionou um dos meninos do

grupo. Diante da falta de resposta de Edson – acredito que ele não conseguiu compreender o que eles queriam saber –, uma das meninas resolveu afirmar que sim. E, contradizendo o que já haviam afirmado sobre o fato de não confiarem em jornalistas, ela disse que eles tinham que ganhar muito, porque corriam riscos ao dar notícias envolvendo gente perigosa. Foi nesse dia, que surgiu o caso da morte do jornalista Tim Lopes.

A conversa girou durante algum tempo sobre morte e violência. Depois, passaram a falar de amenidades, da própria vida, de questões mais pessoais. Eles pareciam ter se esquecido que Edson era um jornalista e falavam com descontração sobre tudo. Edson adotou uma postura de interesse por eles e os incentivava, fazendo perguntas e comentários, num tom amistoso. A partir desse momento, a identificação foi total.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS – PISTAS PARA NOVOS CAMINHOS

*A minha alma está armada e apontada
para a cara do sossego, pois paz sem voz,
não é paz, é medo. (Marcelo Yuka)*

Perceber a identificação dos jovens com a morte e a distância que eles guardam da vida foi algo que chegou a me emocionar. Sei que corro riscos ao fazer tal afirmação, mas foi impossível ter chegado ao fim desse trabalho sem me emocionar e sem me questionar – como pesquisadora e cidadã – a quais realidades me submeto todos os dias e quais valores atribuo a cada uma delas. A convivência com os jovens moradores do loteamento em Jacaraípe me ensinou que há um mundo de perguntas que nunca serão feitas se o silêncio, o medo e a invisibilidade forem a mola propulsora do desejo deles. Conseqüentemente, há um mundo de respostas que nunca serão dadas ou pensadas como necessárias.

O silêncio impede os jovens de questionar e de viver. A alternativa deles parece ser encontrar prazer na morte, na dor, no sofrimento e na violência, tão íntima e tão certa. A vida, assim como a morte, não reserva surpresas. Entre uma e outra, eles parecem, ainda que de forma inconsciente, optar pela morte. Ou, talvez, não tenham opção. A indiferença com que tratam assuntos relacionados à violência e à própria existência pode ser um indicativo de que eles se submetem à realidade “inventada” pela imprensa – por meio de seu discurso entrelaçado a outros discursos da sociedade –, que age de maneira indiferente à existência de jovens das classes populares como sujeitos de direito.

Nas páginas dos jornais, eles são apenas números, para justificar programas e ações, ou são nomes (iniciais, se forem menores de idade) que se envolveram em crimes – como vítimas ou autores – estampados nas páginas policiais. A visibilidade deles está relacionada diretamente à morte, ao crime e à violência. Isso fica claro quando eles demonstram sentir prazer e dizem se orgulhar das vezes em que jornalistas vão ao bairro porque morreu alguém. Não deixa de ser uma contradição, na medida em que eles também se ressentem do fato dos jornalistas nunca

visitarem suas casas para saber sobre suas vidas, o que sentem, o que precisam ou o que sonham. Ou ainda para saber, como disse uma adolescente num depoimento emocionado diante dos colegas, se alguém ali passa fome, se tem um pai desempregado ou se o traficante bate à porta e impõe um “bom negócio pra descolar uma grana e sair da miséria”.

Diante da própria vida, que se mostra limitada e sem perspectivas, os jovens vivem a realidade que lhes é possível. A inventam com o que têm à mão e a violência – física ou simbólica – é parte dessa realidade possível, ainda que não desejada. O mundo das periferias, que parece um tanto desorganizado, com suas casas amontoadas, ruas esburacadas e esgoto a céu aberto, se organiza dentro das possibilidades das pessoas que precisam driblar a morte e viver, apesar da indiferença e da distância que os separa de uma outra sociedade cidadã.

Sintomático também do abandono e da condenação dos jovens ao silêncio é à falta de credibilidade que eles depositam nas instituições públicas. Apesar de acreditarem que o governo tem a responsabilidade de agir para que eles possam ter uma vida digna, não há ilusões de que estão sozinhos e que a vida não lhes reserva nada de bom. Eles dizem que estudar é importante, mas se queixam das condições da escola e afirmam não ter possibilidade de disputar uma vaga no vestibular da Ufes, por exemplo, com outros jovens que estudaram em escolas particulares.

Eles reclamam da falta de espaços de lazer, mas têm certeza que a obra que está sendo desenvolvida no bairro tem interesse eleitoral e que uma vez pronta, a praça será abandonada e ocupada pelo tráfico e pelo crime. Referem-se à família ora como um porto seguro, ora como um problema. Ao mesmo tempo, é possível perceber que não há laços afetivos tão estreitos com familiares. O pai geralmente é uma figura ausente e a mãe, alguém que precisa de cuidados, alguém que se dedica e que recebe muito pouco em troca.

A realidade do jornalismo não é a mesma percebida pelos jovens. Para eles, os jornalistas mentem, inventam, aumentam, distorcem e não respeitam os moradores e as pessoas envolvidas nos casos divulgados. Ao mesmo tempo, eles destacam a importância do jornalista como um profissional que fala por eles. É contraditório,

principalmente, quando manifestam a idéia que a profissão de jornalista pode ser perigosa. No caso de Edson, o jornalista negro, a identificação, que em princípio pareceu estar ligada apenas à aparência física e origem dele, está relacionada também ao fato de que ele representa a possibilidade de visibilidade.

Os jovens, como já foi dito, não têm dúvidas sobre a forma como são vistos pela “sociedade”, uma visão que eles têm conhecimento por meio das mensagens que circulam na imprensa, já que não circulam no meio desta outra “sociedade”. O jornalista, representado pela presença do Edson em um encontro de sábado à tarde, é uma ponte que eles têm com essa outra realidade e significa que eles podem ser vistos. Naquele dia específico, eles foram vistos e puderam, mais importante, responder.

Como jornalista, sei que o que eles diziam naquele dia para Edson nunca seria dito para um profissional que estivesse fazendo uma cobertura de alguma pauta no bairro. E eles falavam exatamente aquilo que acreditam que interessa de fato: falavam sobre suas vidas, seus desejos, suas dúvidas. No caso de um homicídio, por exemplo, o interesse do repórter seria – como pôde ser percebido pelas análises das matérias do jornal – o crime em si, a versão da polícia e a comoção da família, no caso de uma morte considerada injusta. Raramente, o jovem seria retratado na reportagem do ponto de vista da sua subjetividade, da sua individualidade, do seu contexto. E o crime não seria – como não é em sua quase totalidade – relatado de forma a mostrar toda a complexidade que o envolveu. Seria apenas mais um numa sucessão que acaba por se banalizar e se tornar natural.

Todo o processo que conduziu à realização desta dissertação de mestrado não resultou em uma conclusão, mas em várias pistas para reflexões e tomada de novos caminhos. Os resultados foram surgindo ao longo do processo numa aparente desordem, que tomou corpo à medida que as reflexões foram sendo feitas. Importante destacar o fato de que essa reflexão – do jornalismo como conhecimento – não esteve presente desde o início. Quando o projeto de pesquisa foi qualificado o campo jornalístico surgiu como um campo formador, que interpenetrava o campo da educação. Uma instância criadora de mundos, de verdades; uma instância legítima para informar aos cidadãos sobre o que eles devem saber.

A compreensão do jornalismo como conhecimento permite pensar em formas de inserir a produção jornalística no campo da produção educativa, seja ela formal ou informal. Como sugere Traquina (2001), os estudos do jornalismo devem ser considerados prioritários para a consolidação e manutenção da democracia. Diante dos caminhos traçados pela pesquisa que gerou esta dissertação, considero ser possível acreditar que a visão de jovem que a imprensa veicula interfere nos processos de cognição dos jovens pobres, moradores de bairros periféricos e submetidos a condições limitantes de vida. Há uma distância muito grande a separar a realidade vivida pelos jovens – verbalizada por suas falas e seus contextos – daquelas materializadas no discurso jornalístico.

Essa distância foi possível de perceber nas falas dos jovens e na maneira como eles se manifestam. Para a imprensa, a violência e o crime ocupam um espaço delimitado fisicamente pela classe social a qual pertencem os envolvidos. A violência é percebida e relatada sob o ponto de vista do seu acontecimento, como se não houvesse passado ou futuro. Os jovens demonstram ter essa percepção quando falam da forma como a “sociedade” os vê. E os vê por meio da imprensa, que funciona como uma amplificadora de conceitos, modos de ver, de sentir e pensar e que fala para uma sociedade que não se insere no ambiente das periferias. Por isso, como sugere Traquina (2001), o ensino crítico da mídia deve ser considerado no processo educativo, seja ele formal ou informal.

No caso dos jovens das classes populares, considero que esse ensino crítico seja fundamental para que eles possam perceber as diversas implicações existentes na realidade em que vivem. A noção de que o jornalismo inventa a realidade é de fato o suporte de todo esse trabalho que não se esgota com essas considerações. A invenção a que me refiro – e que está presente em toda a revisão teórica proposta ao longo dessa dissertação – não se estabelece de forma simplista, numa mera relação causal, entre as escolhas dos jornalistas e as escolhas dos receptores.

Há no meio do caminho, diversos outros campos a se inserir, se infiltrar e a lançar seus tentáculos para formar outros significados e sentidos para as diversas realidades que se conjugam no hibridismo do relato noticioso. Recentemente, o

documentário “Falcões, meninos do tráfico⁴⁴”, do rapper MV Bill, provocou ondas de indignação na sociedade. Ao ser exibido no Fantástico, o relato cruel sobre a vida de meninos que se vêem forçados a entrar na vida do crime aos 8, 9 ou 10 anos, chocou, deixou boquiabertas pessoas que nunca passaram próximas a um lugar onde reina a pobreza e a carência material e afetiva em seu mais elevado nível. O relato mostrado no Fantástico trouxe para a realidade de públicos distintos daqueles a quem se deu voz, e que só têm à sua disposição a linguagem muda da violência.

Em uma dimensão mais restrita, a realidade dos jovens de Jacaraípe só passou a fazer sentido para mim – e passará a fazer para outros que lerem esta dissertação – a partir do momento em que me relacionei com ela. No caso do episódio dos chinelos havaianas, por exemplo, o mais significativo foi perceber a forma como eles constroem seus próprios significados a partir de seus contextos.

A referência da numeração só fez sentido para mim a partir do momento em que me dei conta do motivo que os levavam a ter aquele tipo de calçado como referência em suas vidas. Da mesma maneira, para quem não convive com a realidade dos bairros periféricos onde há altos índices de violência – fome, desemprego, doença, abandono, execuções e tráfico de drogas –, o documentário “Falcões” representou uma tomada de consciência. É como se aquela realidade passasse a existir a partir daquele momento e, ainda assim, num lugar onde está situado o “outro” da sociedade.

Entre as pistas que surgiram posso destacar duas que considero fundamentais. A primeira delas é a que passa a ver o jornalismo como produtor de conhecimento e como re-produtor de conhecimentos de outras áreas de saber. Posso dizer que essa primeira pista leva à segunda, que seria a necessidade de incluir o estudo do jornalismo nas análises e propostas que têm sido feitas no campo da educação e no âmbito das políticas públicas voltadas para a juventude no país. A perspectiva do jornalismo como conhecimento é, portanto, o eixo que poderá conduzir a novas reflexões e ao surgimento de uma nova pesquisa.

⁴⁴ MV Bill e o produtor Celso Athaide percorreram, durante sete anos, comunidades pobres do país e mostraram a rotina desses meninos que “trabalham” desde cedo para o tráfico. As histórias dos bastidores do documentário foram reunidas em um livro. No dia 19 de março de 2006, o documentário foi exibido pelo Fantástico, da Rede Globo. Nesse dia, 16 dos 17 meninos retratados no documentário já haviam morrido.

Dentro dessas perspectivas, a pesquisa me mostrou a necessidade de refletir sobre os conceitos de verdade e realidade, tão caros ao jornalismo, e tão ambíguos quando confrontados com as visões tão distintas de grupos diferentes sobre os mesmos assuntos – violência, família, trabalho, informações, entre outros.

Pensar o jornalismo como conhecimento pode ser útil na elaboração de políticas públicas para a juventude e também para a elaboração de projetos educativos que envolvam essa parcela tão significativa da população. Durante o trabalho de campo pude perceber como os jovens percebem o abismo que existe entre a vida deles e as condições materiais em que ela se organiza – escola, família, comunidade – e aquilo que a educação pode oferecer. Para a imprensa, a educação é vista como um direito de todos e não há reflexão sobre quantas educações diferentes existem dentro da sociedade e a quem elas se destinam.

Quando eles (os jovens) se queixam do professor, da escola, da disciplina, da inutilidade das matérias que têm que estudar, não estão dizendo “não” à educação, que consideram importante, como deixaram claro em vários momentos. O que pude perceber é que eles não vêem sentido em uma educação que não os levará a lugar algum. O jovem Augusto deixa transparecer em seus depoimentos a frustração de ter terminado o ensino médio e de não conseguir encontrar um emprego ou se manter na faculdade. Sem levar em consideração a realidade e a percepção deles, a educação que lhes é oferecida não acrescenta nada às suas vidas. Não há sentido – como foi relatado por um dos meninos – estudar a história da Roma antiga, se ele não sabe onde fica Roma ou o que ela significa para a nossa vida atual.

Outro ponto que pode emergir a partir dessas reflexões é a relação que o jornalismo parece guardar com o currículo, a partir de suas especificidades e semelhanças. Nos dois casos – do jornalismo e do currículo – é possível perceber a intencionalidade, a pluralidade e a parcialidade. O currículo, assim como o jornalismo, recorta a realidade e a apresenta como aquela que deve ser tomada como verdadeira naquele momento, naquele contexto. Nos dois casos, há descontextualização, quando se perde de vista que a sociedade não é um corpo homogêneo, que pode ser enquadrado e refletido, seja nas grades curriculares, seja nas páginas de jornais (ou em outros meios de informação).

O presente estudo aponta para o desafio de deixar de encarar o jornalismo e a informação de forma meramente instrumental. A proximidade com o currículo poderia estar exatamente nessa mudança de foco. Ao deixar de encarar o jornalismo como um instrumento e ao passar a compreendê-lo como forma de conhecimento e como um “inventor” de mundos e de realidades é possível pensar em projetos de educomunicação que aproximem os jovens das classes populares de uma visão mais crítica da realidade em que vivem e das diversas realidades que competem nos diversos mundos de que é feita a sociedade.

7 – REFERÊNCIAS

ABAD, Miguel. Crítica política das políticas públicas de juventude. In: **FREITAS** Virgínia de. **PAPA**, Fernanda de Carvalho (orgs.). Políticas Públicas. Juventude em pauta. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação. Fundação Friedrich Ebert, 2003.

ABRAMO, Helena Wendel. **BRANCO**, Pedro Paulo Martoni. Retratos da Juventude Brasileira. Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMOVAY, Miriam. **CASTRO**, Mary Garcia. Por um novo paradigma do fazer políticas públicas de/para/com juventudes. Brasília: Unesco, 2002 (versão on line).

ADORNO, Sergio. Adolescentes, crime e violência. In: **ABRAMO**, Helena Wendel. **FREITAS**, Maria Virgínia. **SPOSITO**, Marília (orgs.). Juventude em debate. São Paulo: Cortez, Ação Educativa, 2002.

ANJOS, Ery Euzébio dos. A banalização da violência e a contemporaneidade. In: **CAMACHO**, Thimoteo (org.). Ensaaios sobre violência. Vitória: Edufes, 2003.

ARAÚJO, Carlos Alberto. A pesquisa norte-americana. In: **HOHLFELDT**, Antônio. **MARTINO**, Luiz C. **FRANÇA**, Vera Veiga (orgs.). Teorias da Comunicação. 3ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

BALAS PERDIDAS. Pesquisa (2001). Um olhar sobre o comportamento da imprensa brasileira quando a criança e o adolescente estão na pauta da violência. Pesquisa realizada pela Agência Nacional dos Direitos da Criança (Andi) no período de 1º de julho de 2000 a 30 de junho de 2001.

BANGO, Julio. Políticas de Juventude na América Latina: identificação e desafios. In: **FREITAS**, Maria Virgínia de. **PAPA**, Fernanda de Carvalho (orgs.). Políticas Públicas. Juventude em pauta. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação. Fundação Friedrich Ebert, 2003.

BARROS FILHO, Clóvis de. O habitus na comunicação. São Paulo: Paulus, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitador, 1983.

———. Sobre a Televisão. São Paulo: Jorge Zahar Editora, 1997.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. 33ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2003 (Coleção Primeiros Passos).

CAMACHO, Luiza Mitiko Yshiguro. A invisibilidade da juventude na vida escolar. In: Perspectiva. Revista do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Dossiê: Juventude e Educação. Volume 22, n.2, julho/dezembro 2004. Florianópolis: Editora da UFSC: NUP/CED.

———. Contribuições para pensar a violência no Espírito Santo. In: **CAMACHO**, Thimoteo (org.). Ensaios sobre violência. Vitória: Edufes, 2003.

CARRANO, Paulo. **PEREGRINO**, Mônica. Jovens e escola: compartilhando territórios e sentidos de presença. In: Revista A escola e o mundo juvenil: experiências e reflexões / Ação Educativa. São Paulo: Ação Educativa, 2003. Série em Questão, nº 1.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. Filosofia da Educação. 2ª edição. Rio de Janeiro: D&A, 2002.

CHAUÍ, Marilena. Ética, Política e Violência. In: **CAMACHO**, Thimoteo (org.). Ensaios sobre violência. Vitória: Edufes, 2003.

COSTA, Belarmino César Guimarães da. Estética da Violência. Jornalismo e produção de sentidos. Campinas: Autores Associados; Piracicaba: Editora Unimep, 2002.

GENRO FILHO, Adelmo. O segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do Jornalismo. Porto Alegre: Editora Tchê, 1987.

GOERGEN, Pedro. Prefácio. In: **COSTA**, Belarmino César Guimarães da. Estética da violência: jornalismo e produção de sentidos. Campinas, SP: Autores Associados; Piracicaba, SP: Editora Unimep, 2002.

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. Concepções de adolescência veiculadas pela mídia televisiva. Um estudo das produções dirigidas aos jovens. In: **OZELLA**, Sérgio (org.). Adolescências construídas. A visão da psicologia sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2003.

HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, para quê? 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2000.

LIMA, Marcus Antônio Assis. Jornalismo e Construção de Futuros. Artigo. Biblioteca on line de Ciências da Comunicação. 6 de fevereiro de 2005. (www.bocc.ubi.pt).

LÜDKE, Menga. **ANDRE**, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONDES FILHO, Ciro. O espelho e a máscara. O enigma da comunicação no caminho do meio. São Paulo: Discurso Editorial; Ijuí: Editora Unijuí, 2002. (A comunicação I).

MARGULLIS. Juventud: una aproximación conceptual. In: **BURAK**, Solan Donos (org.). Adolescencia y juventud in América Latina. Cartago: Libro Universitario Regional, 2001.

MARGULLIS, Mario. **URRESTI**, Marcelo. La juventud es mas que una palabra. In: **MARGULLIS**, Mario (editor). La juventud es mas que una palabra. Ensayos sobre cultura y juventud. Buenos Aires, 1996.

MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento? Media & Jornalismo. (on line) outubro, 2002, volume 1, número 1. (disponível no endereço www.revcom.portcom.intercom.org.br/scielo).

MELO, José Marques de. Sala de Prensa, novembro de 2001, ano III, volume 2. Publicação on line para profissionais de comunicação ibero-americanos (disponível no endereço www.saladeprensa.org).

MUGRABI, Edvanda. **DOXSEY**, Jaime Roy. Introdução à pesquisa educacional. Fascículo 1. Núcleo de Educação Aberta e à Distância. Ufes, 2003.

PAIS, José Machado. Culturas Juvenis. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

QUAPPER, Klaudio Duarte. Juventud o juventudes? Acerca de cómo mirar y remirar a las juventudes de nuestro continente. In: **BURAK**, Solum Donas (org.). Cartago: Libro Universitario Regional, 2001.

REIS, Carlos Eduardo dos. Violência escolar. A perspectiva da Folha de São Paulo. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2003.

REIS, Ruth de Cássia dos. Local e global: o jornalismo no tempo das trocas. Tese. Rio de Janeiro-UFRJ/ECO, 2002.

REMOTO CONTROLE. Linguagem, conteúdo e participação nos programas de televisão para adolescentes/ (coordenação Veet Vivarta). São Paulo: Cortez, 2004. Série Mídia e Mobilização Social.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Estratégias de comunicação. Questão comunicacional e formas de sociabilidade. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

ROMÃO, Lucília Maria de Sousa. Artigo. Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico. Publicado no site Observatório da Imprensa”, de 14 de setembro de 2004 (www.observatordaimprensa.com.br).

SERRA. Relatório. Diagnóstico e propostas de atuação para o programa de prevenção à violência da Serra. Prefeitura Municipal da Serra. Secretaria Municipal de Direitos Humanos, maio de 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Educação, sujeito e história. São Paulo: Olho d'Água, 2002.

SILVA, Gene M.V. Lyra. Artigo. A destruição do espetáculo – a contribuição dos jovens para reinventar a sociedade além da sala de aula - *Revista da UFG*, Vol. 6, No. 1, jun 2004, on line (www.proec.ufg.br).

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade. Uma introdução às teorias do currículo. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOARES, Maria da Conceição Silva. Com calma e com jeito... Como jornalistas se formam professores. Dissertação de Mestrado. Vitória: Ufes/PPGE, 2002.

SOUSA, Jorge Pedro. Teorias da Notícia e do jornalismo. Chapecó: Argos, 2002.

SPOSITO, Marília P. **CARRANO**, Paulo César R. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. In: **LEÓN**, Oscar Dávila (editor.) Políticas Públicas de Juventud em América Latina: políticas nacionales. Viña del Mar: Ediciones CIDPA, 2003.

TEDESCO, Juan Carlos. O novo pacto educativo. Educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna. Tradução: Otacílio Nunes. São Paulo: Ática, 1995.

THOMPSON, John B. A mídia e a modernidade. Uma teoria social da mídia. Trad. Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRAQUINA, Nelson. O estudo do jornalismo no século XX. São Leopoldo, RS: Editoria Unisinos, 2001.

———. Teorias do Jornalismo. Porque as notícias são como são. 2ª edição. Volume I. Florianópolis: Insular, 2005.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência III. Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz. O espaço da violência na Grande Vitória: o caso dos homicídios. In: **CAMACHO**, Thimoteo (org.). Ensaio sobre violência. Vitória: Edufes, 2003.

ANEXOS

ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA O GRUPO FOCAL

1. Vocês assistem a programas de televisão? Quais? Porquê?
2. Vocês costumam ler jornais e revistas? Quais? No caso dos jornais, o que acham mais interessante?
3. Como é a rotina de vocês? Qual a melhor coisa que fazem durante o dia?
4. O que fazem para se divertir? Com quem gostam de se divertir?
5. Que tipo de música gostam de ouvir?
6. Existem modelos para vocês? Quem são?
7. Como é a relação com a família? E com os pais?
8. Quais os principais problemas enfrentados pela família de vocês?
9. Numa conversa com amigos, quais os assuntos prediletos?
10. Como definem o lugar onde moram (casa, bairro, cidade)?
11. Quais são os planos para o futuro?
12. Como você se vê hoje? E daqui a 15 anos?
14. Qual a sua maior preocupação?
15. Já pensaram em morar em outro lugar? Qual? Porquê?
16. O que vocês acham da escola em que estudam? Como avaliam a educação que recebem?
18. O que mais gostam e o que menos gostam na vida de vocês?
19. Agora, vou propor alguns assuntos e quero que vocês digam o que pensam sobre eles: EDUCAÇÃO; TRABALHO, DINHEIRO, FAMÍLIA, DIVERSÃO, INFORMAÇÃO, VIOLÊNCIA, PODER PÚBLICO, SEGURANÇA PÚBLICA, SEXO SEGURO, GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA, RESPONSABILIDADE, CIDADANIA, RELIGIÃO, CONSUMO.

OBS.: para os dois monitores que fazem parte do projeto foram feitas as mesmas perguntas, acrescidas de outras relacionadas à atividade que exerciam dentro do projeto.

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM JORNALISTAS

Pensei em não usar uma estrutura muito rígida de entrevista, devido às características profissionais: jornalista não gosta de dar entrevista. Então, vou propor um roteiro-guia, para não me perder, e travar um diálogo mais livre, com interferências minhas e direcionamento para as questões que tenho necessidade de abordar.

- O que é notícia? O que diferencia a notícia do fato? O que leva um fato a ser transformado em notícia?
- Qual a interferência da política editorial do jornal na definição do que deve ou não deve ser transformado em notícia?
- Em relação à abordagem, o repórter recebe algum tipo de orientação? De quem é essa orientação?
- Na editoria de polícia, quem são as principais fontes? Com que frequência, os repórteres/editores recorrem aos registros policiais para a obtenção de informações?
- O que é violência? Onde ela se manifesta? Como é a cobertura do assunto pelo jornal (no caso do editor)/pelo repórter?
- Juventude: o que essa palavra diz para você? Quem é jovem? Quando aparece a palavra jovem em alguma matéria, ela quer dizer o quê?
- Jovem e adolescente: tem diferença? O que você tem a dizer sobre as políticas públicas específicas para juventude?
- O que você acha que o jovem da periferia (de bairros onde há altos índices de violência e homicídios) acha da imprensa?
- O que você pensa dos jovens que moram nesses lugares e são muitas vezes vítimas ou autores de violência? E o que o jornal (a política editorial) pensa deles?
- Há alguma orientação quanto às adjetivações (jovem, menor, adolescente, infrator)? Alguma expressão é vetada? Qual?
- O que você acha que pode mudar na cobertura sobre assuntos ligados a juventude e violência?
- Por quais assuntos você acha que os jovens se interessam?

ROTEIRO PARA ANÁLISE DAS MATÉRIAS DO JORNAL

Inicialmente, as matérias foram classificadas em:

C1: Matérias sobre jovens: são específicas e têm como foco principal o comportamento do jovem e suas relações. Estas matérias são publicadas, geralmente, na Editoria de Cidades ou na Editoria de Cultura. Podem ou não envolver violência e delitos praticados por jovens, mas a abordagem não é o crime, como ocorre na Editoria de Polícia.

C2: Matérias sobre violência e crimes envolvendo jovens, como vítimas ou autores (ou as duas coisas) e que tenham sido publicadas nas páginas policiais ou que, mesmo estando em outra editoria, tenham se originado de BOs.

C3: Matérias com assuntos de interesse dos jovens ou que dizem respeito a eles. Aqui entram matérias sobre emprego, diversão, consumo, educação, drogas, violência e segurança pública (desde que não estejam na Editoria de Polícia ou sejam ligadas a crimes), etc.

Em um segundo momento, me pareceu oportuno classificar de forma separada das demais as matérias relacionadas à Educação e Oportunidades de Emprego, por serem temas que surgem com frequência nas conversas informais com os jovens pesquisados e durante a observação.

Depois de feita a classificação, optei por tomar como objeto da minha análise as matérias publicadas na Editoria de Polícia e aquelas que tratam de educação e emprego. Nestes dois últimos casos, selecionei aquelas matérias que falam especificamente de jovens. Por exemplo: matérias sobre vagas de empregos, desemprego, por exemplo, não estão inseridas aqui. Mas aquelas que falam do primeiro emprego, de pesquisas sobre desemprego na faixa de idade jovem, etc.